

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**RAYANE SOUZA COSTA**

**REDES SOLIDÁRIAS: UM ESTUDO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES E  
EXPERIÊNCIAS DOS/AS TRABALHADORES/AS DA REDE MANDALA - REDE  
PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE**

**CURITIBA  
2023**

**RAYANE SOUZA COSTA**

**REDES SOLIDÁRIAS: UM ESTUDO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES E  
EXPERIÊNCIAS DOS/AS TRABALHADORES/AS DA REDE MANDALA - REDE  
PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE**

**Solidarity Networks: a study based on the perceptions and experiences of the  
workers of Rede Mandala - The Solidarity Economy City-Countryside Parana  
State Network**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do título de Mestre em Tecnologia e  
Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em  
Tecnologia e Sociedade, da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba.  
Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.  
Orientadora: Profa. Dra. Marilene Zazula Beatriz.

**CURITIBA  
2023**



Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



RAYANE SOUZA COSTA

**REDES SOLIDÁRIAS: UM ESTUDO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS/AS  
TRABALHADORES/AS DA REDE MANDALA - REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO  
CIDADE**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 30 de Junho de 2023

Dra. Marilene Zazula Beatriz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Eliene Gomes Dos Anjos, Doutorado - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrrb)

Dr. Gilson Leandro Queluz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Lourenca Santiago Ribeiro, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 30/06/2023.



Dedico este trabalho à amiga Lourdes Marchi, uma  
grande mulher, que acreditou e lutou por uma  
sociedade justa, fraterna e solidária.  
*In memoriam*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Oreni e Pedro, pelo apoio incondicional e pela compreensão dos meus momentos de ausência. Amo muito vocês!

Ao meu companheiro Lucas, pelo amor e incentivo que compartilhamos. Sem o seu apoio, cuidado e paciência esse sonho não seria possível. Muito, muito, muito obrigada!

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da Rede Mandala, pelo acolhimento, por me permitirem entrar em suas histórias e pelas oportunidades de aprendizado. Vocês são incríveis!

À professora Marilene Zazula Beatriz, pelos ensinamentos, pela confiança, pelo tempo dedicado neste trabalho e por tantas contribuições à Economia Solidária no Estado do Paraná.

Aos colegas de mestrado, especialmente Marcos e Ju, por dividirem comigo as angústias e alegrias encontradas no caminho.

Aos amigos e às amigas, que acreditaram na minha capacidade, me encorajaram e foram meu refúgio nos momentos de ansiedade.

Ao CEFURIA e à TECSOL, pelo compromisso com a Economia Solidária e por me acolherem em suas trajetórias de luta.

Ao Prof. Marcos Silvério, pelo aprendizado proporcionado com o estágio em docência.

Aos professores examinadores por todas as contribuições.

Aos meus bichinhos, Ernesto, Lola e Sivuca por estarem literalmente ao meu lado nesta jornada.

À CAPES (código de financiamento 001) pelo financiamento da pesquisa e ao PPGTE-UTFPR pela possibilidade de colocá-la em prática.

O pequeno só é pequeno porque está sozinho.  
Quando muitos pequenos se unem, formam um  
gigante.  
(SINGER, 1998, p. 124)

## RESUMO

COSTA, Rayane Souza. **Redes Solidárias**: um estudo a partir das percepções e experiências dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade. 2023. 188f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

No capitalismo, como consequência de rígidos processos de combate aos trabalhadores e às suas conquistas históricas, diversos projetos e organizações socioeconômicas passaram a ocupar espaço na sociedade e no debate acadêmico, como o trabalho associado (TA), que dá testemunho da resistência dos/as trabalhadores/as ao trabalho alienado e reforça valores de igualdade e liberdade, tal como ocorre na Economia Solidária (Ecosol), foco desta dissertação, que se caracteriza como uma forma de organização do trabalho baseada na autogestão, na cooperação, na solidariedade e na distribuição de riquezas. Os empreendimentos econômicos solidários (EES) enfrentam diversos desafios relacionados ao isolamento comercial, à vulnerabilidade financeira, à manutenção de seus princípios e à incipiência de políticas públicas. Uma das estratégias para superação de tais desafios tem sido a construção de Rede Solidária, a qual potencializa a coletivização de trabalhadores/as, aprimora os processos de resistência na luta pelo trabalho digno e auxilia na disputa por um modelo de desenvolvimento centrado nas experiências locais e nas vivências da classe que vive do trabalho. Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como a Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade contribuiu para o fortalecimento do trabalho associado dos/as seus/suas trabalhadores/as. Para tanto, foi realizado um estudo de caso da Rede Mandala, formada por 96 EES. A abordagem metodológica e epistemológica adotada foi qualitativa histórico-dialética, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram realizadas cinco entrevistas em profundidade, examinadas por meio do método de análise de conteúdo. Como principais resultados observou-se que a Rede Mandala, apesar de reunir trabalhadores/as em torno de um objetivo comum, que é a integração campo e cidade, tal fato ainda é incipiente e não consolidou uma identidade coletiva; além disso, seus EES ainda convivem com dificuldades relacionadas à viabilidade econômica e demandam processos formativos contínuos, demonstrando o caráter imprescindível de políticas públicas no campo da Ecosol; todavia, a rede vem possibilitando e fortalecendo processos participativos, democráticos e autogestionários.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Trabalho Associado; Redes; Redes Solidárias.

## ABSTRACT

COSTA, Rayane Souza. **Solidarity Networks**: a study based on the perceptions and experiences of the workers of Rede Mandala - The Solidarity Economy City-Countryside Parana State Network. 2023. 188p. Dissertation (Master in Technology and Society) - Graduate Program in Technology and Society, Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2023.

In capitalism, as a consequence of rigid processes of combating workers and their historical conquests, several projects and socioeconomic organizations began to occupy space in society and in academic debate, such as associated work (AT), which testifies to the resistance of workers workers to alienated work and reinforces values of equality and freedom, as occurs in the Solidarity Economy (Ecosol), focus of this master thesis, which is characterized as a work organization model based on collective self-management, cooperation, solidarity and wealth distribution. The solidarity economic enterprises (EES) face several challenges related to commercial isolation, financial vulnerability, maintenance of their principles and the incipience of public policies. One of the strategies for overcoming such challenges has been the construction of solidarity networks, which enhances the collectivization of workers, improves resistance processes in the fight for decent work and helps in the dispute for a development model centered on local experiences and in the experiences of the class that lives of work. The general objective of this research was to understand how Rede Mandala - The Solidarity Economy City-Countryside Parana State Network contributed to the strengthening of the associated work of its workers. For that, a case study of the Rede Mandala, formed by 96 EES, was carried out. The methodological and epistemological approach adopted was the qualitative historical-dialectic, through bibliographical, documental and field research. Five in-depth interviews were carried out, examined using the content analysis method. As main results, it was observed that, the Rede Mandala, despite bringing together workers around a common goal, which is the integration of countryside and city, this fact is still incipient and has not consolidated a collective identity; in addition, their EES still face difficulties related to economic viability and demand continuous training processes, demonstrating the essential character of public policies in the Ecosol field; however, the network has enabled and strengthened participatory, democratic and collective self-managed processes.

**Keywords:** Solidarity Economy; Associated Work; Networks; Solidarity Networks.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Trabalhos encontrados que possuem o termo “rede”.....</b>	<b>24</b>
<b>Quadro 2 - Informações sobre os sujeitos da pesquisa. ....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro 3 - Valores orçamentários da LOA destinados à Ecosol e à SENAES 2004-2019. ....</b>	<b>87</b>
<b>Quadro 4 - Ações contempladas pelos programas temáticos da SENAES. ....</b>	<b>89</b>
<b>Quadro 5 - Ações contempladas pelos programas temáticos da SENAES. ....</b>	<b>91</b>
<b>Quadro 6 - Estágios de profundidade entre os vínculos de uma rede. ....</b>	<b>99</b>
<b>Quadro 7 - Alguns princípios fundamentais para a atuação em rede. ....</b>	<b>103</b>
<b>Quadro 8 - Atributos para a caracterização das redes sociais. ....</b>	<b>105</b>
<b>Quadro 9 - Principais vantagens e desafios do trabalho em rede. ....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 10 - EES da CCA/PR vinculados à Rede Mandala.....</b>	<b>123</b>
<b>Quadro 11 - EES do Núcleo M<sup>a</sup> Rosa da Anunciação vinculados à Rede Mandala.....</b>	<b>125</b>
<b>Quadro 12 - EES da Rede COPASOL vinculados à Rede Mandala. ....</b>	<b>126</b>
<b>Quadro 13 - EES da Associação Feira Permanente vinculados à Rede Mandala. ....</b>	<b>126</b>
<b>Quadro 14 - EES Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver vinculados à Rede Mandala.....</b>	<b>128</b>
<b>Quadro 15 - Clubes de troca da Rede Pinhão vinculados à Rede Mandala. ....</b>	<b>129</b>
<b>Quadro 16 - Grupos da Rede de Segurança Alimentar vinculados à Rede Mandala.....</b>	<b>130</b>
<b>Quadro 17 - EES da Rede de Padarias vinculados à Rede Mandala.....</b>	<b>130</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da dissertação.....	33
Figura 2 - População brasileira segundo divisões do mercado de trabalho (2º tri 2022).....	47
Figura 3 - As divisões do mercado de trabalho.....	48
Figura 4 - O campo da Economia Solidária no Brasil. ....	70
Figura 5 - Trajetória da Economia Solidária no Brasil. ....	72
Figura 6 - Distribuição dos EES do Paraná.....	78
Figura 7 - Ano de início dos EES do Paraná.....	78
Figura 8 - Categoria social das/os trabalhadoras/es dos EES do Paraná.....	79
Figura 9 - Mulheres e homens associadas/os à EES do Paraná. ....	80
Figura 10 - Forma de organização dos EES do Paraná.....	80
Figura 11 - Categoria de atividade econômica principal dos EES do Paraná....	81
Figura 12 - Motivação para criação dos EES do Paraná.....	81
Figura 13 - Povo ou comunidade tradicional em EES do Paraná. ....	82
Figura 14 - Instância de decisão dos EES do Paraná. ....	83
Figura 15 - O que é decidido em assembleia/reunião dos EES do Paraná. ....	83
Figura 16 - Participação em fórum/rede/movimentos sociais dos EES do Paraná. ....	84
Figura 17 - Distribuição orçamentária dos recursos da Ecosol (%). ....	88
Figura 18 - Orçamento para a Ecosol nas distintas instâncias governamentais (%). ....	89
Figura 19 - Um conjunto de pontos sem ligações não formam redes.....	101
Figura 20 - Sequência de crescimento não linear de uma rede. ....	102
Figura 21 - Possíveis fluxos das redes. ....	107
Figura 22 - Redes Sociais – Tipologia Básica.....	109
Figura 23 – Redes <i>Topdown</i> ou Japonesa.....	110
Figura 24 - Redes Flexíveis. ....	110
Figura 25 - Distribuição dos EES da Rede Mandala.....	134

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CGA	Comitê Gestor Ampliado
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
EAFES	Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
Ecosol	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FPES	Fórum Paranaense de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LOAs	Leis Orçamentárias Anuais
MEI	Microempreendedor Individual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações Não Governamentais
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PME	Pequena e Microempresa
Rede Mandala	Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade
TCLE/TCUISV	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz
TA	Trabalho associado
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TECSOL	Incubadora de Economia Solidária da UTFPR, campus Curitiba
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1.1 Objetivos</b> .....	<b>16</b>
1.1.1 Objetivo Geral .....	16
1.1.2 Objetivos Específicos .....	16
<b>1.2 Justificativa e relevância</b> .....	<b>16</b>
<b>1.3 Antecedentes da pesquisa e as motivações para pesquisar redes solidárias</b> .....	<b>18</b>
<b>1.4 Metodologia de pesquisa</b> .....	<b>21</b>
1.4.1 Dados Secundários .....	23
1.4.2 Dados Primários .....	26
<u>1.4.2.1 Caracterização do universo pesquisado.....</u>	<u>27</u>
<u>1.4.2.2 Sujeitos da pesquisa .....</u>	<u>27</u>
<u>1.4.2.3 Locais da pesquisa.....</u>	<u>29</u>
<u>1.4.2.4 Instrumentos para coleta de informações.....</u>	<u>29</u>
<u>1.4.2.5 Procedimentos de coleta .....</u>	<u>30</u>
1.4.3 Método de análise de dados .....	31
<b>1.5 Organização do trabalho</b> .....	<b>31</b>
<b>2 TRABALHO E CAPITAL</b> .....	<b>34</b>
<b>2.1 As relações entre exclusão social e pobreza no mundo globalizado</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2 O trabalho e a crise do capital</b> .....	<b>40</b>
<b>2.3 Transformações atuais do trabalho: estratégias de enfrentamento ao desemprego</b> .....	<b>46</b>
<b>2.4 Trabalho associado: características e desafios</b> .....	<b>53</b>
<b>3 BALANÇO TEÓRICO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	<b>59</b>
<b>3.1 O que é Economia Solidária?</b> .....	<b>60</b>
<b>3.2 Economia Solidária: trajetória e acúmulos</b> .....	<b>64</b>
3.2.1 Economia Solidária no Estado do Paraná .....	73
<u>3.2.1.1 Empreendimentos Econômicos Solidários no Paraná.....</u>	<u>76</u>
<b>3.3 A SENAES e as estratégias de fortalecimento da Economia Solidária</b> .....	<b>85</b>
<b>4 REDES E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	<b>93</b>
<b>4.1 Redes no Brasil: uma breve exposição</b> .....	<b>96</b>
<b>4.2 Conceituação e morfologia das redes</b> .....	<b>98</b>

<b>4.3 Fundamentos de uma rede.....</b>	<b>103</b>
<b>4.4 Tipologia de redes.....</b>	<b>106</b>
<b>4.5 Vantagens e desafios do trabalho em rede.....</b>	<b>112</b>
<b>4.6 Redes de Economia Solidária .....</b>	<b>115</b>
<b>5 REDE MANDALA – REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE.....</b>	<b>121</b>
<b>5.1 Caracterização da Rede Mandala.....</b>	<b>122</b>
<b>5.2 Dimensão organizativa .....</b>	<b>135</b>
<b>5.3 Conexões .....</b>	<b>141</b>
<b>5.4 A relevância da política pública .....</b>	<b>146</b>
<b>5.5 Formação e acompanhamento.....</b>	<b>148</b>
<b>5.6 Desafios e vantagens.....</b>	<b>152</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE A – Guia para entrevista em profundidade.....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)/ Termo de consentimento para uso de imagem e som de voz (TCUISV) .....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE C – Autorização para uso do nome da Rede Mandala.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO A – Carta de princípios da Rede Mandala .....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXO B – Regimento interno da Rede Mandala .....</b>	<b>184</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No capitalismo, como consequência de rígidos processos de combate aos trabalhadores e às suas conquistas históricas, dos altos níveis de desemprego, da precarização do trabalho e do progressivo retrocesso das políticas sociais, diversos projetos e organizações socioeconômicas passaram a ocupar espaço na sociedade e no debate acadêmico (WELLEN, 2012).

A título de exemplo, pode-se mencionar o trabalho associado (TA) que, para Anjos (2012), tem ganhado relevância, já que um expressivo contingente da classe trabalhadora dos países centrais e periféricos vem utilizando dessa modalidade de trabalho para preservar sua reprodução social. Para Fischer e Tiriba (2009), o TA se caracteriza pela “apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto a utilização dos excedentes e aos rumos da produção” (p. 293).

Conforme Dal Ri e Vieitez (2009), as organizações de TA existem desde meados do século XIX e, mesmo sendo um fenômeno intersticial da ordem capitalista, dão testemunho da resistência dos/as trabalhadores/as ao trabalho alienado, reforçando valores de igualdade e liberdade<sup>1</sup>. Com frequência, o TA aparece na literatura para referir-se às cooperativas de trabalho. No entanto, essas organizações não se restringem a esse tipo de formalização, podendo ser reconhecidas como Economia Solidária, Economia Social, Empreendimentos de Autogestão, dentre outras denominações.

No caso da Economia Solidária (Ecosol), foco desta dissertação, podemos entendê-la como uma forma de organizar os/as trabalhadores/as a partir de relações econômicas e sociais baseadas na autogestão, cooperação, solidariedade e coletividade. Além disso, a Ecosol também é apresentada por aqueles que a defendem como portadora de ideais de emancipação social, como uma nova estratégia para a redução da pobreza e da exclusão (LEITE, 2015). Ou seja, a Ecosol não se limitaria ao espaço interno das organizações, abarcando e promovendo mudanças estruturais na sociedade.

Cabe destacar que a Ecosol é heterogênea, uma vez que representa também um conjunto maior de iniciativas enredadas a ela, de origem política,

---

<sup>1</sup> Dal Ri e Vieitez (2009, p.1) apontam que “a partir de 1980, em muitos países do mundo, mas particularmente na América Latina, o TA vem adquirindo um maior empuxe e visibilidade”.

identitária, religiosa etc. Dessa forma, o campo da Ecosol no Brasil é composto não só por empreendimentos econômicos solidários (EES), dos quais fazem parte associações, cooperativas e coletivos informais (de produção, comercialização, trocas, etc.), mas também por entidades de assessoria e/ou fomento, ligas ou uniões, fóruns e instâncias governamentais.

Com relação aos EES, Addor (2006) e Neves (2014) mencionam que estes enfrentam desafios significativos, tais como: a estruturação da comercialização; a dificuldade de inserção no mercado; a vulnerabilidade financeira; o desafio da mobilização das pessoas; a manutenção da consistência ideológica; a contribuição técnico-científica e a organização de políticas públicas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (2013), os EES são tímidos e pouco articulados, enfrentando dificuldades como “a logística, a comercialização, a centralização da informação, as dificuldades de formação, a comunicação, a divulgação e o escoamento da produção” (p. 50).

Uma das estratégias para a superação do isolamento comercial, o fortalecimento e ampliação dos EES e das outras organizações da Ecosol é a criação de redes de Economia Solidária, tratadas nesta dissertação como Redes Solidárias, tais como a Rede Justa Trama, a Rede Sol MG, a Rede Ecoturismo de São Paulo e a Rede Design Possível (mencionadas na seção 4.6 deste trabalho).

Furtado *et al.* (2021) mencionam que as Redes Solidárias representam uma alternativa potente e concreta para as atuais condições de trabalho, especialmente para o grande contingente de pessoas que, excluídas do emprego formal, buscam outros caminhos para a sobrevivência. Tais redes também se configuram como um instrumento de disputa por um novo modelo de desenvolvimento, centrado nas experiências locais, na combinação do desenvolvimento econômico, social e ambiental e nas vivências da classe que vive do trabalho.

Mas em que medida a constituição de Redes Solidárias contribuem para o fortalecimento do trabalho associado daqueles/as que estão em seus EES? É a partir desta pergunta e do contexto apresentado que esta dissertação se desenvolve. Trata-se de um estudo de caso sobre a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala), uma Rede Solidária formada por 96 EES,

que iniciou suas atividades em 2018, a partir do Termo de Fomento nº 857556/2017 junto ao Governo Federal<sup>2</sup>.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Compreender como a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala) contribui para o fortalecimento do trabalho associado de seus/suas trabalhadores/as.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Investigar questões relativas ao Trabalho, à Economia Solidária e às Redes Solidárias;
- Caracterizar a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala);
- Analisar as percepções e experiências dos/as trabalhadores/as na Rede Mandala.

## **1.2 Justificativa e relevância**

O tema das Redes Solidárias vem sendo historicamente discutido nos espaços de articulação política da Ecosol, atravessando contextos favoráveis e adversos para o seu desenvolvimento. A exemplo disso é possível mencionar a IV, V e VI Plenária Nacional de Economia Solidária, realizadas, respectivamente, nos anos de 2008, 2013 e 2022, que marcaram, na mesma ordem, o reconhecimento, o ápice de investimentos públicos e o descaso do Governo Federal com relação à Ecosol, conforme detalhado na seção 3.3 desta dissertação.

Em 2008, momento em que houve um crescimento e dispersão expressiva dos investimentos públicos destinados à Ecosol, durante a IV Plenária Nacional, a constituição de redes e cadeias de produção foi reconhecida como uma das bandeiras prioritárias para o fortalecimento da produção, da comercialização e do

---

<sup>2</sup> A Rede Mandala é caracterizada no capítulo 5.

consumo solidário, que demandava programas e políticas públicas de infraestrutura e apoio (FBES, 2008).

Na V Plenária Nacional, em 2013, período em que as dotações orçamentárias aportados na Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES alcançaram seu ápice, um dos encaminhamentos feitos ao Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, foi a

implantação de políticas públicas, organizadas a partir do território, que fortaleçam os Empreendimentos Econômicos Solidários, priorizando o apoio ao seu financiamento, a comercialização solidária e o estímulo à sua organização em redes e cadeias econômico-solidárias (FBES, 2013, p. 29).

Entre 2013 e 2017, a SENAES efetivou ações de fomento e fortalecimento de EES e Redes de Cooperação<sup>3</sup>. Conforme Chiariello, Fonseca e Morais (2021), foram investidos entre os anos de 2004 e 2017 R\$ 263,98 milhões nessa temática - 20,59% das dotações destinadas à Ecosol via SENAES.

Em 2022, após um brutal processo de desmonte da política pública nacional de Ecosol, detalhado na seção 3.2 deste trabalho, ocorreu a VI Plenária Nacional, que manteve a pauta das Redes Solidárias e a defendeu como uma estratégia de organização do movimento de Ecosol para o enfrentamento da conjuntura de ataques à classe trabalhadora. Alguns posicionamentos relacionados às Redes Solidárias abordados na plenária foram:

- Fortalecer os princípios e os empreendimentos da economia solidária, organizando o movimento a partir do fortalecimento do debate em políticas públicas, na articulação efetiva em rede, oferecendo respostas concretas aos problemas das/os trabalhadoras/es, implantando projetos com tecnologia social;
- Promover parcerias, eventos e intercâmbios de troca de saberes e experiências entre redes;
- Incentivar as mulheres a se organizar em redes de produção os empreendimentos formados por elas;
- Fortalecer as redes territoriais, fazendo incidência de forma coletiva junto ao poder público;
- Avançar os empreendimentos para que se organizem em redes como uma estratégia para seus fortalecimentos e do movimento de economia solidária. (UNICOPAS; FBES, 2022, p. 12-15).

---

<sup>3</sup> As Redes de Cooperação, nomeadas como Redes Solidárias nesta dissertação, são abordadas na seção 4.6.

Visto isso, concorda-se com a percepção de Lima e Moretti (2021), que destacam que a organização de redes representa mais do que uma estratégia, trata-se de um princípio da Ecosol, que se consolida ao longo da caminhada dos EES e na inviabilidade de se obter êxito de forma isolada.

Diante da importância da construção de redes para a Ecosol e dos subsídios fornecidos pela SENAES para alavancá-las, nota-se que, enquanto campo de estudos, o tema das Redes Solidárias ainda é pouco explorado. Ou seja, observa-se uma carência de pesquisas na área, conforme mencionado na seção 1.4.1 desta dissertação, que trata da revisão bibliográfica realizada. Lima (2018) pontua ainda que os avanços relacionados ao desenvolvimento das Redes Solidárias, os conhecimentos obtidos com estas práticas, são pouco compartilhados na comunidade acadêmica.

Sendo assim, ao estudar uma Rede Solidária e as suas contribuições para o fortalecimento do trabalho associado, a relevância desta dissertação está no fornecimento de subsídios científicos que podem contribuir não só com o campo acadêmico da Economia Solidária mas, especialmente, com o aperfeiçoamento dessa forma de organização de trabalhadores e trabalhadoras e com o desenvolvimento de novas experiências.

### **1.3 Antecedentes da pesquisa e as motivações para pesquisar redes solidárias**

O conceito de “pesquisador militante”, por nós entendido como o aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo, pode parecer chocante – praticamente um oxímoro – para muitos. Porém, aqui estamos defendendo apenas que o tema não deve ser enterrado, e sim cada vez mais discutido, sobretudo diante de tantos casos de pesquisadores que na prática acumulam diferentes papéis. Isso significa que o trabalho de pesquisa não deve ser previamente invalidado caso seu autor também acumule militância no campo pesquisado. É muito provável que ele tenha optado por fazer pesquisa em ciências sociais sobre determinado tema justamente porque sua trajetória de vida (e de militância) o levou a se interessar em descrever e analisar de modo crítico a realidade em que estava ou está envolvido. (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 44).

Peço licença para trazer, em primeira pessoa do singular, minha trajetória, já que me identifico com o conceito de “pesquisador militante” de Cunha e Santos (2011). Inicialmente gostaria de me apresentar. Me chamo Rayane Souza Costa, sou uma mulher, negra, espírito-santense (ou, se preferirem, capixaba) do extremo noroeste do Espírito Santo, filha de um professor e de uma dona de casa que

sempre acreditaram que a educação é o melhor caminho para construir o futuro e que me incentivaram a lutar por ela. Foi assim que em 2010, ainda adolescente, me mudei para Nova Venécia - ES para cursar o ensino técnico integrado em Edificações no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e, mais tarde, em 2014, para Curitiba – PR, para cursar graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Apesar de ter crescido em um lar politicamente ativo, foi somente a partir de 2014 que essa história de “militância” começa. Logo nos primeiros semestres da graduação, por indicação de colegas, me aproximei do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da universidade (EMAU-UTFPR). Foi lá que além de me aproximar dos debates relacionados à prática profissional, ao compromisso com a realidade social e à extensão universitária, pude conhecer e praticar a autogestão, e me envolver intensamente com o movimento estudantil.

Paralelamente, frequentei o Laboratório de Urbanismo, Planejamento e Paisagem da UTFPR (Lupa) e contribuí, parcialmente, nas atividades do projeto interdisciplinar “Observatório Conflitos Urbanos de Curitiba”, que objetiva mapear manifestações da conflitualidade social da cidade que possuem relação com políticas públicas. Nessa experiência aprendi com o Gui (*in memoriam*) a falar das lutas populares com encantamento e empolgação.

Já em 2017, a pedido de dois amigos, contribuí no grupo de trabalho de cultura da 16ª Jornada de Agroecologia do Paraná, evento que me possibilitou o estabelecimento de vínculo com o Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra do Paraná. No mesmo ano, por recomendação da professora Simone Polli, me vinculei à TECSOL – Incubadora de Economia Solidária da UTFPR, campus Curitiba, onde fui acolhida com muito carinho pelos/as professores/as, bolsistas e voluntários/as.

Na TECSOL, fui extensionista, estagiária, voluntária e tive a oportunidade de participar ativamente do movimento da Economia Solidária. Dialoguei com os/as trabalhadores/as dos EES, atuei em instâncias políticas, como o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária e o Fórum Estadual de Economia Solidária - onde pude contribuir especialmente no processo de regulamentação da Lei 19.784, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária do

Paraná<sup>4</sup>. Fiz pesquisa, fui educanda e educadora em diversos espaços de formação, me aproximei da educação popular, contribuí na organização de feiras e mostras, aprendi a gostar de comunicação, fiz muitas amizades e encontrei muito afeto.

Nesse ínterim, iniciou-se a construção da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala), a partir do Termo de Fomento nº 857556/2017 conduzido pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA junto ao Governo Federal e com apoio da TECSOL. Em 2020 fui contratada como Agente de Desenvolvimento Local pelo Termo de Fomento, para acompanhar os EES vinculados à rede. Um trabalho desafiador, pois era o início da pandemia de Covid-19<sup>5</sup>, estávamos preocupados, com medo e isolados. Tivemos que aprender juntos/as, com muitas dificuldades, novas formas de convivência, comunicação e, principalmente, de comercialização.

Ainda em 2020 finalizei meu trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “Centro Público de Economia Solidária: emancipação e desenvolvimento”, que me proporcionou um mergulho teórico na temática da Economia Solidária, sua conceituação, trajetória, estrutura, forma de funcionamento, avanços e desafios. O processo de construção do TCC, somado às experiências anteriores junto ao movimento da Economia Solidária, me incentivaram a continuar contribuindo cientificamente com a temática.

Em 2021 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE-UTFPR), com o intuito de pesquisar sobre as redes de Economia Solidária. A escolha pelo PPGTE-UTFPR se deu pelo incentivo aos estudos sobre Tecnologia Social durante o período que estive na TECSOL. A leitura que mais me marcou nessa época, uma indicação da professora Marilene, foi o texto “Construção do marco analítico conceitual da Tecnologia Social”<sup>6</sup>, de Henrique Novaes e Rafael Dias. A partir de

---

<sup>4</sup> A Lei 19.789/2018 foi regulamentada pelo decreto 3932/2020.

<sup>5</sup> De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, a Covid-19 é uma infecção respiratória grave causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, de elevada transmissibilidade. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, ou seja, a OMS apontou que existiam surtos da doença em vários países e regiões do mundo, o que demandou inúmeras medidas que evitassem a propagação do vírus, incluindo o isolamento/distanciamento social. Para mais informações: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> e <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

<sup>6</sup> NOVAES, H.; DIAS, R. B. Construção do marco analítico conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. Ed. Campinas: Komedi, 2010.

uma aproximação com a área da arquitetura, o texto me auxiliou a compreender a tecnologia para além do artefato, com mais cuidado e atenção para os seus processos, como descrito por Gadotti (2009, p. 56):

Tecnologia social é um conceito amplo e pode compreender tanto produtos como técnicas com metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam propostas efetivas de transformação social. Ela pressupõe a participação dos sujeitos beneficiados pelo projeto ou produto desde a sua organização e implementação até a sua avaliação final. As tecnologias sociais buscam o desenvolvimento autônomo das comunidades em suas diferentes demandas: alimentação, habitação, renda, educação, energia, saúde, meio ambiente... fazendo dialogar o saber técnico-científico com o saber popular. Como todo conceito, está em evolução, modificando-se e sendo reinventado nas práticas concretas.

Com o passar do tempo, a partir das minhas vivências e convivências, compreendi que a relação entre a Tecnologia Social e a Economia Solidária é umbilical, ou seja, não é possível pensar uma sem a outra. Foi a partir disso que passei a procurar entender as redes de Economia Solidária como um processo tecnológico de fortalecimento dos/as trabalhadores/as, dos EES e das organizações envolvidas com a temática da Ecosol. Por fim reforço, a partir de Ribeiro (2021, p. 34), que “o conhecimento que estou produzindo é impactado pela minha experiência de vida, pelas ideias que defendo, pela cultura dos lugares onde estive e pelos valores nos quais acredito e que defendo”.

#### **1.4 Metodologia de pesquisa**

Esta pesquisa é um estudo de caráter exploratório e sua abordagem metodológica e epistemológica é a qualitativa histórico-dialética, já que busca compreender a essência do fenômeno investigado, e as relações com seu contexto histórico e cultural (RICHARDSON, 1999). O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de obter informações a respeito de um fenômeno, buscando “proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torna-lo explícito” (SILVA; MENEZES, 2005, p.21). Conforme Appolinário (2004), o estudo exploratório busca ampliar o entendimento de um fenômeno que ainda é pouco conhecido ou não perfeitamente delineado, colaborando com o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Optou-se pelo método qualitativo porque ele permite a realização de estudos profundos sobre uma extensa variedade de tópicos. Como destaca Yin (2016), o

método possibilita estudar, a partir de opiniões e perspectivas, o significado da vida das pessoas, bem como entender as condições contextuais em que elas vivem. Isto é, a abordagem qualitativa propicia uma descrição mais ampla do fenômeno pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2003). Cabe destacar que nessa abordagem os dados são coletados por meio de interações sociais e analisados subjetivamente pelo/a pesquisador/a (APPOLINÁRIO, 2004).

A estratégia utilizada na pesquisa, seu procedimento técnico, é a de estudo de caso, muito adotada quando “o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 19).

A coleta de dados primários<sup>7</sup> foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, que visa “saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita” (RICHARDSON, 1999, p. 208). A pesquisa “informará a situação existente no momento da coleta de dados” (RICHARDSON, 1999, p. 148), por isso trata-se de um estudo de corte transversal.

Para o levantamento de dados secundários foram utilizadas as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa documental envolve materiais que não receberam tratamento analítico, enquanto que a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o/a pesquisador/a em contato com o que foi elaborado sobre determinado assunto e tornado público (livros, artigos científicos, manuais, normas, documentos legais, etc.). Gil (2002) defende que a pesquisa ou revisão bibliográfica permite que o/a pesquisador/a acesse uma dimensão mais ampla do assunto de interesse do que conseguiria ao pesquisar diretamente.

Considerando que no meio acadêmico as Redes Solidárias apresentam-se como um tema complementar (como exposto na seção 1.4.1 deste trabalho), esta pesquisa busca levantar suas características, bem como reconhecer a sua multiplicidade, vantagens e desafios. Assim, os dados primários foram coletados

---

<sup>7</sup> De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 102), “os ‘dados’, em uma pesquisa, referem-se a todas as informações das quais o/a pesquisador/a pode se servir nas diferentes etapas do trabalho”. Os autores apontam que os dados primários não são encontrados em outros documentos e por isso são “extraídos da realidade, pelo trabalho do próprio pesquisador” (p. 103), enquanto que os dados secundários podem ser acessados através de pesquisas bibliográficas ou documentais. Vale ressaltar que, apesar de Marconi e Lakatos (2003) considerarem a pesquisa documental como fonte primária, esta dissertação a considera como fonte secundária.

com o intuito de captar as percepções dos/as trabalhadores/as diretamente envolvidos na Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala), uma experiência recente de Rede Solidária.

Diante dessas considerações iniciais, as seções seguintes detalham, respectivamente, o levantamento dos dados secundários e primários, o método de análise do conteúdo obtido das fontes primárias e a forma de organização do trabalho.

#### 1.4.1 Dados Secundários

Para a pesquisa bibliográfica foram feitas consultas na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>), na Plataforma Anpad Spell (<http://www.spell.org.br>), na Plataforma Scielo (<https://scielo.org/en/>) e no site da Revista *Otra Economía* (<https://www.revistaotraeconomia.org/>). As consultas foram realizadas a partir de diferentes palavras-chave, mas em todas enfatizando os termos “Economia Solidária” e “Redes”. Também foram adotados filtros que limitavam a busca em pesquisas publicadas no intervalo do ano de 2015 a 2021<sup>8</sup> e em idioma português e espanhol<sup>9</sup>.

A partir de busca com as formulas (“Economia Social” OR “Economia Solidária” OR “Humano Economia” OR “Economia do trabalho emancipado” OR “Economia Popular Solidária” OR “Socioeconomia Solidária”) AND (Red\* OR Diagn?stico); Economia AND Solidária AND Redes; Economia AND Solidária AND Análise; Economia AND Solidária AND Diagn\*; foram encontrados 58 trabalhos no Portal de Periódicos da CAPES, incluindo artigos e dissertações.

Já na plataforma de busca científica Anpad Spell utilizou-se somente o termo “Economia Solidária” e 52 resultados foram encontrados. Por sua vez, na plataforma Scielo, usando a fórmula de busca (“Economia Solidária” OR “Economía Social” OR “Economía Solidaria”) AND (Redes OR Cadeias)), foi possível encontrar 20 resultados. Por fim, na Revista *Otra Economía* buscou-se por todas as produções

<sup>8</sup> A escolha do intervalo de 2015-2021 foi para acessar produções realizadas a partir do início do desmonte da política pública nacional da Economia Solidária, como é detalhado no capítulo 3 desta dissertação.

<sup>9</sup> Incluímos nos filtros de busca pesquisas em espanhol uma vez que o tema da Economia Solidária já se encontra bastante difundido também em outros países da América Latina.

publicadas entre 2015 e 2021, incluindo apresentações e resenhas, totalizando 162 trabalhos<sup>10</sup>.

Constatou-se que, dos 292 trabalhos encontrados nas quatro plataformas de busca utilizadas, somente 15 possuem em seus títulos o termo “rede”. Esses 15 trabalhos abordam questões relacionadas a gênero, à competição, ao conflito, às conexões, às convivências, à organização social, às vantagens competitivas, às práticas colaborativas, aos ganhos coletivos, à viabilidade socioeconômica e à emancipação dos/as trabalhadores/as em empreendimentos e redes de Ecosol.

Vale ressaltar que apesar do número expressivo de publicações relacionadas à Ecosol, ainda há uma quantidade relativamente pequena de pesquisas que possuem em seus títulos o termo “rede”. Mesmo utilizando os filtros das plataformas para direcionar a busca, foram encontrados poucos resultados que possuíam o termo em seus títulos. Os títulos que possuem o termo “rede” estão organizados no Quadro 1. Três deles, “‘Sozinhos não Vamos Vencer’: Práticas Colaborativas e Ganhos Coletivos em uma Rede de Empreendimentos da Economia Solidária Brazil”, “Economia Solidária - Análise Estrutural e de Relacionamento de seus Atores: o Caso da Rede de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba-PR” e, “A construção do mercado solidário brasileiro: contribuição das redes de Economia Solidária”, se repetem em plataformas distintas, por isso a tabela conta com 18 títulos.

**Quadro 1 - Trabalhos encontrados que possuem o termo “rede”.**

Plataforma	Título	Categoria
Revista Outra Economia	Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel.	Artigo
	Experiência das mulheres da Rede Xique Xique: análise dos avanços socioeconômicos.	Artigo
	Sentidos y afectaciones de la Red de Grupos de Mujeres Rurales del Uruguay,	Artigo
Anpad Spell	Redes de Solidariedade no Campo: Grupo de Artesanato das Mulheres do Assentamento do MLST Lucilene Fernandes, Uberlândia, Minas Gerais.	Ensaio
	“Sozinhos não Vamos Vencer”: Práticas Colaborativas e Ganhos Coletivos em uma Rede de Empreendimentos da Economia Solidária Brazil.	Artigo
	Redes de Poder em Empreendimentos Solidários de Reciclagem.	Artigo
	Economia Solidária - Análise Estrutural e de Relacionamento de seus Atores: o Caso da Rede de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba-PR.	Artigo

<sup>10</sup> É importante ressaltar que as plataformas de busca de trabalhos científicos podem exigir diferentes fórmulas para filtrar as pesquisas.

Periódicos CAPES	Os saberes das Redes de Economia Popular Solidária do Extremo Sul do Brasil: análise do município de Jaguarão, RS.	Artigo
	“Sozinhos não vamos vencer”: práticas colaborativas e ganhos coletivos em uma rede de empreendimentos da Economia Solidária Brasil.	Artigo
	Economia Solidária - Análise Estrutural e de Relacionamento de seus Atores: o Caso da Rede de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba-PR.	Artigo
	Complexidade e as Redes de Economia Solidária.	Artigo
	A construção do mercado solidário brasileiro: contribuição das redes de Economia Solidária.	Dissertação
	Ação concertada ou disciplinamento? o debate entre teorias voluntaristas e sistêmicas para a compreensão das relações de poder em redes de economia solidária.	Artigo
	Vantagens Competitivas da Formação de Redes de Economia Solidária: o caso Rede Abelha Ceará.	Artigo
	La Economía Social Solidaria: Redes Productivas.	Artigo
SciELO	A construção do mercado solidário brasileiro: contribuição das redes de Economia Solidária.	Dissertação
	Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010).	Tese
	Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil).	Artigo

**Fonte: Autoria própria (2022).**

Os resultados encontrados na pesquisa bibliográfica, em sua maioria, tratam das redes enquanto tema complementar, ou seja, não conceituam e nem abordam a estrutura dessa forma de organização, restringindo-se às experiências, aos acúmulos e às ações das redes, sem discutir o que é e o que caracteriza uma rede. Foi necessário então buscar outras pesquisas que contribuíssem efetivamente com o tema desta dissertação. Nessa nova busca foi adquirido o livro “Redes Solidárias: experiências no campo da Economia Solidária”, organizado por Furtado *et al.* (2021). No livro, além de diversos relatos de experiências, foi possível conhecer trabalhos de outros pesquisadores/as que estudam redes, como a dissertação intitulada “A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária: um estudo de caso” de Lima (2018), que analisou as Redes de Cooperação de Ecosol e suas contribuições para a sustentabilidade dos EES e para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho.

Ao levantar a bibliografia sobre Redes de Cooperação a partir de pesquisas que continham em seus títulos os termos “Redes de Cooperação”, “Redes de Colaboração Solidária”, “Redes Solidárias”, “Arranjos Produtivos Locais” e “Complexo Cooperativo”, Lima (2018) também identificou que este campo é carente de pesquisas. Um dos trabalhos levantados pela autora foi a dissertação “Redes de

Colaboração Solidária: um estudo sobre a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras”, de Foguel (2009), que investiga amplamente a definição de rede. Esses dois trabalhos - de Lima (2018) e de Foguel (2009) -, foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Já com relação à pesquisa documental, de materiais que não receberam tratamento analítico, foram analisados documentos referentes à dimensão organizativa do objeto de estudo da dissertação, a Rede Mandala. Incluiu-se a carta de princípios (ANEXO A) e regimento interno da rede (ANEXO B), além do Relatório Geral do CADSOL de 2018, disponibilizado pela Comissão Especial CADSOL – Paraná<sup>11</sup>, que oferece informações sobre o perfil dos/as trabalhadores/as e EES do Paraná. Os documentos foram utilizados nos capítulos 3 e 5 desta dissertação.

#### 1.4.2 Dados Primários

Os dados primários foram levantados por meio de entrevistas em profundidade com trabalhadores/as vinculados/as aos EES que compõem a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala) e com integrantes do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), entidade de apoio e fomento à Economia Solidária (EAFES) que a conduziu o Termo de Fomento junto ao Governo Federal, pelo qual a rede foi fomentada. Cabe ressaltar que a entrevista em profundidade é uma conversação guiada que visa obter do/a entrevistado/a o que ele/a considera mais relevante em determinado problema (RICHARDSON, 1999).

Por se tratar de um estudo envolvendo seres humanos, as entrevistas ocorreram somente após a aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, aprovado sob o protocolo nº 59903022.4.0000.5547. Para garantir o sigilo ético da pesquisa optou-se pela troca dos nomes dos/as entrevistados/as e de outras pessoas citadas nas entrevistas. A partir de reunião do comitê gestor da Rede Mandala, instância máxima de decisão da rede, permitiu-se a utilização do nome da rede nesta dissertação, conforme Apêndice C.

---

<sup>11</sup> Obteve-se acesso a este relatório, que não foi publicado oficialmente, por meio de contato com membros da Comissão Especial CADSOL – Paraná. Portanto, o documento não consta na lista de referências bibliográficas desta dissertação.

#### 1.4.2.1 Caracterização do universo pesquisado

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade – Rede Mandala é uma rede articulada com o intuito de fortalecer empreendimentos econômicos solidários (EES), do campo e da cidade, situados em diferentes regiões do Estado do Paraná. Esta rede foi impulsionada por meio do Termo de Fomento nº 857556/2017, conduzido pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA, com recursos oriundos do Ministério da Cidadania – Governo Federal, possibilitado pelo Edital de Chamada Pública nº 001/2017 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que previa o fomento e o fortalecimento de EES e suas redes de cooperação. A vigência do termo foi de cinco anos, com início em 2018 e término em 2022 (CARNEIRO; PEQUENO; BEATRIZ, 2023).

Conforme Pequeno e Carneiro (2023), a Rede Mandala é composta por 96 EES, sendo 39 rurais e 57 urbanos, envolvendo EES informais e/ou familiares, associações e cooperativas, organizados em 8 redes menores – reconhecidas também como “redinhas” - a partir das suas trajetórias, seus territórios e segmentos de atuação (agricultura familiar convencional e orgânica, agroindústria, panificação, artesanato, prestação de serviços, trocas, organização política/comunitária etc.). São elas as redinhas: Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR; Núcleo Maria Rosa da Anunciação; Rede de Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária – Rede COPASOL; Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária; Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Rede Pinhão de Clubes de Troca; Rede de Segurança Alimentar e; Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa. A Rede Mandala está detalhada no capítulo 5.

#### 1.4.2.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa são trabalhadores/as vinculados/as aos EES que compõem a Rede Mandala e integrantes do CEFURIA. Foram realizadas 5 entrevistas, com homens e mulheres, com mais de 18 anos. Optou-se por pessoas com expressiva atuação em reuniões, formações e comitês gestores da Rede Mandala. Além disso, levando em consideração as limitações e os desafios impostos

pela pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas somente com pessoas que se comprometeram a respeitar as medidas de minimização dos riscos de transmissão da doença, conforme consta no Apêndice B (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz - TCLE/TCUISV).

O Quadro 2 apresenta algumas informações básicas sobre as pessoas entrevistadas, incluindo a organização a qual o/a trabalhador/a está vinculado/a, a idade e a maneira como acessou à Ecosol. Os nomes indicados são fictícios.

**Quadro 2 - Informações sobre os sujeitos da pesquisa.**

Sujeito	Idade	Organização (EES e/ou EAFES)	Campo x Cidade	Local da entrevista	Como acessou à Ecosol
Tiago	26	Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver	Cidade	Sede da associação	O trabalhador conheceu e estudou a Ecosol na universidade, em uma disciplina na graduação. Ingressou em um EES após ficar desempregado em 2020. Atualmente está vinculado a quatro EES urbanos.
Fabiano	48	Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR	Campo	Feira de alimentos orgânicos	Fazia parte dos movimentos da igreja católica e aos 28 anos se vinculou ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná (MST-PR), pois queria ficar próximo à natureza, já que estava exausto do fluxo da cidade.
Carolina	59	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA)	Cidade	Universidade Federal do Paraná	Conhece a Ecosol há mais de 20 anos. Iniciou seus trabalhos junto à Ecosol no CEFURIA, nos anos 2000, atuando na organização e acompanhamento de clubes de trocas.
Bianca	64	Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária	Cidade	Feira de Economia Solidária	Participava das feiras de bairro organizadas pela Secretaria de Turismo de Curitiba/PR, quando em 2015 conheceu uma trabalhadora da Ecosol que a convidou para compor um EES.
Paulo	54	Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver e Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA)	Cidade	Sede da associação	Integrante de EES e de EAFES, se aproximou da Ecosol em 2014, contratado pelo CEFURIA como educador para atuar com as padarias comunitárias. Em seguida, para fortalecer uma amiga que passava por necessidades financeiras, compôs um EES.

Fonte: Autoria própria (2023).

#### 1.4.2.3 Locais da pesquisa

Apesar da significativa extensão territorial da Rede Mandala, abrangendo 21 municípios, as entrevistas ocorreram somente em Curitiba/PR. A capital concentra diversas reuniões e atividades formativas e de comercialização das quais os membros dos EES e das EAFES participam com regularidade. As entrevistas ocorreram em locais definidos pelos/as entrevistados/as, conforme apontado anteriormente no Quadro 2.

#### 1.4.2.4 Instrumentos para coleta de informações

A entrevista em profundidade, instrumento de coleta dos dados primários da pesquisa, foi construída a partir de um guia curto e flexível (APÊNDICE A), elaborado em tópicos condizentes com o objetivo geral da pesquisa e referencial teórico utilizado, a saber: trajetória de trabalho; aproximação com a Ecosol; caracterização da Ecosol; atuação, desafios e vantagens do trabalho em Redes Solidárias.

Os tópicos foram elaborados e dirigidos aos/às trabalhadores/as sem pressupor respostas corretas ou erradas e sem um tempo limite de resposta para cada uma, de modo a oferecer tempo suficiente para o diálogo entre pesquisadora e entrevistado/a. Vale ressaltar que houve um compromisso de resguardo da segurança e do bem-estar dos participantes da pesquisa, oficializado por meio da obtenção do parecer ético, emitido pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UTFPR, aprovado sob o protocolo nº 59903022.4.0000.5547.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma integral. Segundo Azevedo et al. (2017), o ato de transcrever ultrapassa o simples ato de ouvir e escrever, trata-se de um procedimento que reduz, interpreta e representa os diálogos orais para que o texto escrito seja compreensível. Dessa maneira, transcrever não é uma tarefa impessoal e mecanizada, por isso reflete as interpretações dos/as pesquisadores/as, que captam não só o que é dito, mas a forma como os relatos são ditos.

Seguindo as orientações práticas para transcrição de entrevistas de Azevedo et al. (2017), as falas dos/as entrevistados/as foram transcritas de forma não

naturalista, em que o discurso verbal é privilegiado, ou seja, são omitidos os elementos idiossincráticos do discurso, “tais como gaguez, pausas, vocalizações involuntárias e linguagem não-verbal, apresentando-se, por isso, como uma transcrição mais polida e seletiva” (p. 163). O esquema de transcrição foi o linear, em que os tópicos apresentados pelo/a entrevistador/a são organizados em uma linha separada das falas do/a entrevistado/a, com suas respectivas identificações<sup>12</sup>.

#### 1.4.2.5 Procedimentos de coleta

A apresentação da proposta e o convite à participação na pesquisa com os devidos esclarecimentos foram feitos de forma individual, presencial – durante reunião do comitê gestor da Rede Mandala do mês de outubro de 2022 – e por meio de mensagens via Whatsapp. O convite individual foi feito às pessoas com expressiva atuação em reuniões, atividades formativas e comitês gestores da Rede Mandala. No convite foi evidenciado que os/as participantes precisariam ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz – TCLE/TCUISV (APÊNDICE B), no qual constam todas as informações sobre a pesquisa, as condições, os riscos e benefícios de participação.

Durante o convite, solicitou-se que os/as convidados/as analisassem o TCLE/TCUISV com calma e, caso quisessem participar da pesquisa, manifestassem interesse por mensagem no Whatsapp ou ligação telefônica. Após o aceite e a assinatura do TCLE/TCUISV, as entrevistas foram realizadas na modalidade presencial, em locais definidos pelos/as próprios/as entrevistados/as. Apesar dos receios e limitações decorrentes da pandemia da Covid-19, todas as medidas de minimização dos riscos de contaminação foram tomadas. A principal razão para a escolha de realizar as entrevistas em modo presencial foi a baixa qualidade de acesso às plataformas digitais de videoconferência, que boa parte dos membros da

---

<sup>12</sup> As transcrições das entrevistas aparecem nesta dissertação de duas maneiras: 1ª as citações curtas estão entre aspas, com fonte tamanho 12 e em itálico; 2ª as citações longas, possuem recuo de 4 cm da margem esquerda, não estão entre aspas, com fonte tamanho 10 e em itálico. Nas duas situações, os trechos das entrevistas estão acompanhados, entre parênteses, pela identificação do/a entrevistado/a (os mesmos organizados no Quadro 2) e o ano em que a entrevista foi realizada. Para maior entendimento dos trechos das entrevistas, em alguns casos, foram feitas intervenções entre colchetes “[ ]” nas citações transcritas (explicações, palavras que foram ditas anteriormente, etc.).

Rede Mandala possuem, que muitas vezes não impede a participação em reuniões virtuais, mas que poderia prejudicar a qualidade da entrevista.

#### 1.4.3 Método de análise de dados

Para a análise dos dados desta pesquisa foi considerado o método da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011, p.31), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” e se organiza cronologicamente em: pré-análise; análise do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise é a fase de organização do material que será analisado. Nesta etapa realiza-se o levantamento de todo material suscetível de utilização. No caso de análise de entrevistas, faz-se necessário a transcrição integral de todas as gravações realizadas. Na pré-análise também é importante estabelecer critérios de adequação, uma vez que o material obtido deve ser relevante aos objetivos estabelecidos para a pesquisa.

Na análise do material faz-se a codificação e categorização das informações obtidas na etapa de pré-análise. Nesta etapa, os dados brutos obtidos são sistematizados e agrupados em unidades que possibilitam a descrição das características importantes do conteúdo. Já no tratamento dos resultados busca-se responder as questões estabelecidas na pesquisa a partir da interpretação dos resultados obtidos nas entrevistas junto ao quadro teórico-metodológico adotado.

Dentre as categorias de análise definidas a partir do referencial teórico e dos elementos comuns observados nas entrevistas, destacam-se: a caracterização da Rede Mandala; dimensão organizativa; conexões; a relevância da política pública; formação e acompanhamento e; desafios e vantagens.

### 1.5 Organização do trabalho

Para representar de forma didática o processo de construção da pesquisa, este trabalho está dividido em seis capítulos.

O Capítulo 1, de introdução, traz uma breve exposição do contexto onde o trabalho está inserido, caracteriza o objeto da pesquisa, descreve os objetivos, apresenta as motivações para a pesquisa, aborda a relevância do trabalho, a metodologia de pesquisa usada e expõe a forma de organização da dissertação.

O Capítulo 2, intitulado “Trabalho e Capital”, trata da globalização e sua relação com a exclusão social e a pobreza, as relações entre a crise do capital e as transformações atuais do trabalho, bem como, as estratégias de enfrentamento ao desemprego, incluindo o trabalho associado, que fundamenta esta pesquisa.

O Capítulo 3 traz um balanço teórico sobre a Ecosol, apresentando sua conceituação, sua trajetória e seus acúmulos no Brasil e no Estado do Paraná, caracteriza os empreendimentos econômicos solidários (EES) do Paraná e seus/suas trabalhadores/as, e apresenta as estratégias de fortalecimento da Ecosol fomentadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) entre 2004 e 2019.

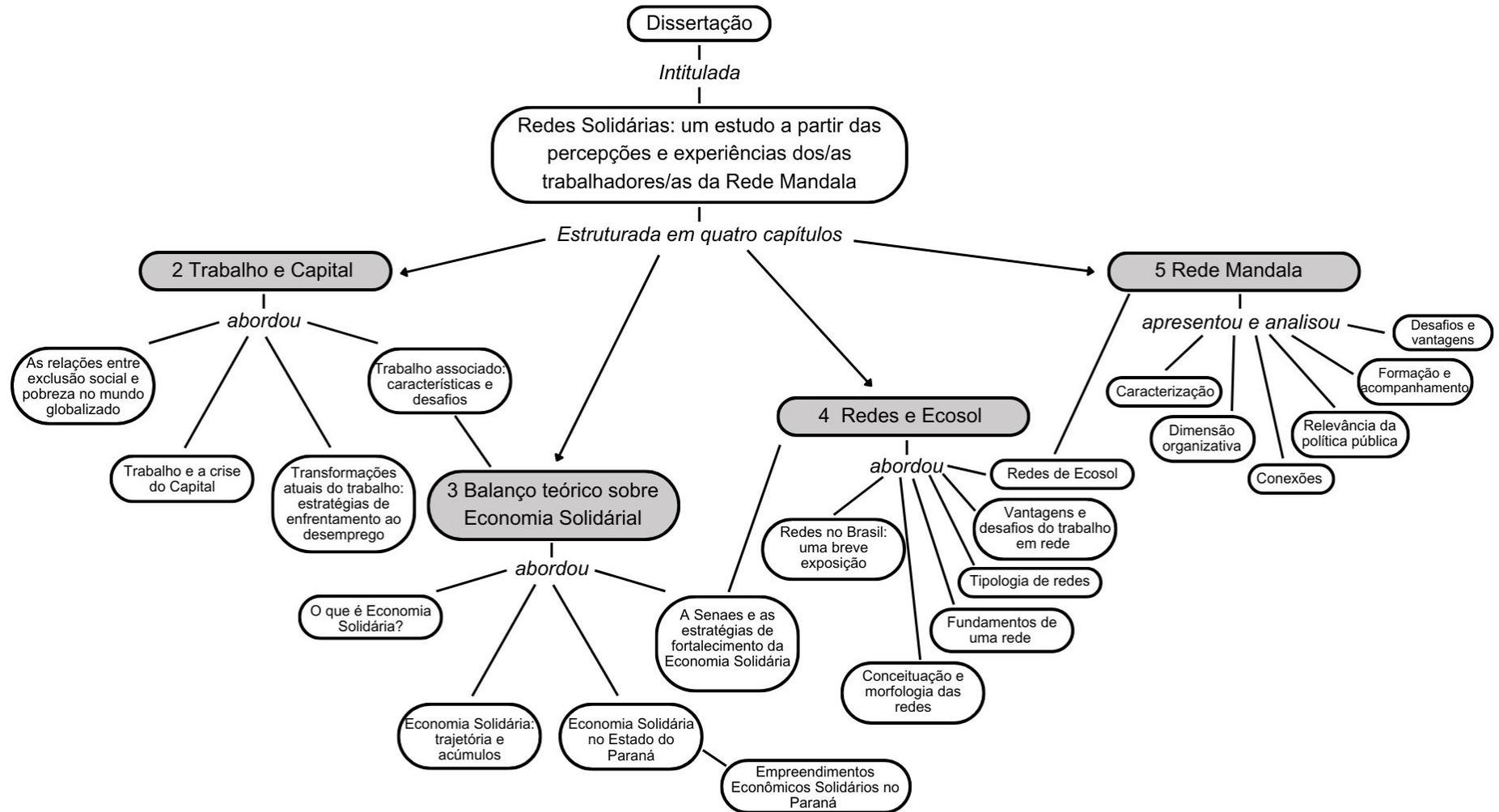
O Capítulo 4 desenvolve o tema das Redes, uma das estratégias fomentadas pela SENAES para o fortalecimento da Ecosol em nível nacional, abordando sua conceituação, morfologia, fundamentos, tipologias, vantagens e desafios e apresentando as redes de Ecosol, que podem ser reconhecidas como Redes Solidárias, Redes de Colaboração ou Cooperação Solidária.

O Capítulo 5 apresenta o estudo de caso desenvolvido sobre a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala), articulada por meio de um termo de fomento entre o Governo Federal e o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA).

O último capítulo refere-se às considerações gerais e apresenta os resultados obtidos por meio do estudo de caso da Rede Mandala. O capítulo também apresenta algumas contribuições teóricas e indica possibilidades futuras de pesquisa na área.

A Figura 1 ilustra como esta dissertação foi organizada.

Figura 1 - Organograma da dissertação.



Fonte: Autoria própria (2023).

## 2 TRABALHO E CAPITAL

Para melhor compreender a Economia Solidária – objeto deste estudo – e, conseqüentemente, a construção do movimento que a representa, é necessário examinar o contexto de desigualdades econômicas, políticas e sociais que permeia o surgimento de novas e distintas práticas socioeconômicas. Assim, a compreensão do objeto deve considerar o processo histórico no qual está inserido, ou seja, a estrutura socioeconômica que produz o desemprego, a precarização do trabalho e a pobreza.

Neste capítulo serão abordadas as relações entre trabalho e capital, distribuídas nas seguintes seções: as relações entre exclusão social e pobreza no mundo globalizado; trabalho e a crise do capital; transformações atuais do trabalho: estratégias de enfrentamento ao desemprego e; trabalho associado: características e desafios.

### 2.1 As relações entre exclusão social e pobreza no mundo globalizado

A Terra também grita. A lógica que explora as classes e submete os povos aos interesses de uns poucos países ricos e poderosos é a mesma que depreda a Terra e espolia suas riquezas, sem solidariedade para com o restante da humanidade e para com as gerações futuras (BOFF, 2004, p. 11).

Mesmo que questionável à primeira vista, diversas experiências permitem afirmar que a globalização capitalista em curso, com suas múltiplas formas de acumulação e de mercantilização da vida humana e não humana, tem afastado a maior parte da população do planeta do bem-estar material, além de afetar a segurança, a liberdade e a identidade de diversos povos (ACOSTA, 2016a).

De acordo com Singer (1998, p. 21), a globalização é um “processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre os países” que, em um primeiro momento, foi recepcionada com animação otimista decorrente das novidades consumíveis, mas que com o passar do tempo estas foram substituídas pelo temor e desencanto desencadeado pelas crises financeiras.

Foi após a Segunda Guerra Mundial que iniciou a primeira fase da globalização atual. Linsingen, Bazzo e Pereira (2003) apontam que,

concomitantemente, houve um forte entusiasmo relacionado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia baseado no modelo linear de desenvolvimento<sup>13</sup>, que pode resumir-se na ideia de que quanto mais se desenvolve a ciência e a tecnologia, mais riqueza é obtida e, conseqüentemente, maior bem-estar social.

Esse modelo de desenvolvimento, linear e ilimitado, ainda está fortemente presente nos meios de comunicação e nas instituições de ensino despertando associações positivas, embora tenha causado uma sucessão de desastres, especialmente desde o fim da década de 1950, como a produção de resíduos contaminantes, envenenamentos farmacêuticos e derramamentos de petróleo (LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003). Além disso, tal modelo tem fortalecido o distanciamento da ciência e da tecnologia de problemas sociais cotidianos, como comida fácil de produzir, moradia barata e atendimento médico, uma vez que estas estão cada vez mais sujeitas às estratégias de expansão do capital e das leis do mercado (VARSAVSKY, 1969; LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003).

De acordo com Lang (2016), isto se dá porque a noção de bem-estar social que associa crescimento econômico ao progresso social, está baseada no acesso ao consumo ilimitado<sup>14</sup>. Silva, Araújo e Santos (2012, p. 99), afirmam que “a disseminação, pelos meios de comunicação, de estilos de vida projetados pelo mercado como ideais de plenitude e de satisfação humana tem aprofundado a banalização do humano”. Dessa maneira, cada vez mais, os indivíduos vinculam ao ato de consumir às possibilidades de realização pessoal e passam a consumir a partir das necessidades da economia e não de suas próprias necessidades, invertendo assim a lógica de produção e de consumo.

Para Santos (2008, p. 48), “um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção de bens e dos serviços”. Isso pode ser reconhecido como *despotismo do consumo*, uma vez que há a presença de um império da informação e da publicidade diretamente relacionada às

---

<sup>13</sup> De acordo com Linsingen, Bazzo e Pereira (2003), a concepção essencialista do modelo linear de desenvolvimento se fortaleceu devido ao otimismo relacionado às possibilidades da ciência e da tecnologia que a partir dos anos quarenta apresentaram expressões significativas, como: os primeiros computadores eletrônicos, os primeiros transplantes de órgãos, a invenção da pílula anticoncepcional, etc.

<sup>14</sup> De acordo com Lang (2016), o “modelo” ou “Estado de bem-estar social” foi impulsionado pelos Estados Unidos no fim dos anos de 1940, tornando-se horizonte para todo o mundo, sendo vendido como a essência da qualidade de vida.

mercadorias cuja circulação é construída a partir de informações ideologizadas, propagandas insistentes e frequentemente enganosas.

É importante ressaltar que a produção e a difusão de padrões de consumo no imaginário de inúmeras pessoas, inclusive de amplos grupos que não possuem e nem possuirão condições econômicas para acessá-los, geram uma gigantesca frustração e o aprisionamento ao desejo permanente de alcançá-los, produzindo uma espiral interminável de produção e de consumo que tende ao esgotamento dos recursos naturais e ao acirramento das desigualdades sociais (ACOSTA, 2016b).

Outro ponto relevante a respeito da globalização e sua relação com o acirramento de problemas sociais é o seu papel na desindustrialização. De acordo com Singer (1998), o processo de globalização nos anos de 1970<sup>15</sup> foi marcado pela transferência em grande escala de linhas de produção para países periféricos destinados a abastecer os mercados dos países de Primeiro Mundo, uma vez que aqueles apresentavam disponibilidade de mão-de-obra treinada com custos menores. O Brasil protagonizou essa fase da globalização e vivenciou um momento de *Milagre Econômico*<sup>16</sup>. No entanto, a partir dos anos de 1980, com o endividamento externo da América Latina, o fluxo industrial se dirigiu especialmente à Ásia Oriental, deixando cidades e regiões inteiras empobrecidas.

Ainda de acordo Singer (1998), nota-se que a globalização ocasionou um processo de desemprego estrutural<sup>17</sup>, uma vez que as vítimas da desindustrialização, em geral, não têm acesso imediato a novos postos de trabalho. Semelhante ao que ocorre com o desemprego tecnológico, que “não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir” (SINGER, 1998, p. 23). Ou seja, precariza as relações de trabalho. Neste sentido, Acosta (2016b) aponta que além de não serem beneficiadas pelos processos de avanços tecnológicos, milhões de pessoas também não possuem o

---

<sup>15</sup> Singer (1998, p.21) ressalta que na década de 1970 “as lutas de classe nos países industrializados haviam se intensificado, alimentadas por crescente insatisfação de uma classe operária de escolaridade elevada com um trabalho monótono e alienante”, o que resultou na transferência de linhas de produção para países semi-industrializados, que apresentavam vantagens ao capital.

<sup>16</sup>A década de 1970/1980 foi marcada pelo pleno desenvolvimento e pelo dinamismo da economia brasileira. Durante esse período houve o aumento dos empregos públicos e em firmas particulares (SINGER, 1998).

<sup>17</sup>A partir de Singer (1998), entende-se que o desemprego estrutural está relacionado não só às elevadas taxas de desemprego, mas também ao seu longo período de persistência, que deixa de ser entendido como um acontecimento pontual da dinâmica cíclica capitalista para ser compreendido como um fenômeno estrutural do sistema hegemônico.

“privilégio” de serem exploradas pelo trabalho formal, sobrevivendo na pobreza ou na miséria. No Brasil, as pessoas destituídas do direito ao trabalho são, principalmente, mulheres, negros/as, idosos/as, pobres, pessoas com doenças mentais e pessoas com deficiência (FURTADO *et al.*, 2021).

Coloca-se então a necessidade de discutir as noções de desigualdade, marginalidade, exclusão social e pobreza. Segundo Gonçalves (2017), estas noções apresentam grande importância para o contexto hodierno e têm demandado muitos esforços na discussão e procura de possíveis soluções. Singer (1998) destaca que as noções mencionadas estão altamente inter-relacionadas, mas devem ser distinguidas.

Sen (2001) e Singer (1998) apontam que a desigualdade é uma noção inteiramente relativa e de difícil mensuração, uma vez que requer uma característica (riquezas, oportunidades, liberdades, direitos etc.) e um padrão de comparação. Dessa forma, a extensão da desigualdade social não pode ser inferida somente a partir da magnitude da desigualdade de renda, pois o que as pessoas podem ou não fazer e realizar também depende de diversas outras características físicas e sociais que as constitui. Lang (2016) evidencia que restringir questões relacionadas à pobreza e a riqueza meramente à posse significa reduzir nossas aspirações a respeito da qualidade de vida.

Abordando contingências econômicas e não econômicas, Santos (2008) destaca que os países subdesenvolvidos<sup>18</sup> conhecem pelo menos três formas de pobreza: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural. A primeira delas, também reconhecida como acidental, intersticial ou estacional, é caracterizada pela sua eventualidade e a sua não relação com aspectos conjunturais, visto que está relacionada a questões particulares de um dado momento histórico, em que o consumo ainda não estava amplamente difundido e a pobreza era vista com um acidente natural ou social de determinado território.

O segundo tipo de pobreza apresentada por Santos (2008), a marginalidade, também denominada como pobreza relativa, está ligada a processos econômicos e à imposição e incapacidade do consumo. Agora, a pobreza ganha novos conteúdos

---

<sup>18</sup> Lang (2016) destaca que a hierarquia entre o “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” se deu a partir da criação do PIB e da renda *per capita* como indicadores universais de “níveis de vida”. De acordo com a autora, a partir da segunda metade do século XX, economias capitalistas modernas, como os Estados Unidos e da Grã-Bretanha, foram colocadas como norma e modelo de organização de vida, obrigando as demais sociedades a se assemelhar a elas.

e definições, sendo a doença da civilização, já que o consumo passa a ser o critério mensurador da inserção dos sujeitos na sociedade. Conforme Gonçalves (2017, p. 26), “aquele que não tiver condições financeiras suficientes para consumir fica, portanto, à margem da sociedade”.

Por fim, Santos (2008) define a pobreza estrutural que, ao contrário das anteriores, é atual, pervasiva, permanente e global. Segundo o autor, esse tipo de pobreza caracteriza-se pela exclusão, resultante do desemprego, da redução do valor do trabalho e da ausência do poder público nas tarefas de proteção social. Aqui nota-se a naturalização da pobreza, como algo banal e inevitável, mas que na verdade é produzida conscientemente e politicamente por empresas e instituições globais juntamente a governos nacionais que criam resoluções parcializadas, como se houvesse alguma preocupação com os desfavorecidos, enquanto que, estruturalmente, mantém pobreza a nível mundial<sup>19</sup>.

O conceito de pobreza estrutural segundo Santos (2008) nos remete à definição de exclusão social apresentado por Sawaia (2008, p. 8), sendo o “descompromisso político com o sofrimento do outro”. Vale ressaltar que a pobreza e a exclusão social são realidades diferentes e nem sempre coexistem.

De acordo com Singer (1998), a pobreza provoca padecimento pela privação do ínfimo necessário para preservar a vida e a saúde das pessoas, caracterizando-se como uma situação. Já a exclusão social pode ser entendida como um processo, uma soma de várias exclusões que podem ocasionar mais desigualdades e pobreza. Por exemplo, pessoas que foram excluídas do mercado de trabalho, moradia e/ou ensino formais estão em desvantagem competitiva por novas oportunidades, tornando-se mais vulneráveis a novas exclusões.

Gonçalves (2017) pontua que cada uma das noções apresentadas demandaria formas específicas de intervenção, incluindo, no caso da pobreza estrutural, a reformulação da dinâmica socioeconômica vigente. Mas de que forma

---

<sup>19</sup> Cabe destacar que na América Latina os/as trabalhadores/as sempre conviveram com a pobreza estrutural. Conforme Acosta (2016a) a exploração das matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial do Norte global causou a generalização da pobreza e das crises econômicas na América Latina, bem como, a fragilidade institucional democrática da região, incentivando a corrupção, a desestruturação das sociedades e comunidades locais e a deterioração do meio ambiente. Maria Paula Meneses, membro do Observatório sobre Crises e Alternativas da Universidade de Coimbra, indica que a expressão Sul global, em contraponto ao Norte global, “tem vindo a ser crescentemente usada para fazer referência às regiões periféricas e semiperiféricas dos países do sistema-mundo moderno, anteriormente denominados Terceiro Mundo”. Disponível em: [www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/). Acesso em: 07 mar. 2021.

seria possível desvelar a realidade que se encobre por trás da ideia de “bem-estar” dentro do capitalismo? É possível encontrar outros modos de vida que não sejam ofuscadas por essa visão economicista?

De acordo com Lang (2016), as metas do desenvolvimento e da globalização tal como as conhecemos, buscam garantir o aumento de fluxos de dinheiro a partir de vários esforços, incluindo a imposição de lógicas e práticas capitalistas nos territórios. Assim, há a necessidade de construir alternativas ao desenvolvimento que reconheçam e recuperem saberes e cosmovisões já existentes<sup>20</sup>, que compartilham de princípios, como a colaboração, autonomia e autogestão, o respeito à diversidade, a democratização da economia e da tecnologia, soberania alimentar, reciprocidade etc.

Santos (2008) aponta a necessidade de uma outra globalização, que não considere os seres humanos como um elemento residual, mas sim como centro das preocupações do mundo, sendo inspiração para todas as ações que deverão ser baseadas na compaixão e na solidariedade, podendo assim, superar as fraturas e construir uma nova paisagem social, que abandone as “lógicas infernais que, dentro dessa racionalidade viciada, fundamentam e presidem as atuais práticas econômicas e políticas hegemônicas” (p. 148).

Para alcançarmos tal objetivo, de construir *alternativas ao desenvolvimento para uma outra globalização*, precisaremos de uma autêntica democratização do poder. Acosta (2016b) argumenta que para isso os movimentos sociais sintonizados com a sociedade desempenham um papel de destaque, já que possibilitam a participação e o controle social, no campo e na cidade, a partir da horizontalidade do poder e da ação direta.

Outro ponto a ser superado na construção de um novo horizonte social é a política científico-tecnológica do *laissez-faire*<sup>21</sup> (LINSINGEN; BAZZO; PEREIRA, 2003). Não se trata de negar ou desconsiderar os benefícios que podem ser obtidos a partir dos avanços tecnológicos, mas é urgente a superação de visões ingênuas e

---

<sup>20</sup> De acordo com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), as cosmovisões, também reconhecidas como epistemologias do Sul, são saberes e práticas típicas de modos de vida tradicionais. Também podem ser reconhecidas como culturas de resistência, uma vez que, são “dotadas de sistemas de valores e uma gama de práticas que foram oprimidas, desvirtuadas, silenciadas ou mesmo aniquiladas pela e pela exploração capitalista” (p. 97).

<sup>21</sup> Segundo o dicionário Priberam, a expressão *laissez-faire* é “usada para indicar uma política de despreocupação ou a não interferência do Estado em determinadas atividades econômicas dos cidadãos”.

simplórias a seu respeito, que ignoram o caráter colonial que se manifesta a partir das ideias dominantes de progresso e de desenvolvimento (ACOSTA, 2016b).

Por fim, só é possível revolucionar o modo como existimos no planeta modificando a lógica que o rege. Para isso, Gadotti (2009) ressalta que tudo que foi inventado pelos seres humanos, pode ser reinventado, desconstruído e reconstruído sob um outro olhar, outra lógica. Uma lógica solidária que, para Boff (2004), representa o estabelecimento de relações benevolentes para com a natureza e a inauguração de uma nova esperança para a Terra.

## 2.2 O trabalho e a crise do capital

Onde está, porém, a diferença que distingue as espécies gregárias do homem racional? Neste fato: a sociabilidade dos homens surgiu e foi se desenvolvendo em formas diversas ao longo do tempo, por efeito do modo particular como esses seres se relacionaram com a natureza no provimento das condições indispensáveis à sustentação da sua vida, por efeito das necessidades impostas pela execução dessa relação vital com o mundo natural, numa palavra, como resultado do *trabalho* (PINTO, 1962, p. 9).

De acordo com Pinto (1962), para satisfazer suas necessidades, os animais se nutrem daquilo que encontram ao seu alcance, enquanto os seres humanos atuam sobre a natureza para produzir os elementos que precisam para sustentar sua existência, sendo essa a essência do trabalho e vice-versa. Para o autor, o ser humano é criador de si mesmo mediante o trabalho, uma vez que é somente a partir do trabalho que ele se torna concreto, a partir de relações sociais e produtivas.

Além de ser uma das atividades constitutivas dos seres humanos, Albornoz (2012) aponta que existem diversos significados para a palavra trabalho. Em alguns momentos e contextos a palavra trabalho é carregada de emoções que remetem à dor, tortura, suor etc. Em outros remete à operação humana de transformação da substância natural em objeto de cultura, ou seja, simbolizando a ação dos seres humanos de criar instrumentos para possibilitar sua sobrevivência e a construção de uma nova realidade.

Albornoz (2012) também aponta que os seres humanos trabalham quando colocam em atividade suas forças espirituais e/ou corporais, com um objetivo a ser alcançado e que, mesmo não produzindo algo imediatamente visível, o processo intelectual corresponde à mesma definição do trabalho corporal. Por isso, a

relevância de um olhar sobre a categoria trabalho se dá, de acordo com Antunes (2009, p. 165), porque ela é “fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana”.

Vale ressaltar que Antunes (2009) se refere ao trabalho em sua dimensão concreta, enquanto ação vital dos seres humanos e parte da história e do cotidiano das sociedades, e não restringindo ao trabalho sob o sistema capitalista que assume uma forma “assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada” (p. 165). Neste sentido, a submissão do trabalho ao capital é para Albornoz (2012), uma das características mais importantes das determinações do mundo do trabalho em que vivemos, já que o esforço humano – força de trabalho – é dado como uma mercadoria, paga a partir de um salário muito aquém do valor que o/a trabalhador/a cria para o mercado.

Nota-se a importância de compreender a definição de capitalismo a partir de uma perspectiva histórica<sup>22</sup>. Catani (1984) evidencia o capitalismo como um modo de produção de mercadorias, desenvolvido desde o início da idade moderna e que alcançou plenitude durante o processo de desenvolvimento industrial inglês, também reconhecido como Revolução Industrial. Este modo de produção envolve não só a apropriação dos meios necessários à produção, mas também as relações que são estabelecidas entre os sujeitos no decorrer dos processos produtivos.

Catani (1984) aponta que o capitalismo é um sistema que possui três características fundamentais: a propriedade privada; a divisão social do trabalho e; a troca. Este sistema transforma a força de trabalho em mercadoria e a coloca no mercado como qualquer outro objeto de troca, uma vez que ao concentrar a propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe distinta da sociedade, os “capitalistas”, obriga que outra classe tenha que vender sua força de trabalho, seus músculos e seu cérebro, para garantir sua subsistência.

Atualmente, as sociedades estão em sua maioria inseridas no sistema capitalista que, de acordo com Santana (2018), pauta-se em uma lei geral. De um lado, o acúmulo de riquezas e, do outro, a produção de pauperismo. Somado a isso, o incessante crescimento da população trabalhadora supérflua e a consequente

---

<sup>22</sup> Das teorias que procuram explicar o capitalismo destaca-se a corrente de Karl Marx (1818-1883), reconhecida como “histórica”, pois, de acordo com Netto (2011, p. 20), baseia-se no “*conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*”, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”.

exclusão de massas populacionais, juntamente com o aumento na concentração de riquezas e nas produções sem correspondente demanda, traz em si a peculiaridade de gerar, ciclicamente, crises em seu desenvolvimento.

Tais crises ocasionadas pelo e no capitalismo ocorrem, de acordo com Catani (1984), devido à tendência do sistema à concentração do capital e à eliminação da concorrência, promovendo a construção de oligopólios e monopólios e constituindo o cume de uma pirâmide completamente separada de sua base, sustentada pela força de trabalho que, ao passo da acumulação monopolista do capital, proporcionalmente alarga-se horizontalmente.

De acordo com Santana (2018), a crise do capital é estrutural e tende ao aprofundamento, atingindo todos os âmbitos da vida. O esgotamento deste modelo tem sido identificado especialmente desde a década de 1970, com a intensificação do fenômeno da globalização. Além da interligação entre os países, o processo de globalização possibilitou o espalhamento dos efeitos das crises, devastando economias mais frágeis e aumentando a dimensão e a durabilidade das suas consequências<sup>23</sup>.

Os traços mais notáveis da crise evidenciada a partir do início dos anos de 1970, quando ocorre a crise do padrão de produção e acumulação *taylorista/fordista*<sup>24</sup>, foram: a queda da taxa de lucro em decorrência das lutas sociais que possibilitaram o aumento do preço da força de trabalho; a retração do padrão de acumulação ocasionada pela redução do consumo, consequência do desemprego estrutural que se iniciava; a hipertrofia da esfera financeira, tornando-a o campo prioritário para especulação; a crise do “Estado de bem-estar social”<sup>25</sup> que acarretou a crise fiscal do Estado capitalista e o incremento acentuado das privatizações (ANTUNES, 2009).

---

<sup>23</sup> Santana (2018) aponta que entre 1970 e 2008 houve crises que se espalharam pelo mundo provocando recessões e muito desemprego, como por exemplo, o choque do petróleo em 1970, a crise fiscal e de bolsas em 1980, a crise do mercado financeiro e imobiliário em 1990, o atentado *World Trade Center* em 2001, estouro da internet e crise dos *subprimes* em 2008.

<sup>24</sup> Sistema produtivo que vigorou nas grandes indústrias ao longo de quase todo século XX. Caracterizado pela produção homogeneizada, verticalizada e racionalizada, estruturado com base no trabalho parcelar e fragmentado (ANTUNES, 2009).

<sup>25</sup> Este item refere-se ao contexto do Norte global. De acordo com Lang (2016), o “Estado de bem-estar social” concretizou-se somente em uma pequena parte do planeta em uma época peculiar, a Guerra Fria, ou seja, apesar de apontado como um horizonte por alguns governantes progressistas latino-americanos, o Estado de bem-estar sempre foi uma impossibilidade para o Sul global, especialmente no sistema-mundo capitalista atual.

Para responder à crise, o capitalismo iniciou um processo de reestruturação, visando a recuperação de seu ciclo reprodutivo e sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais visíveis foram observados no advento do neoliberalismo, sobretudo a partir de 1980 (ANTUNES, 2009). Segundo Montaño e Duriguetto (2011), o neoliberalismo é uma nova estratégia de manutenção da hegemonia capitalista que visa garantir a recuperação dos lucros nos patamares requisitados pelo capital e a sua globalização, atuando em três frentes: ofensiva contra o trabalho; reestruturação produtiva e; (contra)reforma do Estado.

Montaño e Duriguetto (2011) destacam que os trabalhadores representam uma parcela que pode oferecer resistência ao processo de avanço do capital e por isso é constantemente atacada. No próprio processo de reestruturação da produção há o foco na automação e na subcontratação que visa “enxugar” a indústria – processo denominado de *toyotização* –, que se propõe a superar as características *taylorista/fordista* que já não concernem no novo modelo, como o sindicalismo que resiste aos ataques à *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>26</sup>.

Antunes (2009) ressalta que as crises experimentadas pelo capital e seus processos de reestruturação acarretam, entre tantas consequências, profundas mudanças no interior do mundo do trabalho, dentre as quais podemos mencionar o gigantesco desemprego estrutural, o gradativo aumento de trabalhadores em condições precarizadas e a degradação na relação metabólica entre o ser humano e a natureza, que também têm sido conduzidas pela lógica da produção de mercadorias e da valorização do capital.

Com relação ao desemprego, Singer (1998) aponta que este também é consequência do efeito funcional de políticas exitosas que garantem que os desempregados – reconhecidos como exército industrial de reserva – cumpram um papel semelhante aos das mercadorias que sobram nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais: evitar que os preços subam, ou seja, os salários<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Pinto (1962, p. 89-90) realiza uma diferenciação entre a classe que trabalha e a que não trabalha. Para o autor, os ricos – donos dos meios de produção – não trabalham porque “se limitam a agir adquirindo no mercado a força de trabalho daqueles que efetivamente trabalham”, ou seja, a ocupação dos ricos é um serviço em favor do capital, enquanto que a dos pobres – massas assalariadas – é servir ao capital.

<sup>27</sup> Singer (1998) traz a reflexão de que o trabalhador é um vendedor que oferece sua capacidade de produzir à firma empregadora, o demandante. Por isso, como ocorre em qualquer outro mercado, a concorrência tende a ocorrer entre os vendedores, seguindo o fato frequente de que “a oferta supera a demanda”. O autor ressalta que “uma das razões para isso é que, quando a oferta tende a ser

Ressalta-se que o exército de reserva não é composto exclusivamente por vítimas do desemprego aberto, aqueles que estão ativamente procurando emprego, mas também pelos pobres e excluídos que por meio de ocupações precárias se sustentam.

Desta forma, Singer (1998) afirma a importância de diferenciar “ocupação” de “emprego”, já que ocupação envolve toda atividade que proporciona o sustento de quem exerce, enquanto o emprego é a venda da capacidade de produção ao capital, ou seja, é um dos tipos de ocupações que existem. Isto significa que há inúmeras formas de atividades autônomas paralelas as do grande capital monopolista, exercidas de modo individual ou coletiva, mas que muitas vezes deixam de oferecer garantias e direitos aos trabalhadores, ocasionando novos processos de exclusão social e a perpetuação das desigualdades.

Também podemos diferenciar os conceitos de ocupação e emprego a partir das definições de empregado e empregador mencionadas na legislação brasileira. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1943), em seus artigos 2º e 3º, determina que uma pessoa empregada é aquela que presta serviços de maneira não eventual e mediante salário para e nas dependências de um empregador, empresa individual ou coletiva, que assume os riscos da atividade econômica, admitindo prestação pessoal de serviço. Por isso, pode-se dizer que o emprego é uma relação de trabalho, mas que o contrário não se aplica.

Singer (1998) destaca que as ocupações que vêm surgindo em decorrência das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho não proporcionam a segurança e as compensações que os contratos garantiam, como em 1970/1980. Antes de tudo, vale destacar que grande parte destes postos de trabalho são ocupações “por conta própria”, nas quais os/as trabalhadores/as – pequenos empresários, autônomos, cooperativas – tornam-se prestadores de diversos serviços às empresas que não oferecem garantias e direitos aos trabalhadores e nem a responsabilidade com os custos correspondentes. Sendo assim, a empresa que antes empregava uma equipe para realizar suas atividades complementares, passa a contratar, a partir de um mercado concorrencial de

---

menor do que a demanda na maioria dos mercados a tendência à inflação torna-se muito forte, o que exigiria controles extra-mercado para contê-la” (p. 12-13).

menores custos, firmas independentes que lhe prestam os serviços. Isto é o que tem sido chamado de “terceirização”<sup>28</sup>.

Os trabalhadores que passam a realizar ocupações por conta própria ganham, supostamente, a possibilidade de atender a outros clientes. No entanto, passam a correr o risco de serem substituídos por outros fornecedores. Além disso, também deixam de desfrutar de direitos legais, como limite de jornada de trabalho diária, descanso semanal e férias, já que seus ganhos deixam de ser pautados pelo tempo de trabalho realizado e passam a ser considerados pelo montante de serviços prestados. Sendo assim, o trabalho terceirizado, subcontratado, *part-time*, faz com que parte dos trabalhadores enfrentem uma remuneração horária degradante, enquanto que a outra não encontra trabalho suficiente (SINGER, 1998).

Nota-se que o sistema capitalista e seu papel nas transformações do mercado de trabalho ocasionam um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, já que reduz o operariado industrial e fabril enquanto aumenta o subproletariado e o trabalho precário, assim como divide os trabalhadores entre “qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc.” (ANTUNES, 2006, p. 184). Apesar de possuir características estruturais, as respostas capitalistas à crise do capital encontram-se somente em sua superfície, sem alterar seus pilares essenciais (ANTUNES, 2009).

Santana (2018) assume que o capitalismo, na tentativa de manter o controle sobre a crise, procura implantar soluções que “vão desde a repressão pura e simples, até paliativos cujo ônus recaiam sobre o trabalhador” (p. 25). Assim, empurra para debaixo do tapete suas contradições, como o fato de fazer supérflua a força de trabalho de uma parcela significativa da população, mercadoria sem a qual não sobrevive. As soluções propostas para superar a ausência de emprego ou ocupação se limitam, via de regra, a oferecer aos trabalhadores treinamento profissional e financiamento, para que estes possam, por exemplo, começar um negócio por conta própria (SINGER, 1998).

---

<sup>28</sup> “Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido em seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela *horizontaliza* o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela” (ANTUNES, 2006, p. 181-182).

Vale ressaltar que medidas compensatórias para o desemprego e a falta de ocupação estão longe de corrigir efetivamente os danos causados pelo esvaziamento econômico e pela exclusão social, sendo na melhor das hipóteses um alívio, já que não corrigem as propensões estruturais que os originam (SINGER, 1998). Antunes (2006) ressalta que o capitalismo não foi capaz de eliminar suas múltiplas formas de *estranhamento*<sup>29</sup> ou *alienação* social. Pelo contrário, as intensificou, atingindo não só o espaço produtivo, mas também a vida *fora do trabalho* (tempo livre), que também é submetida aos ditames do sistema que produz mercadorias e necessidades de consumo.

Vale questionar então quais as alternativas de geração de trabalho e renda vem sendo implementadas no processo de reestruturação produtiva neoliberal brasileiro. Como destaca Leite (2015, p. 11), “discutir as transformações atuais do trabalho implica investigar as diferentes formas que ele vem assumindo nos dias recentes”. Ou seja, refletir sobre as metamorfoses e as mutações que acometem a classe trabalhadora, seja no trabalho precário ou nas experiências alternativas que buscam superá-lo a partir da organização do trabalhador enquanto classe, como no caso do trabalho cooperativo, em suas amplas configurações, e nos empreendimentos econômicos ditos solidários.

### **2.3 Transformações atuais do trabalho: estratégias de enfrentamento ao desemprego**

O desemprego tem sido uma das pautas prioritárias de muitos governos e uma preocupação incessante na vida da grande maioria dos/as trabalhadores/as. Segundo Singer (1998), a falta de bons empregos é sentida em quase todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos, podendo ser considerada um sentimento universal, que atinge não só os pobres “antigos”, que há décadas sobrevivem a partir de “bicos, comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados” (p. 11), mas também preocupa a chamada classe

---

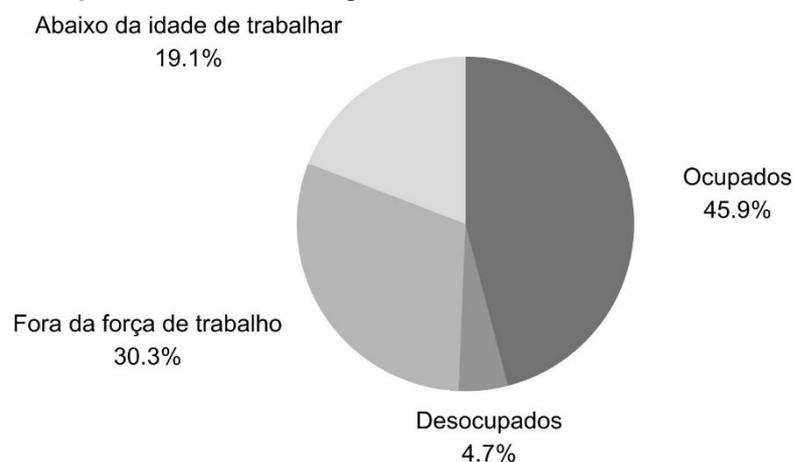
<sup>29</sup> O *estranhamento* é definido por Antunes (2006, p. 188), como a “existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, à individualidade emancipada”.

média, ricos e assalariados formais, devido a menor demanda por força de trabalho com as qualificações tradicionais e a redução da remuneração.

Santos (2008) comenta que, junto ao desemprego e todos os sofrimentos decorrentes dele, há também a redução dos salários, a precarização e a flexibilização das condições de trabalho e a perda de garantias sociais. Por isso, conforme Singer (1998), se concentrar somente no desemprego para mensurar a exclusão social e a pobreza é um erro, uma vez que grande parte dos trabalhadores não podem ficar longos períodos sem remuneração, tendo que rapidamente encontrar novas formas de trabalho, mesmo que autônomas, inseguras e instáveis. Medir a exclusão e a pobreza somente por meio dos índices de desemprego pode avultá-las, já que emprego e ocupação não são equivalentes, apesar de serem constantemente equiparados.

Prova disso são os dados referentes às divisões do mercado de trabalho do 2º trimestre de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), que colocam empregados e ocupados na mesma categoria. De acordo com a pesquisa, 10,1 milhões de brasileiros (Figura 2) estão desempregados/desocupados. No entanto, além desse valor não considerar as pessoas que estão fora da força de trabalho, também não contempla os chamados empreendedores, trabalhadores por conta própria – domésticos e familiares – que, apesar de ocupados, não possuem os mesmos direitos e garantias que as pessoas empregadas formalmente. De acordo com Singer (1998), esta categoria de trabalhadores está exposta a exclusões e ao agravamento de suas condições.

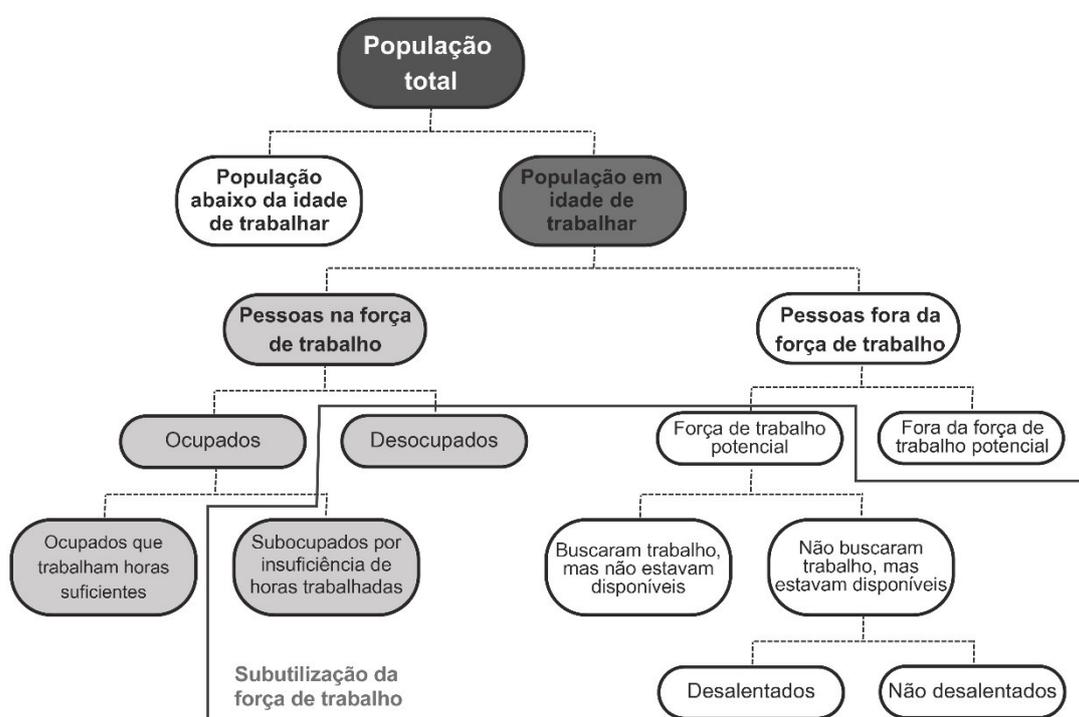
**Figura 2 - População brasileira segundo divisões do mercado de trabalho (2º tri 2022).**



**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022).**

Ainda em referência aos dados do IBGE (2022), nota-se que a subutilização da força de trabalho não se dá apenas nos números referentes ao desemprego ou desocupação, ela se dá também no número de pessoas que compõem a força de trabalho potencial – aqueles que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas – e nos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, como se observa na Figura 3.

**Figura 3 - As divisões do mercado de trabalho.**



**Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022).**

Sendo assim, os números referentes ao desemprego deveriam concentrar nossas preocupações?

Santana (2018) comenta que, na tentativa de contornar suas crises cíclicas e estruturais, o capitalismo exige que os trabalhadores se adaptem a novos ditames. Para garantir que a exploração capitalista siga seu rumo expansivo sem modificar a ordem socioeconômica vigente, transfere-se ao trabalhador a responsabilidade pelos gastos referentes à produção e a reprodução da força de trabalho, a partir de propostas e de discursos relacionados à empregabilidade, ao empreendedorismo e ao terceiro setor.

De acordo com Martins (2014), a empregabilidade pode ser entendida como a responsabilização individual do trabalhador por um fenômeno característico do modo de produção capitalista, uma construção exigida e realizada pelo trabalhador para conseguir sair da condição de desempregado ou para conseguir se manter empregado, a partir da incessante atualização ou obtenção de novos conhecimentos e habilidades. Martins (2014) também aponta que essa conceituação é propagandeada como um processo normal e inevitável, mas que não garante o emprego, limitando-se a “ensinar desempregados a como vencer os demais desempregados na disputa por emprego” (p. 232).

Junto a isso, há também o discurso de que os trabalhadores devem criar suas oportunidades de emprego, se tornando, dessa maneira, seus próprios patrões por meio do empreendedorismo (SANTANA, 2018). Para Leite e Lindôso (2021), o termo empreendedorismo está fortemente presente no vocabulário cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes faixas etárias desde as últimas décadas do século passado, ocupando as mídias, grades curriculares, projetos de responsabilidade social, programas governamentais etc. São atribuídos diferentes sentidos e significados para o termo, ainda carente de investigações, já que envolve várias lógicas produtivas e modos de vida.

Leite e Lindôso (2021) apontam que o empreendedorismo pode ser entendido como uma “ideologia que ataca os direitos do trabalho, ao mesmo tempo em que se alinha à visão celebrativa que objetiva ressignificar e glamourizar o trabalho por conta própria, típico dos países da periferia” (p. 794). Ou seja, que busca retirar de cena o caráter depreciativo dado a esse tipo de trabalho, colocando-o como uma forma exitosa, inteligente e inovadora de trabalho - uma forma superior de trabalho. No entanto, no processo de ressignificação desse trabalho sem direito ignoram-se as condições em que ele é exercido e seus rendimentos, encobrindo a precariedade e vulnerabilidade social, já que iguala todos os “empreendedores”, independentemente de sua origem ou classe social, desconsiderando fatores determinantes de seu êxito, como se as oportunidades de trabalho fossem iguais para todos/as.

A ideia de empreendedorismo está intimamente ligada à de meritocracia, pois parte do princípio de que todos/as temos as mesmas oportunidades independente das facilidades e dificuldades que enfrentamos na nossa trajetória de vida. É como

se partíssemos do mesmo patamar, bastando trabalhar de forma hábil e vigorosa para tornarmos-nos empreendedores bem sucedidos. Nota-se que a junção dessas duas ideias forma uma narrativa que oculta as mazelas sociais resultantes do fortalecimento do neoliberalismo e das suas políticas que beneficiam o capital, já que classifica trabalhadores sem direitos como guerreiros que enfrentam as adversidades do mercado de trabalho com valentia e coragem, exemplos que devem ser seguidos por todos os trabalhadores (LEITE; LINDÔSO, 2021).

Abílio (2021) afirma que o empreendedorismo é uma busca bem-sucedida de reduzir o trabalhador à força de trabalho, tornando-o inteiramente responsável pelo gerenciamento de sua sobrevivência, a partir não só da transferência de riscos, custos e gestão da produção, mas também por meio da destruição de garantias e proteções associadas ao trabalho. A ideia de empreendedorismo não passa de uma ilusória metamorfose de um trabalho precário e sem acesso a direitos que dificilmente abrirá portas para uma possível ascensão social, visto que caracteriza o novo momento do capitalismo marcado pelo crescimento da subcontratação, pela expansão do falso emprego e do trabalho desregulado, inseguro e mal remunerado exercido pela população excluída da economia formal (LEITE; LINDÔSO, 2021).

Para Martins (2014), ao ignorar e ocultar as circunstâncias macro históricas do capitalismo, os defensores do empreendedorismo constroem teorias centradas no individualismo, que fabulam uma naturalidade empreendedora do ser humano, capaz não só de criar postos de trabalho, mas também de gerar lucros. Vale ressaltar que o próprio Estado incentiva esse modelo de empreendimento, seja por meio de apoio técnico, crédito diferenciado ou da legalização e promoção do trabalho informal, como por exemplo, mediante a reforma trabalhista de 2017<sup>30</sup>, que legitimou o trabalho sob demanda como emprego formal e igualou tempo de trabalho e tempo efetivo de produção, desconsiderando horas como as no itinerário (SANTANA, 2018; ABÍLIO, 2021).

A prática do empreendedorismo no Brasil é estimulada por meio de duas figuras jurídicas: a pequena e microempresa (PME)<sup>31</sup> e; o microempreendedor

---

<sup>30</sup> A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), alterou significativamente a CLT, sob a justificativa de flexibilizar as relações entre trabalhadores e empregadores, objetivando combater o desemprego causado pela crise econômica atravessada desde 2014, por meio da desburocratização.

<sup>31</sup> Nesta categoria encontram-se as microempresas (ME), empreendimentos de comércio, serviço ou indústria, que se caracterizam pelo tratamento simplificado nos campos administrativos, fiscais e previdenciários, que possuem faturamento anual entre 60 e 360 mil reais por ano, e as empresas de

individual (MEI)<sup>32</sup>. De acordo com Santana (2018), ambas as modalidades terminam por absorver uma parte significativa dos desempregados, que passam a exercer um papel fundamental na reprodução do sistema capitalista: diminuir custos de produção com mão de obra. Ao tornar-se “dono do negócio” assume para si não só o risco do empreendimento, mas também o excesso de jornada de trabalho e os encargos sociais a ele vinculados.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), em 2020 existiam 7.482.833 PME e 9.810.483 MEI. Só em 2021 o número de novas PME abertas chegou a 809.156 em todo território nacional, enquanto que número de MEI chegou a 3,9 milhões, alcançando o crescimento mais alto da história. Enquanto solução para o desemprego ou como possibilidade de ascensão social, Santana (2018) assinala que essas alternativas são limitadas quando observada a taxa de mortalidade desses empreendimentos. Segundo o SEBRAE (2017), a partir de um estudo de 2013, as PME encontram dificuldades para sobreviver no mercado e alcançar bons resultados econômicos, ocasionando no encerramento de atividades de 24,4% dos empreendimentos com menos de dois anos de existência e 50% nos empreendimentos com menos de quatro anos. Com relação ao MEI, a Receita Federal (2022) aponta que no mês de março de 2022, dos 13.565.441 optantes, 50,15% estavam inadimplentes, ou seja, não estavam com os impostos do MEI em dia, sem poder acessar benefícios que vão desde o alvará de funcionamento até as vantagens previdenciárias.

Para Santana (2018), outra proposta de transferência de responsabilidades do capital para o trabalhador é mediante o chamado terceiro setor. De acordo com Montañó (2014), este termo surge com a função ideológica de fragmentar a

---

pequeno porte (EPP) que exigem habilidades mais apuradas, com maior diferencial competitivo e controle de previsibilidade, tendo faturamento anual entre 306 mil até 4,8 milhões de reais (até o ano de 2017, o limite era de 3,6 milhões). Para mais informações: Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006).

<sup>32</sup> De acordo com a Lei Complementar 128/2008 (BRASIL, 2008), Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha de forma autônoma e que, atualmente, devido a Lei Complementar 155/2016 (BRASIL, 2016), obtém um faturamento bruto máximo de 81 mil reais por ano, que antes era de 60 mil reais. A lei 128/2008 também aponta que ao tornar-se MEI o trabalhador passa a possuir Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, que garante seguridade social e facilidades bancárias, como abertura de conta bancária, empréstimos e emissão de notas fiscais. Outro ponto relevante da lei é que ela especifica que o microempreendedor além de não poder participar de outra empresa como sócio ou titular ele pode contratar somente um empregado que deve receber salário mínimo ou o piso da categoria. Vale ressaltar que está em tramitação o Projeto de Lei Complementar 108/21, que visa aumentar o faturamento bruto anual do microempreendedor individual para 144 mil reais por ano.

sociedade em três instâncias, preenchendo a lacuna entre o Estado (primeiro setor) e o mercado (segundo setor) a partir de um setor dito homogêneo e autônomo, “popular, progressista, espaço de participação, da parceria e do entendimento, sem conflito ou contradição interna e que interviria eficientemente nas respostas às necessidades sociais que o Estado vai abandonando” (p. 34), atuando por meio da sociedade civil organizada em pautas como o empoderamento, responsabilidade social empresarial, humanização do capital, capitalismo verde, produção autossustentada, economia solidária etc. Para o autor, são ações funcionais aos interesses do projeto neoliberal de autorresponsabilização dos sujeitos, seja por meio da visualização do lucro ou da mudança nas condições de vida da população excluída, isto é, o terceiro setor resume-se ao “canto das sereias”, que encanta, seduz e atrai as pessoas ao abismo.

No entanto, França Filho (2001) comenta que a compreensão de terceiro setor como um conjunto de organizações que não pertencem ao setor mercantil e nem ao estatal, é insuficiente para a descrição precisa de termos aparentemente correlatos a ele, como a economia solidária e a economia social, pois estas estão ligadas a diferentes contextos sociopolíticos e ocupam posições distintas em relação às esferas do Estado e do mercado. De acordo com o autor, o termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, impregnada por ações e organizações sem fins lucrativos e pela ideia de filantropia, enquanto as noções de economia social e solidária baseiam-se em experiências do movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, marcada por uma dinâmica de resistência popular e de recusa à autonomia do aspecto econômico em relação aos demais aspectos (social, político, cultural etc.). Ou seja, trata-se de iniciativas provenientes de setores populares que combinam a dimensão social e econômica sob um cenário de luta política.

De acordo com França Filho (2001), na abordagem anglo-saxônica, especialmente norte-americana, o terceiro setor (ou, em inglês, *non-profit sector*) apresenta como características essenciais o fato de serem “formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária” (p. 53), além de não serem políticas e nem confessionais<sup>33</sup>. Nota-se que essa conceituação representa então somente a ponta do *iceberg* de um

---

<sup>33</sup> Para França Filho (2001), a banalização do termo terceiro setor é resultado da influência cultural e política que o contexto norte-americano exerce e impõe sobre o resto do mundo.

imenso conjunto de iniciativas presentes no contexto latino-americano, “que aparece extremamente heterogêneo na sua configuração” (p. 53), incluindo, no caso da Economia Solidária, a hibridação de economias, já que seus recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade, apresentando uma articulação de diferentes racionalidades e lógicas e não sua subordinação a outros setores.

As soluções circunscritas exclusivamente aos limites das regras da economia de mercado não dão conta da parcela significativa de desempregados e desocupados e nem dos problemas relacionados à exclusão. Schütz (2008) destaca que as pessoas, entendendo que não podem ser reincluídas por meio dos caminhos ditos convencionais, buscam alternativas fora das regras impostas pelo sistema capitalista, que vão desde ações individuais até as coletivas. Além de caminhos para a sobrevivência dos mais pobres, iniciativas como a economia social e solidária podem representar também um modo de organização mais democrático e até mesmo uma noção de desenvolvimento não centralizada no crescimento econômico e nem no mercado (FRANÇA FILHO, 2001).

Por fim, a partir da discussão realizada em torno das atuais transformações no mundo do trabalho e as estratégias de enfrentamento ao desemprego, o próximo tópico visa analisar o trabalho associado, uma estratégia marcada pela direção dos/as trabalhadores/as que lutam pela modificação das relações de produção nas unidades de trabalho. Pretende-se examinar seus limites e potencialidades enquanto alternativa de geração de trabalho e renda e como projeto de transformação social.

## **2.4 Trabalho associado: características e desafios**

No Brasil, o mercado de trabalho nunca conseguiu difundir o emprego formal – assalariado e regulamentado – para o conjunto de sua população. Parte da classe trabalhadora sempre conviveu com a indeterminação e com a insegurança, tendo que conceber mecanismos de adaptação em contextos de vulnerabilidade social e da ausência de políticas públicas que regulassem as diferentes relações no campo do trabalho (ANJOS, 2012).

Conforme Esteves (2002), o uso do termo “emprego” como sinônimo de “ocupação” e até mesmo de “trabalho”, demonstra a assimilação simbólica sob o capitalismo, uma vez que o emprego – que é o aparato jurídico de exploração do

trabalho – não somente foi aceito socialmente, mas também se tornou a forma de trabalho desejada, abandonando as demais formas de trabalho à ilegalidade ou à ideia de atraso histórico, como ocorre com o trabalho familiar nas atividades rurais, com o trabalho autônomo<sup>34</sup> e com os pequenos empreendimentos urbanos.

Esteves (2002) também aponta que o vínculo empregatício, por ter um contrato social que determina a maneira de proceder das partes, uma como empregado/a e outra como patrão/oa, valida a subordinação, obrigando a pessoa que vende sua força de trabalho “à obediência à ordem alheia, direta ou internalizada, em troca da participação, da inserção, da inclusão na sociedade capitalista” (p. 53). Além disso, o trabalho assalariado induz à competição entre trabalhadores/as desempregados/as, levados a se capacitarem para competir em processos seletivos, bem como entre trabalhadores/as empregados/as, que intensificam suas jornadas de trabalho para além do período contratado na intenção de obter vantagens de competição com os/as colegas. Ou melhor, a competição é uma imposição do capitalismo, já que este se utiliza do trabalho assalariado para criar um exército de reserva. Mas existe então algo além do emprego?

De acordo com Anjos (2012), as formas de trabalho assalariadas e regulamentadas convivem com outras formas, em que os/as trabalhadores/as são proprietários/as dos meios de produção ou patrões/patroas de si mesmos/as. Para a autora, o trabalho associado (TA) é uma das formas que persistiu no mundo do trabalho e que tem ganhado relevância, já que um expressivo contingente da classe trabalhadora dos países centrais e periféricos vem utilizando dessa modalidade de trabalho para preservar sua reprodução social.

Para Fischer e Tiriba (2009), o TA é aquele que se caracteriza pela “apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto a utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção” (p. 293). Essa forma de trabalho também é caracterizada pela associação voluntária dos/as trabalhadores/as, que visam realizar o trabalho de forma coletiva e complementar, intencionando a realização de objetivos comuns, e pela remuneração pelo trabalho associado, que não é salário e nem provento pelo capital investido no trabalho (ESTEVES, 2002).

---

<sup>34</sup> O trabalho autônomo é aquele que reivindica a emancipação social, ou seja, que não se restringe a dimensão econômica e reclama por processos de organização social que não sejam desiguais, tanto na dimensão socioeconômica quanto no exercício do poder político (ANJOS, 2012).

O TA aparece com frequência na literatura para referir-se às cooperativas de trabalho. No entanto, essas organizações que estimulam mudanças nos processos de produção e na sociedade não se restringem a forma de cooperativa, podendo ser reconhecidas como economia solidária, economia social, empreendimentos de autogestão, dentre outras denominações. Essas organizações estão presentes na sociedade desde meados do século XIX e, mesmo sendo um fenômeno intersticial da ordem capitalista, dão testemunho da resistência dos/as trabalhadores/as ao trabalho alienado, reforçando valores de igualdade e liberdade (DAL RI; VIEITEZ, 2009).

Conforme Anjos (2012), por suas características, especialmente pela recusa das relações de subordinação, o TA se distancia do trabalho assalariado e se aproxima do trabalho autônomo. Esteves (2002) menciona que o TA, desde que mantidos os princípios que o caracterizam, pode ser formalizado por meio de associações, empresas limitadas e cooperativas. A primeira geralmente é organizada quando não há a necessidade de uma pessoa jurídica que remunere diretamente os/as trabalhadores/as associados/as. Já a empresa limitada se forma normalmente quando o número de trabalhadores/as envolvidos é inferior a 20 (número mínimo de pessoas para a constituição de cooperativas de trabalho) e, neste caso, para garantir a igualdade entre os/as sócios/as, as quotas são divididas em igual valor entre os/as trabalhadores/as. As cooperativas<sup>35</sup>, por sua vez, são preferíveis nas organizações de TA, uma vez que somente por meio delas é possível romper simultaneamente com a “subordinação do trabalho assalariado, com o isolamento do trabalho autônomo (e ‘liberal’) e com a reprodução de uma hierarquia” (p. 53), pois trata-se de uma modalidade de trabalho regularizada por meio de dispositivo jurídico e institucional<sup>36</sup>.

O TA, independentemente do tipo de formalização, proporciona aos/às trabalhadores/as uma racionalidade política, visto que a gestão democrática e/ou autogestionária<sup>37</sup> demanda processos de negociação, normalmente acompanhados

---

<sup>35</sup> Anjos (2012) menciona que as cooperativas de fachada, também nominadas por cooperativas degeneradas por Singer (1998), àquelas que apesar de se constituírem formalmente como cooperativas não seguem os princípios do cooperativismo, não se assentam sobre o trabalho associado.

<sup>36</sup> No Brasil, o vínculo associativo de trabalho é regularizado sob a forma de cooperativa de trabalho pela Lei 5.764/1971.

<sup>37</sup> Por autogestão entende-se um agrupamento de práticas sociais caracterizadas pela essência democrática das tomadas de decisão, que proporcionam a autonomia de um coletivo. Trata-se de

de conflitos, e acordos relacionados ao presente e ao futuro do empreendimento e à vida dos envolvidos. Além disso, o TA demanda a exposição de opiniões e interesses dos/as trabalhadores/as no cotidiano da produção ou em assembleias, sendo essa uma condição indispensável para a realização da gestão democrática (ESTEVES, 2002).

Cabe ressaltar que o vínculo associativo estimula a cooperação e a solidariedade. Conforme Esteves (2002), o TA nasce a partir do esforço coletivo dos/as trabalhadores/as na instituição de um sistema de cooperação autônomo, diferente daquele experienciado nas unidades de trabalho capitalistas. No entanto, na vigência da hegemonia capitalista, essa forma de trabalho corre o perigo da involução democrática e/ou até mesmo de extinção, tornando-se um arranjo econômico contraditório (DAL RI; VIEITEZ, 2009).

Tal contradição se dá porque o TA possui duas perspectivas, uma de seus/suas trabalhadores/as, que o visualizam como uma possibilidade de superação da subordinação presente na relação assalariada e, a outra, das empresas capitalistas, que o entendem como uma alternativa que elimina sua responsabilidade com relação à gestão da força de trabalho (ANJOS, 2012). A contradição do TA também pode ser observada na sua inserção na estrutura de classes, uma vez que promove a desigualdade e corrói a democracia, demandando das pessoas envolvidas uma luta constante, conforme exposto por Dal Ri e Vieitez (2009, p. 8):

O TA na vigência do capitalismo é um arranjo econômico contraditório. As reformas democráticas significativas que ele opera, favoráveis aos trabalhadores, encontram-se sujeitas a essas contradições. Particularmente importante é o fato de que, contrariamente ao que possa sugerir a observação superficial, as unidades de trabalho associado não representam a harmonização das relações de produção. Ainda que de forma mais mediada, o TA, sob o domínio geral do capital, segue imerso na luta de classes. Esta se desenvolve externamente, pela incontornável inserção das unidades de trabalho na sociedade capitalista, e de modo endógeno nas unidades de trabalho pelos conflitos internos. A luta de classes trava-se também, entre os próprios trabalhadores associados. Os trabalhadores, cercados e pressionados pelo conjunto totalizador das determinações capitalistas, em longo prazo tenderão a se dividir entre os favoráveis a preservar e aprofundar os elementos democráticos presentes na gestão das unidades de trabalho associado, e os que verão na retomada e desenvolvimento das categorias econômicas capitalistas a realização de suas inclinações.

---

uma dinâmica de poder compartilhado, que qualifica grupos sociais para a prática da cooperação entre as pessoas e expressa a intencionalidade de construção e manutenção de relações mais horizontais (ALBUQUERQUE, 2003). Para Esteves (2002, p. 53), o “trabalho autogerido é quase um sinônimo de trabalho associado, contudo, o uso deste termo reafirma a condição de autonomia coletiva deste tipo de trabalho ao definir uma condição de radical democracia entre os trabalhadores”.

Dal Ri e Vieitez (2009) também defendem que as organizações de TA, apesar de não serem tipicamente capitalistas, também não podem ser consideradas modos de produção alternativos, pois mesmo instituindo em suas práticas elementos democráticos, o fazem sem se livrarem das determinações capitalistas que nelas seguem perdurando. Para os autores, as organizações de TA representam a luta de resistência dos/as trabalhadores/as ante o capital, mas também são organizações profundamente problemáticas, podendo ser consideradas organizações de transição<sup>38</sup>.

Anjos (2012) menciona ainda que as cooperativas também não estão isentas da reprodução dos hábitos do mercado capitalista, pois nelas estão sendo desenvolvidas novas maneiras de subordinação e dominação social, estando elas em redes de subcontratação ou até mesmo sendo elas detentoras dos seus próprios produtos e meios de produção. Um exemplo disso está em Vieitez e Dal Ri (2001), que ao investigarem 19 empresas autogestionárias concluíram que seus processos de trabalho estavam marcados pela intensificação das jornadas de trabalho – exaurindo os envolvidos –, por conflitos ocasionados pela diferenciação nos valores das retiradas e pelo baixo nível de escolaridade dos/as trabalhadores/as que impossibilitam uma gestão coletiva.

As organizações de TA também são marcadas pela defasagem tecnológica e por dificuldades financeiras que prejudicam a renovação dos processos de trabalho (VIEITEZ; DAL RI, 2001). Além disso, Nardi (2007) comenta que um número expressivo de trabalhadores/as que se vinculam a cooperativas espera obter os mesmos direitos e garantias do trabalho assalariado<sup>39</sup> ou, em outros casos, o visualizam como uma forma de garantir o sustento familiar, mesmo que precário, enquanto oportunidades de ingresso ou retorno ao mercado formal não surgem.

Em conjunto com as demais dificuldades mencionadas anteriormente, o fato de o TA ainda aparecer apenas como uma estratégia de sobrevivência para o excedente de mão de obra do trabalho formal demonstra seus limites para se constituir como cultura de um novo trabalho e uma nova sociedade. Conforme Fischer e Tiriba (2009), uma cultura própria do trabalho associado só se desenvolve

---

<sup>38</sup> Para Anjos (2012), o TA ainda não é sinônimo de trabalho emancipado, pois até então apresenta-se como um “fluxo e refluxo para ir além da relação assalariada e a constituição de um trabalho baseado no valor de uso e na valorização daqueles(as) que o produzem” (p. 95).

<sup>39</sup> No Brasil ainda não existe uma regulamentação adequada que garanta a proteção de trabalhadores/as incluídos produtivamente mediante o trabalho associado (ANJOS, 2012).

a partir do reconhecimento da cultura do trabalho assalariado, bem como de suas possibilidades e limites a partir da perspectiva da classe trabalhadora:

O trabalho associado está sendo instituído no próprio contexto de formação social capitalista e necessita conquistar seu lugar como uma alternativa para a classe trabalhadora libertar-se das formas de trabalho alienado. Os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos em experiências de trabalho associado estão vivendo um processo de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção de existência. Tal disputa ocorre também subjetiva, individual e coletivamente entre tais sujeitos. Esses são os processos de legitimação e validação de uma nova forma de produzir o trabalho e a vida social ou de se manterem apegados ao trabalho e à cultura capitalista que lhe corresponde (p. 296).

Visto isso, nota-se que as dificuldades experienciadas no TA se concentram, sobretudo, na fragilidade econômica e política dessas organizações. Conforme Dal Ri e Vieitez (2009), as relações políticas são tão importantes para o desenvolvimento das organizações de TA quanto é para o capital. No entanto, no caso do TA, trata-se de uma política anticapitalista, que integre essas organizações e que leve avante as pautas e lutas contra o capital. Os autores também mencionam que somente a partir do envolvimento em um amplo movimento que ofereça ao TA elementos políticos, ideológicos e culturais próprios, poderá interditar a sua regressão ou degeneração democrática.

Anjos (2012) verifica que os debates relacionados ao TA na realidade brasileira, antes de ser objeto de estudo jurídico sobre os direitos dessa forma de trabalho, vem sendo analisados sob duas perspectivas: de desregulamentação e precarização do trabalho<sup>40</sup> e; de uma modalidade de trabalho que supere as relações de dominação históricas. Essa última se alicerça na expansão de organizações de trabalho bastante diversificadas, como ocorre na Economia Solidária, que apesar dos avanços na luta política, convivem constantemente com o risco de tomarem o caminho do trabalho precário. No próximo capítulo nos aprofundaremos na realidade dos empreendimentos da Economia Solidária.

---

<sup>40</sup> Aspecto que foi superado, em parte, com a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.

### 3 BALANÇO TEÓRICO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Definir a Economia Solidária (Ecosol) não é uma tarefa fácil, uma vez que, apesar do acúmulo teórico, seu conceito apresenta uma multiplicidade de definições. Iaskio (2007) menciona que o conceito de Ecosol não é unívoco, pois também é adotado por alguns autores e autoras como *economia popular solidária*, *economia popular* ou *socioeconomia solidária*<sup>41</sup>. Em algumas situações a Ecosol também é confundida e/ou comparada com *economia social* e até mesmo com a expressão *terceiro setor*. Para Arruda (2003), essa diversidade de denominações resulta das tentativas de atribuir sentido a palavra *economia* que, ao longo do tempo, perdeu seu sentido original.

Por trás da diversidade de conceitos que visam a instituir novos modos de organização do trabalho e da produção, economia social, economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia, economia popular, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária, existe uma busca comum de recuperar o sentido original do vocabulário economia, que em grego significa a gestão, o cuidado da casa (ARRUDA, 2003, p. 234).

Além de uma diferenciação de termos, Wellen (2012) comenta que o solo teórico e ideológico da Ecosol é muito escorregadio, uma vez que apresenta um complexo conjunto de experiências, onde coexistem diferentes relatos e estudos dentro de um mesmo campo, que nem sempre apresentam um consenso referente à sua história, importância e função social, impossibilitando a identificação de uma unidade que permeie suas premissas, bem como, de um elemento estrutural que ultrapasse a superfície dos discursos de seus representantes.

Além disto, Fraga (2011) menciona que a Ecosol se tornou um grande guarda-chuva que acolhe não só ideias e práticas distintas, mas também uma heterogeneidade teórica do campo. Para facilitar o entendimento do que é a Ecosol no Brasil hoje, a autora apresenta três perspectivas que auxiliam na categorização do campo: complementaridade entre capitalismo e Ecosol; possibilidade de superação gradual do capitalismo e; inscrição na luta histórica dos trabalhadores, em que a autogestão se mostra como meio e fim dessa luta.

A categorização de Fraga (2011) assemelha-se às abordagens teóricas sobre a Ecosol apontadas por Reis e Meira (2005), sendo elas:

---

<sup>41</sup> Para conhecer outras categorizações sobre esse conjunto de experiências, consultar Wellen (2012, p. 72-73).

- Antropológica: os estudos sobre as atividades produtivas e a distribuição de riquezas deve extrapolar o âmbito do mercado. A partir disso, França Filho e Laville (2004) mencionam que a Ecosol é a junção da economia mercantil, não mercantil e não monetária;
- Alternativa de produção: a Ecosol mostra-se como “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000, p. 13);
- Alternativa de modo de vida: de acordo com Arruda (2003), a Socioeconomia Solidária supera o modelo econômico atual, pois propõe-se a constituir um modo de vida que propicia condições para um desenvolvimento efetivamente democrático e justo, com qualidade de vida e uma percepção integral do indivíduo e da comunidade.

Diante do exposto, o presente capítulo não visa assumir ou se inscrever em nenhuma das categorias mencionadas, nem esgotar os debates sobre o que é e o que pode a Ecosol, mas sim apresentar perspectivas que contribuam para sua compreensão, uma vez que, como ressalta Fraga (2011, p. 103), “é muito importante para o exercício de projetar cenários possíveis”. As próximas seções tratam então das perspectivas indicadas e estão organizadas da seguinte maneira: a primeira apresenta os conceitos e princípios que caracterizam a Ecosol; a segunda discorre sobre a trajetória e acúmulos históricos da Ecosol; a terceira discorre sobre as estratégias implementadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para o fortalecimento da Ecosol no Brasil e, por fim; a quarta expõe as características da Ecosol no Estado do Paraná.

### **3.1 O que é Economia Solidária?**

Partindo das categorias e abordagens mencionadas anteriormente, começamos pela ideia de Ecosol como uma complementação do capitalismo. Neste sentido, França Filho e Laville (2004, p. 107) mencionam que a Ecosol não institui uma nova forma de economia que viria a se acrescentar aos modelos dominantes de economia - mercantil e não mercantil. Para os autores, a Ecosol representa uma tentativa inédita de conectar a economia mercantil, não mercantil e não monetária.

De acordo com França Filho (2002, p. 127), a economia mercantil, a não mercantil e a não monetária podem ser entendidas como:

- Economia mercantil: fundada no princípio do mercado autorregulado. Tipo de troca marcada pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica de reciprocidade;
- Economia não mercantil: fundada no princípio de redistribuição. Marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;
- Economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade. Sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica do dom (ou dádiva), tal como formulada ou descrita por Marcel Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do doar, de receber e do devolver. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica do dom, ou da dádiva, obedece a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal.

Wellen (2012), autor crítico da Ecosol, salienta que ela perpassa realidades diversas, com objetivos diferentes, que nem sempre possuem funcionalidades opostas ao do capitalismo, ou seja, a Ecosol nem sempre representa uma proposta de resistência dos trabalhadores contra o sistema vigente. O autor entende que a Ecosol se configura apenas como um experimento efêmero que se desenvolve em decorrência das dificuldades de sobrevivência no cenário capitalista e é muitas vezes vinculada a mecanismos reformistas. Cabe destacar que, apesar do apontamento, esta dissertação não segue essa perspectiva.

Discordando de uma possível junção entre os três tipos de economia citados, Singer (2003a, p. 13) comenta que “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. Com relação à segunda perspectiva apontada por Fraga (2011), de que a Ecosol se constitui como uma proposta de superação gradual do capitalismo, Singer (2004) defende que a Ecosol representa um projeto da classe trabalhadora de manutenção dos seus trabalhos e de tentativa processual de substituição de empresas capitalistas por organizações autogeridas.

Com relação à perspectiva de superioridade da Ecosol frente ao capitalismo, Singer (2002) argumenta que a Ecosol retrata mais do que uma resposta à inaptidão do capitalismo de integrar todos os agentes necessitados e desejosos de trabalhar, ela representa uma alternativa que pode proporcionar uma vida melhor às pessoas que a adotam através do acesso ao consumo com menor dispêndio de esforço produtivo, da melhoria das relações familiares e comunitárias, da satisfação no trabalho, da autonomia na atividade produtiva, da participação em decisões que o afetam e do amparo e cuidado exercido pela comunidade.

A última perspectiva mencionada por Fraga (2011), que apresenta a Ecosol como um espaço de reflexão, luta e construção de possibilidades que visam a superação dessa sociedade injusta e desigual, onde a autogestão se mostra como elemento central, Wirth, Fraga e Novaes (2011, p. 205) defendem que

para os autores filiados à perspectiva da autogestão, parcelas da Economia Solidária realizam a autogestão possível e têm potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital. Nesse sentido, se opõem à concepção de Singer (2002a), que concebe a superação gradual do modo de produção capitalista por meio da Economia Solidária e rejeitam a hipótese de Laville e França-Filho (2004), sobre a perspectiva de complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Segundo essa compreensão de autogestão, as organizações de trabalho associado estão em constante tensão com a lógica do capital dominante. O desafio estaria então na superação do trabalho alienado e todos os seus corolários.

Em uma linha de pensamento semelhante, Medeiros *et al.* (2018, p. 65) apontam que

a economia solidária apresenta-se como uma prática que reúne experiências de grupos e organizações de trabalho, formais ou informais, que procuram estabelecer valores e fundamentos particulares na realização do trabalho, recuperar o sentido político do produto do trabalho e reapropriar-se da economia em um horizonte social e político. A economia solidária torna-se, assim, parte das ações de resistência ao neoliberalismo, ao patriarcado e ao racismo, e busca construir uma ruptura com o modelo hegemônico capitalista que aponta para a exaustão da vida.

Nota-se que a Ecosol não se limita à prática da autogestão. Para Carleial (2003), os grupos vinculados à Economia Popular Solidária pautam-se pela propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e por relações de trabalho baseadas nos princípios da cooperação, do desenvolvimento humano e igualitarismo. Uma abordagem semelhante é observada em Singer (2002), que defende a Ecosol como outro modo de produção, que possui como princípios

básicos a propriedade coletiva ou associada do capital – os trabalhadores são igualmente possuidores de capital – e a liberdade individual.

Outro conceito apresentado por Singer (2003b) a respeito da Ecosol é de que se trata de organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., caracterizados pelo estímulo e prática da solidariedade, seja por meio do exercício da autogestão ou da ajuda aos trabalhadores mais desfavorecidos. Em Lechat (2002) é mencionado que a Ecosol se caracteriza por demonstrações espontâneas de solidariedade, uma vez que, ao se distinguir da economia capitalista que objetiva o alcance de interesses individuais, a Ecosol se organiza por fatores humanos e valoriza os laços sociais por meio da reciprocidade.

Ampliando a lista de definições do que seria a Ecosol, Gadotti (2009) alega que antes de tudo ela representa um processo de aprendizado contínuo já que possibilita não só a prática da ajuda mútua, da igualdade e da solidariedade, mas também a melhoria das condições e qualidade do trabalho, a preservação dos recursos naturais, a prática do comércio justo e a participação na cultura e na política.

A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica (GADOTTI, 2009, p. 24).

De acordo com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 90), a Ecosol “evoca um amplo conjunto de sujeitos, de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado. Ela designa, ao mesmo tempo, um setor econômico e um movimento social”. Para Ribeiro (2021), o conceito de Ecosol está relacionado à geração de trabalho e renda, à inclusão, à reinserção e justiça social, à resistência e às lutas populares, à valorização dos saberes, ao desenvolvimento territorial, ao respeito à natureza, à segurança alimentar, bem como, ao exercício da autogestão, da democracia, da cooperação, da reciprocidade e da solidariedade. Para Mance (2000), as características listadas

a respeito da Ecosol são defendidas em graus variados e nem todas estão presentes em suas práticas.

Vale destacar que este capítulo foi construído a partir de uma perspectiva histórica, com base em debates postos no início dos anos 2000, mas também destaca as consolidações e avanços da Ecosol, apresentando autores/as e experiências recentes. A partir disso, os tópicos seguintes visam contextualizar a realidade na qual se encontra o objeto deste estudo, a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala).

### **3.2 Economia Solidária: trajetória e acúmulos**

No Brasil a conceituação sobre a Ecosol é plural e pode ser considerada recente. De acordo com Gaiger (2013), o termo “economia solidária” ganhou expressão ao longo dos anos de 1990, conforme as iniciativas econômicas surgiram no país, destacando-se por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Tais iniciativas desenvolveram-se em decorrência da crise socioeconômica das décadas de 1980 e 1990, causada, sobretudo, pela desindustrialização do país, ocasionando a redução drástica das importações, cortes relevantes em investimentos públicos, a contração do mercado interno, a redução do consumo e o excessivo aumento das taxas de desemprego e subemprego (SINGER, 2002, 2014).

Para Castro (2018), a crise acarretou um alto índice de desemprego e insegurança para a população, principalmente para os grupos sociais menos favorecidos. Milhares de pessoas ficaram à margem do mercado formal, com poucas perspectivas de recolocação profissional devido à baixa escolaridade, baixa formação profissional e idade superior a quarenta anos. Singer (2014) menciona que nesta época, período final da ditadura militar, pouco importava acudir as vítimas da súbita exclusão social.

Diante deste cenário, a Cáritas<sup>42</sup>, da Igreja Católica, passou a realizar um intenso trabalho junto às vítimas da crise através dos chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Os projetos se resumiam em tentativas de

---

<sup>42</sup> A Cáritas do Brasil é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Disponível em: <http://caritas.org.br>.

mobilizar os desempregados em associações, a fim de aliviar suas necessidades mais urgentes, mediante atividades de troca e da venda de bens e serviços de primeira necessidade. Mesmo sem o conhecimento amplo da opinião pública, milhares destes projetos surgiram no campo e nas cidades. Aos poucos, sindicatos e universidades se informaram sobre os PACs e passaram a se unir aos esforços da Cáritas, até que foi possível instituir as novas formas de interação socioeconômica, no que acabou sendo reconhecido como Economia Solidária (SINGER, 2014).

Uma das organizações fundamentais para o fortalecimento da Ecosol no Brasil foi a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG)<sup>43</sup>, criada no ano de 1991, em São Paulo. Conforme Lechat (2002), foram nos encontros da associação, como no seu III Encontro Nacional, que os debates relacionados à Ecosol se intensificaram.

Vale ressaltar que a agenda política introduzida pela Ecosol se fundamentou em práticas concretas, de trabalhadores/as desempregados/as se organizando em grupos de produção e prestação de serviços, em contraposição à subordinação em organizações capitalistas. Foi a partir da necessidade de formar cooperativas que em 1995 foi criada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do país, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (LECHAT, 2002; CASTRO, 2018).

Ao longo dos anos, a Ecosol continuou se desenvolvendo e ganhando forças. Surgiram muitas Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFES), organizadas por grupos que se identificaram com os métodos de organização dos trabalhadores coletivos e autogestionários (CASTRO, 2018). Essas EAFES também passaram a se organizar e, a partir das novas ITCPs que foram surgindo ao longo dos anos, em 1998 foi criada a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs)<sup>44</sup>, inicialmente composta por incubadoras de seis universidades: UFRJ, Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade do Estado da Bahia

---

<sup>43</sup> A ANTEAG é uma experiência que nasceu em Franca – SP, em 1991, quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Os trabalhadores junto ao sindicato da categoria, articularam a experiência autogestionária reabrindo a empresa, resgatando as atividades de produção e recuperando 450 postos de trabalho (LECHAT, 2002).

<sup>44</sup> O objetivo da Rede de ITCPs é apoiar a formação e consolidação de EES, bem como prestar assessoria e formação a grupos já consolidados. Saiba mais: <https://www.vicongressodaredeitcps.com.br>.

(UNEB). Atualmente, segundo as informações do *site* do VI Congresso da Rede de ITCPs<sup>45</sup>, de 2023, a rede agrega mais de 40 incubadoras que auxiliam cerca de 330 grupos.

Um marco histórico para a consolidação e organicidade da Ecosol no país foi o I Fórum Social Mundial (I FSM)<sup>46</sup>, ocorrido em 2001, em Porto Alegre. De acordo com o FBES, durante as atividades do I FSM realizou-se uma oficina denominada “Economia Solidária e Autogestão”, onde se discutiu sobre a auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas socioeconômicas de trabalho e renda. O espaço de debate recebeu 1.500 pessoas e resultou na criação de um Grupo de Trabalho (GT) brasileiro de Economia Solidária, composto por organizações populares de diferentes segmentos, dentre elas a/o:

Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária<sup>47</sup>.

O GT brasileiro foi fundamental para a criação da identidade e ampliação do campo da Ecosol. Conforme o site do FBES, foi a partir do GT que se propôs a constituição de um fórum de Economia Solidária em dimensão nacional, que se elaborou a Carta de Princípios da Economia Solidária<sup>48</sup> e a carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, elaborada durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária<sup>49</sup>, que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), direcionada ao Governo Lula em 2002, além da organização de plenárias, sendo a primeira delas realizada em 2002.

<sup>45</sup> Verificar em: <https://www.vicongressodaredeitcps.com.br/sobre-a-rede-itcp-s>.

<sup>46</sup> O Fórum Social Mundial é um evento organizado por movimentos sociais de diferentes países, a fim de pensar e criar alternativas para uma transformação social global.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>.

<sup>49</sup> A I Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>.

A II Plenária Brasileira de Economia Solidária<sup>50</sup> ocorreu em 2003, durante as atividades do FSM, também realizado em Porto Alegre. Nesta ocasião foi criada uma agenda de mobilização nacional para a Ecosol, envolvendo estratégias de diálogo entre os Estados. Neste mesmo ano, já no Governo do Presidente Lula, a partir da Lei 10.683 de 28 de maio de 2003 e do Decreto 4.769 de 24 de junho de 2003, foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a SENAES. Pouco tempo após a criação da secretaria realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária<sup>51</sup> que possuía como objetivo mobilizar a base da Ecosol em torno da Carta de Princípios, da criação, composição e funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da criação dos fóruns estaduais e regionais.

A partir da criação dos fóruns estaduais e regionais, ocorreu em 2004 o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com representantes de todos os estados, agregando um total de 2.500 pessoas. Mais tarde, em 2006, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES)<sup>52</sup>, em Brasília, onde foram discutidas as resoluções relacionadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas de políticas públicas para diversas áreas, como: o marco jurídico da Ecosol, crédito e finanças solidárias, produção, comercialização, formação e comunicação.

Com base nas discussões mencionadas, a SENAES elaborou o Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” para o Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal. O programa visava fortalecer a Ecosol no Brasil, contribuindo com a geração de trabalho e renda para milhões de brasileiros (ZANCHET, 2008). Entre as ações implementadas pelo programa, podemos citar o primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, elaborado entre 2005 e 2007, e a criação do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES). Ferramentas que possibilitaram o reconhecimento da Ecosol no país e orientaram políticas públicas de combate à pobreza. Vale ressaltar que, com o rápido desenvolvimento da Ecosol, tornou-se necessária a realização do segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, realizado entre 2009 e 2013 (SINGER, 2014).

---

<sup>50</sup> A II Plenária reuniu cerca de 800 pessoas, incluindo representantes internacionais da área Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>.

<sup>51</sup> A III Plenária “contou com processo preparatório de mobilização em 17 estados e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país”. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>.

<sup>52</sup> Para saber mais: <http://www.fbes.org.br/>.

Em 2006 foram iniciadas as mobilizações para a construção da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, a partir de encontros estaduais e regionais sob o tema “Por um novo modelo de organização da Economia Solidária”. A plenária ocorreu em 2008, reunindo 16 entidades nacionais de diferentes segmentos, EES, EAFES e Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária<sup>53</sup>. Na ocasião, como resultado de um processo de construção coletiva, o FBES se definiu como instrumento de articulação e diálogo entre os diferentes atores e movimentos sociais em prol da Economia Solidária, e também estabeleceu suas duas atividades principais:

1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com atores de outros movimentos sociais se inserindo nas lutas e reivindicações sociais.
2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases<sup>54</sup>.

Em 2010 aconteceu a II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), intitulada “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, realizada em Brasília. Conforme Castro (2018), a conferência marcou um momento de maturidade do movimento da Ecosol, uma vez que mobilizou a Campanha por Assinaturas pela Lei de Iniciativa Popular da Economia Solidária (Projeto de Lei 4685 de 2012), que objetivava a criação da primeira legislação que reconhecesse o direito ao trabalho associado. As resoluções dessa conferência subsidiaram a formulação dos objetivos da Ecosol no tocante ao Plano Plurianual 2012/2015 do Governo Federal.

Em dezembro de 2012 ocorreu a V Plenária Nacional de Economia Solidária, em Luziânia, Goiás. O evento contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas e debateu a Ecosol “como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os”<sup>55</sup>. Dentre os resultados obtidos a plenária determinou a orientação política do movimento da Ecosol para o período

---

<sup>53</sup> Segundo o *site* oficial do FBES (<http://www.fbes.org.br/>), a “Rede de Gestores é uma articulação de gestores/as de políticas de economia solidária de Prefeituras, Governos Estaduais e do Governo Federal que surgiu por iniciativa de gestores/as de políticas públicas que participaram do processo de criação do FBES desde 2001”.

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>.

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>.

de 2013-2015. Vale ressaltar que houve mais de 200 plenárias preparatórias em todo o país, locais e estaduais, envolvendo mais de 10.000 trabalhadores/as.

A fim de realizar um balanço de avanços, limites e desafios da Ecosol no país, em 2014 é realizada a III Conferência Nacional de Economia Solidária (III CONAES), onde também se construiu o Plano Nacional de Economia Solidária, com o tema “Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, entregue para a Presidenta Dilma Rouseff em junho 2015 (RIBEIRO; BEATRIZ, 2021). Também em 2014 foi implantado o Cadastro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário (CADSOL), um sistema de cadastro que teve como objetivo o reconhecimento público dos EES, permitindo que estes acessassem políticas e programas de fomento à Ecosol (MTE, 2017, apud CASTRO, 2018).

Em 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foram extintos ministérios, secretarias e políticas públicas de caráter emancipatório da classe trabalhadora. A exemplo disso, em junho de 2016, a SENAES foi rebaixada à Subsecretaria de Economia Solidária, ocasionando cortes de investimentos na área e representando um retrocesso para a política pública da Ecosol em âmbito nacional. De acordo com Ribeiro e Beatriz (2021), a conjuntura política de 2015 e 2016 fez com que o movimento da Ecosol colocasse todos os seus esforços na preservação da SENAES, restando pouco tempo para lutar pela implementação do plano construído em 2014.

Até 2014 o Fórum Brasileiro de Economia Solidária estava organizado em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, e envolvia mais de três mil empreendimentos econômicos solidários, 500 entidades de apoio e fomento, 12 governos estaduais e 200 municipais, articulados por meio da Rede de Gestores em Economia Solidária. Naquele ano o campo da Economia Solidária no Brasil estava organizado conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4 - O campo da Economia Solidária no Brasil.



Fonte: Foto retirada do site do FBES<sup>56</sup>.

Já em 2019, com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro e a extinção do Ministério de Trabalho e Emprego, a Subsecretaria de Economia Solidária tornou-se,

<sup>56</sup> Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes>.

por meio da MP 870/2019, um departamento associado à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, dentro do Ministério da Cidadania. Desde então o Conselho Nacional de Economia Solidária foi paralisado e informações sobre o departamento não foram disponibilizadas no *site* do ministério. Dando continuidade ao processo de desmonte da política de Ecosol no país, em 2020, por meio do Decreto 10.357/2020, as ações relacionadas à Ecosol deixaram de ter um departamento próprio e tornaram-se uma pasta do Departamento de Inclusão Produtiva Urbana, vinculado à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (BEATRIZ, 2020; RIBEIRO; BEATRIZ, 2021).

Diante deste cenário caótico, a partir de 2018 o movimento da Ecosol passou a planejar a VI Plenária Nacional da Economia Solidária, com o objetivo de

retomar a esperança e o projeto de uma outra sociedade, sairmos da descrença e do pessimismo colocado por mais uma crise do capitalismo, fortalecendo a autoconfiança entre os trabalhadores e trabalhadoras e mostrar que podemos ser sujeitos de nosso destino, sem nos submetermos ao processo perverso do capital dialogando e construindo com a sociedade uma nova proposta de organização social política, econômica e ambiental, como mecanismos para o enfrentamento e a superação do capitalismo como sistema (UNICOPAS; FBES, 2022).

O evento ocorreu em 2022, em Brasília, durante os dias 06 a 09 de dezembro e, de acordo com Unicopas e FBES (2022), reafirmou a importância da persistência e consolidação da Ecosol e o papel estratégico e de liderança do FBES. Considerando que a V Plenária Nacional ocorreu em 2012, foi necessário analisar e avaliar seus encaminhamentos, debater desafios futuros na base do movimento, reafirmar a cultura da autogestão, rever pontos organizativos do FBES, dos fóruns locais e estaduais, e propor políticas públicas que defendam os interesses dos EES. Desta forma, a VI Plenária representou um grande ato de resistência do movimento da Ecosol e reforçou a importância da construção do futuro a partir do resgate histórico.

Em 2023, com o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República e com a reestruturação do Ministério do Trabalho, passou-se a discutir e a reconstruir a Senaes, assumida por Gilberto Carvalho<sup>57</sup>. Ressaltando a importância do Fórum Social Mundial para o movimento da Ecosol, no dia 25 de janeiro de 2023, o secretário, antes de ser nomeado, participou do evento na mesa de debate

---

<sup>57</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/gilberto-carvalho-assumira-secretaria-de-economia-solidaria-da-pasta-do-trabalho/>.

intitulada "Tecendo redes, transformando realidades, reconstruindo o Brasil"<sup>58</sup>. Ainda no mês de janeiro, Gilberto Carvalho também participou de uma reunião com motoboys em São Paulo, a fim de discutir propostas para a regulamentação do trabalho por aplicativo<sup>59</sup>. Já no início de fevereiro de 2023, o novo secretário participou de uma plenária organizada pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA, em Curitiba/PR, para falar sobre o tema "Sem Participação Popular não há Democracia"<sup>60</sup>.

Nota-se, no atual momento da história, que os novos olhares para a Ecosol não se limitam aos seus espaços históricos de articulação política, apesar da sua extrema importância, mas também consideram novas formas e espaços de organização do trabalho e fatores recentes que impactaram o seu desenvolvimento. Com o intuito de ilustrar o percurso da Ecosol no Brasil, elaborou-se um infográfico (Figura 5), dividido em 5 etapas, com base em Ribeiro (2021).



**Fonte: Adaptado de Ribeiro (2021).**

Os dados apresentados mostram que o processo de mobilização da Ecosol no Brasil ganhou força especialmente a partir do início dos anos 2000, em um governo favorável às pautas populares, com a criação de importantes políticas públicas na área. No entanto, especialmente a partir de 2016, diante de diversos ataques à democracia brasileira, houve um expressivo retrocesso no campo da Ecosol.

<sup>58</sup> Para mais informações: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/25/gilberto-carvalho-espero-que-tenhamos-um-governo-pedagogo>.

<sup>59</sup> Para mais informações: <https://www.cut.org.br/noticias/motoboys-suspendem-paralisacao-apos-governo-lula-afirmar-que-regulacao-e-priorid-6fa8>.

<sup>60</sup> Para mais informações: <http://www.cefuria.org.br/2023/02/13/cefuria-realiza-plenaria-sem-participacao-popular-nao-ha-democracia-com-a-presenca-do-novo-secretario-nacional-de-economia-solidaria/>.

Como este trabalho objetiva estudar a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade - Rede Mandala, a próxima seção apresenta brevemente a trajetória da Ecosol no Estado do Paraná, caracterizando seus/suas trabalhadores/as e EES a partir das informações contidas no Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

### 3.2.1 Economia Solidária no Estado do Paraná

No Paraná, a Ecosol pode ser considerada recente, embora experiências históricas como a Colônia Cecília<sup>61</sup> tenham servido de base para a formação de grandes cooperativas no Estado. A Ecosol, propriamente dita, começou a despontar no Estado no início dos anos de 1990, a partir de ações comunitárias orientadas para a geração de trabalho e renda. Os primeiros EES do Paraná nasceram dos clubes de mães, desenvolvidos em associações de moradores e apoiadas por programas de governo<sup>62</sup> (RIBEIRO, 2013).

De acordo com Beatriz (2012), as primeiras organizações a apoiar a Ecosol no Paraná foram o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e o Instituto de Filosofia da Libertação (IFiL), localizados em Curitiba e que estimularam entre 1999 e 2000, a organização de seminários, feiras de Ecosol e o cadastro de atividades produtivas. Simultaneamente, também em Curitiba, inaugurou-se a ITCP da UFPR. Neste período, especialmente na região metropolitana de Curitiba, foram criados diversos clubes de trocas.

Apesar do destaque para a capital paranaense, Beatriz (2012) defende que no interior do Estado também houve um crescimento considerável de grupos de artesãs/ãos, associações e cooperativas da agricultura familiar, ligadas ou não a sindicatos rurais e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Grande parte desses EES contaram com o auxílio e orientação de entidades apoiadoras e de políticas públicas locais. Em 2003, por exemplo, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) implementou o Programa

---

<sup>61</sup> Conforme Felici (1998), a Colônia Cecília nasceu em 1890 e foi uma experiência que buscou pôr em prática os princípios anarquistas, no Estado do Paraná. Para a autora, trata-se do aspecto mais conhecido do anarquismo italiano no Brasil e sua primeira manifestação.

<sup>62</sup> Ribeiro (2013) comenta que programas de governo possuem caráter transitório e não consistem em ações duradouras, enquanto que, políticas públicas possuem respaldo legal, representando ações estruturantes.

de Economia Solidária visando promover e fortalecer a divulgação da Ecosol (HEMASAKI *et al.*, 2006).

Enquanto movimento social, a Ecosol se desenvolveu especialmente a partir da participação efetiva de alguns EES e EAFES na construção dos fóruns sociais mundiais, como o I FSM que ocorreu em 2001 (BEATRIZ, 2012). Destaca-se que a trajetória do movimento da Ecosol no Paraná caminhou lado a lado com as articulações em nível nacional.

Na cidade de Maringá/PR, em 2003, foi realizado o Encontro de Economia Solidária e uma feira que favoreceram a realização de novos diálogos entre EES, EAFES e gestores públicos no Estado. No ano seguinte, em Curitiba, foi realizado o I Encontro Paranaense de Empreendimentos de Economia Solidária, onde foi criado o Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES). Em 2005, com o Programa de Feiras Estaduais de Economia Solidária, foi realizada em Curitiba uma feira que agregou 150 EES (BEATRIZ, 2012).

Foi em 2006 que se criou o Grupo de Trabalho (GT) Paranaense de Economia Solidária, durante a realização do I Encontro dos Fóruns da Região Sul do Brasil, em Florianópolis/SC. O GT tinha o objetivo de unificar as ações e representação da Ecosol no Paraná. Neste mesmo ano ocorreu a I Conferência da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral, em Curitiba/PR, com cerca de 300 representantes de diferentes segmentos. A conferência possuía como um de seus objetivos a eleição de delegados para a I Conferência Estadual de Economia Solidária (BEATRIZ, 2012).

A I Conferência Estadual de Economia Solidária ocorreu em junho de 2006, em Curitiba/PR, e buscava

propor princípios e diretrizes para orientar uma política estadual de economia solidária; identificar as regiões e o potencial da economia solidária no estado; realizar balanço das políticas públicas de economia solidária implementadas; indicar estratégias e prioridades de atuação para as políticas e programas de economia solidária; além de eleger os delegados para a I Conferência Nacional de economia solidária (BEATRIZ, 2012, p. 63).

Entre 2006 e 2007, segundo Beatriz (2012), além de eventos de caráter nacional (I Conferência e IV Plenária), ocorreu no Paraná a III Feira Estadual de Economia Solidária e Agricultura Familiar, no município de São José dos Pinhais. Já

em 2008 foi realizado o III Encontro Estadual de Economia Solidária, onde foi aprovado o anteprojeto da Lei Estadual de Ecosol.

Em 2010 é realizada a II Conferência da Regional de Curitiba, Região Metropolitana, Litoral e Vale da Ribeira, que propunha

realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária e das políticas públicas de Economia Solidária; Avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, autogestão, sustentabilidade e na solidariedade; E eleger delegados para II Conferência Estadual de Economia Solidária (BEATRIZ, 2012, p. 63).

Também em 2010, em Foz do Iguaçu/PR, ocorreu a II Conferência Estadual de Economia Solidária. Neste evento foram eleitos/as delegados/as para participar da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Ainda em 2010 aconteceu em Curitiba, o IV Encontro Estadual de Economia Solidária, onde se realizou uma análise de conjuntura a respeito da Ecosol, um balanço sobre os programas governamentais de fomento a Ecosol, a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular Nacional e a composição da Comissão Estadual do Fórum Paranaense de Economia Solidária (BEATRIZ, 2012).

Apesar do FPES ter sido criado em 2004, sua primeira reunião ocorreu somente em fevereiro de 2011, em Curitiba. Já em 2012 ocorreu o IV Encontro Regional de Economia Solidária de Curitiba, Região Metropolitana e Vale do Ribeira, onde aconteceu a oficina preparatória para a V Plenária Nacional de Economia Solidária.

A III Conferência Estadual foi realizada em 2014, nos dias 04 e 05 de julho, em Praia de Leste/PR. Na ocasião foi elaborado o Plano Paranaense de Economia Solidária, entregue pelo FPES à gestão do Estado do Paraná vigente na época. Na conferência também foram eleitos/as delegados/as para a III Conferência Nacional de Economia Solidária (BEATRIZ, 2020).

Segundo Beatriz (2020), em 2017 foi criada a Comissão Especial CADSOL – Paraná, com a função de efetivar a participação da sociedade organizada para a gestão dos cadastros dos EES do Estado. Já em 2018, foi publicada a Lei 19.784 que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária do Paraná, regulamentada por meio do decreto estadual 3932/2020 (BEATRIZ, 2020).

Vale ressaltar que apesar das poucas informações públicas sobre a atuação do FPES, entre 2021 e 2022 se investiu em espaços de diálogo e articulação para a

criação do Conselho Estadual de Economia Solidária do Paraná<sup>63</sup> e eleição dos/as delegados/as para a VI Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada de 06 a 09 de dezembro de 2022, em Brasília.

A partir deste breve resgate histórico da trajetória da Ecosol no Paraná, a próxima seção busca caracterizar o perfil do/as trabalhadores/as e EES localizados no Estado do Paraná, a partir das informações contidas no Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

### 3.2.1.1 Empreendimentos Econômicos Solidários no Paraná

Os dados apresentados nesta seção foram organizados por meio do Relatório Geral do CADSOL de 2018, disponibilizado pela Comissão Especial CADSOL – Paraná. Objetivou-se com isso, expor dados quantitativos a respeito dos EES, coletados até o ano de 2018. Conforme Sousa (2016), os dados do CADSOL já incluíam os EES brasileiros visitados no segundo Mapeamento da Economia Solidária (2009 – 2013). Visto isso, a escolha pelos números do Relatório Geral do CADSOL se deu pelas informações recolhidas após tal período. Ou seja, trata-se dos dados oficiais mais atualizados a respeito dos EES.

De acordo com a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE 1780/2014 (BRASIL, 2014), o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi uma ferramenta de reconhecimento público dos EES, permitindo que estes acessassem políticas públicas, programas públicos de financiamento, compras governamentais e a comercialização de produtos e serviços. A portaria também estabelecia critérios para o cadastramento dos EES, a saber: ser uma organização coletiva; exercer atividades de natureza econômica permanentes; ser uma organização autogestionária e suprafamiliar e; realizar reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento.

Para Sousa (2016), o CADSOL representava a identidade da Ecosol. O autor aponta que os EES que realizavam o cadastro na plataforma passavam pela análise de uma comissão local e, a partir disso, poderiam ou não receber a Declaração de

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-de-Justica-Familia-e-Trabalho-cria-Conselho-Estadual-de-Economia-Solidaria-e>.

Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via *internet*, que facilitava a identificação dos EES. Vale ressaltar que desde o processo de desmonte da política pública nacional da Ecosol, mencionada na última seção deste capítulo, as atividades do CADSOL foram extintas.

Conforme a Portaria MTE 1780/2014 (BRASIL, 2014), as informações coletadas pelo CADSOL sobre os EES eram de: identificação; endereço; CNPJ ou CPF do/a dirigente; ano de início das atividades; forma de organização; atividade econômica (conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE); quantidade de trabalhadores; dados sobre as instâncias de participação coletiva; dados sobre as motivações para criação do EES e; a identificação do/a trabalhador/a responsável pelas informações.

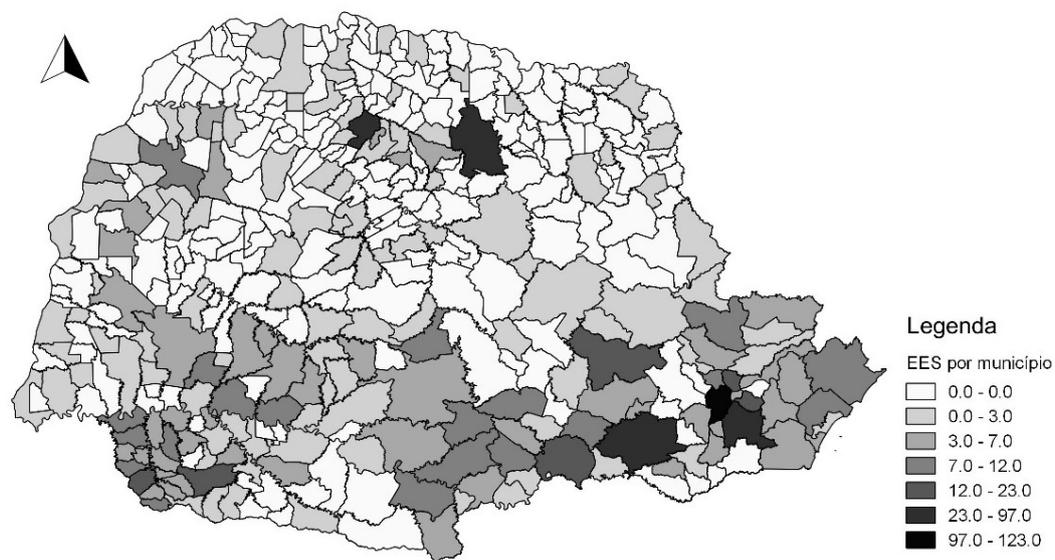
Segundo MTE (2017, apud Castro, 2018), em setembro de 2017 a plataforma CADSOL possuía um total de 20.127 EES cadastrados em nível nacional<sup>64</sup>. Em conformidade com o objeto de estudo desta pesquisa, optou-se pela apresentação de informações restritas ao Estado do Paraná.

Segundo o Relatório Geral do CADSOL de 2018, o Paraná possuía 1.013 EES, distribuídos em todas as regiões do Estado, que se enquadram na situação de cadastrado no CADSOL. Nota-se uma maior concentração de EES nas regiões metropolitana de Curitiba, sudeste, centro-sul e sudoeste do Estado. A Figura 6 apresenta a distribuição gradual dos EES, sendo os municípios preenchidos em tonalidades mais escuras os que mais possuíam EES. Os municípios que abrigavam entre 23 e 123 EES, em ordem crescente, são: Colombo, Lapa, Maringá, São José dos Pinhais, Londrina e Curitiba.

---

<sup>64</sup> Segundo MTE (2017, apud Castro, 2018), o CADSOL poderia enquadrar os EES nas seguintes situações: em análise; rejeitado; consulta pública; devolvido para correção e; cadastrado. Em 2017, considerando todas as possibilidades mencionadas, haviam 25.302 EES inseridos na plataforma.

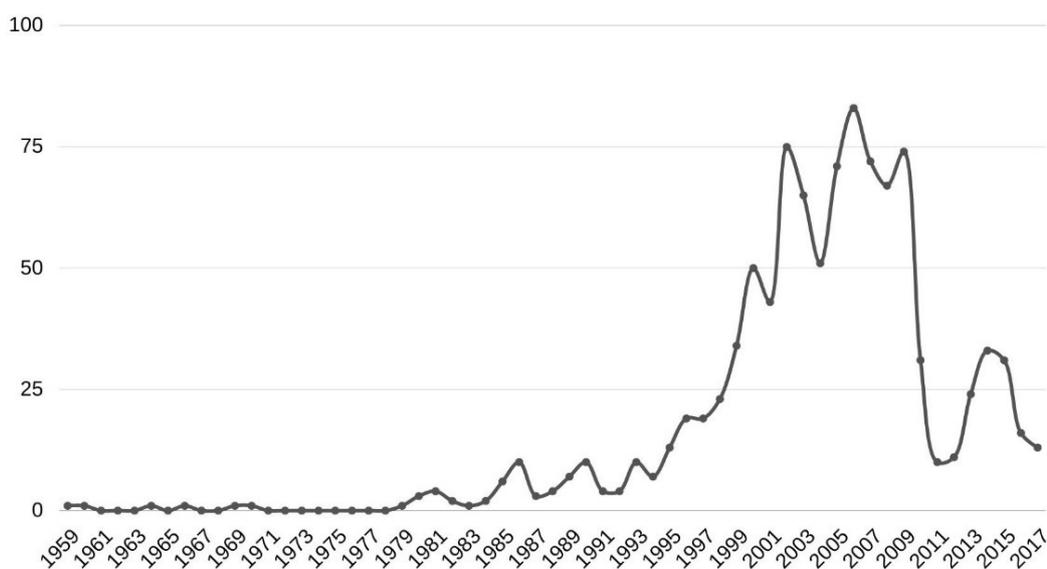
**Figura 6 - Distribuição dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

A maior parte dos EES paranaenses cadastrados no CADSOL nasceram a partir dos anos 2000, como ilustra a Figura 7. Apesar da existência de EES no Paraná desde o ano de 1959, seu crescimento era irrisório até a década de 1990. Ao analisar os dados da figura é possível notar que somente entre os anos de 1990 e 2010 nasceram 825 EES, ou seja, 81,44% dos EES do Paraná.

**Figura 7 - Ano de início dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Os 1.013 EES paranaenses eram formados por 76.025 trabalhadores/as concentrados em diferentes categorias profissionais, sendo a de agricultores/as familiares a mais abrangente, representando 39,68% do total de EES. A categoria de artesãos também era significativa, pois representava 22,01% dos EES. Os 38,31% das categorias restantes (Figura 8), dividiam-se, em ordem decrescente, entre: catadores/as de material reciclável; desempregados/as ou desocupados/as; não se aplica ou não há predominância; outros/as trabalhadores/as autônomos/as por conta própria; assentados/as da reforma agrária; técnicos/as, profissionais de nível superior e; artistas.

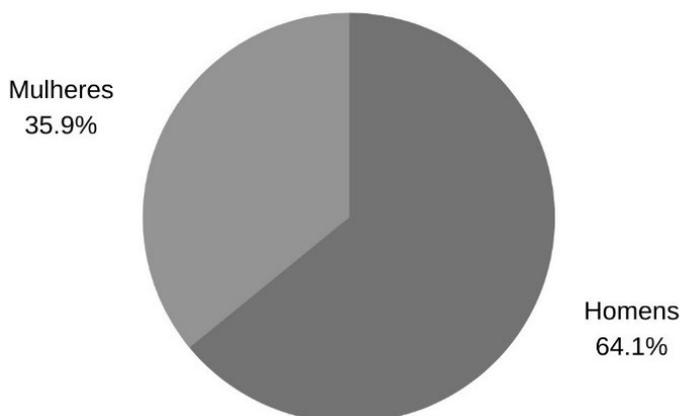
**Figura 8 - Categoria social das/os trabalhadoras/es dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

O Relatório Geral do CADSOL de 2018 também indicava a predominância de homens nos EES do Paraná, sendo 48.703 homens e 27.322 mulheres (Figura 9). Segundo Gaiger (2014), no Brasil, os homens preponderam nas cooperativas, enquanto as mulheres prevalecem nos grupos informais. O autor também ressalta que nas associações o número de homens é levemente maior, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres.

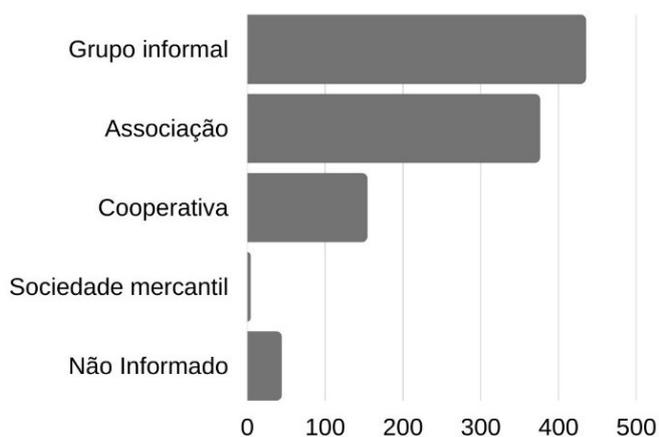
**Figura 9 - Mulheres e homens associadas/os à EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Seguindo nas formas de organização dos EES do Paraná, nota-se que a maior parte dos EES eram grupos informais e associações (Figura 10). Analisando dados anteriores de Gaiger (2014), no Brasil 60% dos EES eram associações, 30,5% eram grupos informais e 9,7% eram cooperativas. No Paraná esses números eram, respectivamente, 37,1%, 42,9% e 15,2%.

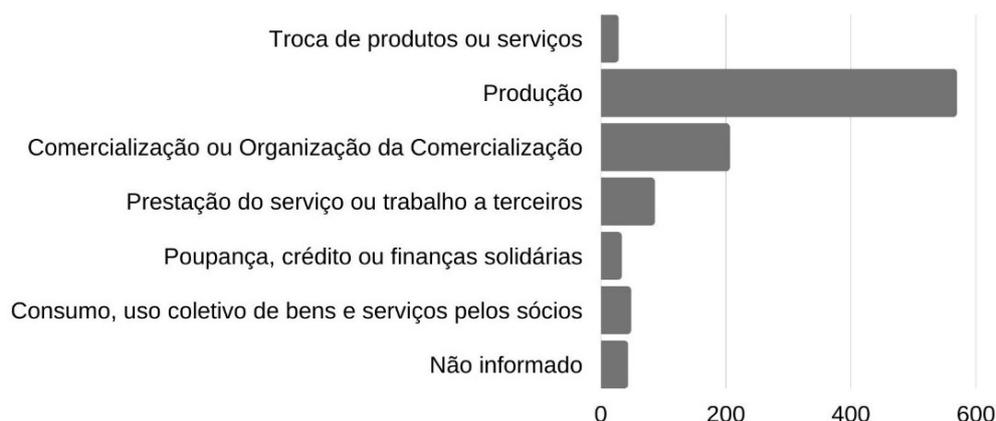
**Figura 10 - Forma de organização dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Conforme a Figura 11, a principal atividade econômica dos EES paranaenses cadastrados se distribuía em: 56,2% na produção; 20,3% na comercialização ou organização da comercialização; 8,5% na prestação de serviços; 4,7% no consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios; 3,3% na poupança, crédito ou finanças solidárias; 2,8% na troca de produtos ou serviços; e 4,2% não informaram.

**Figura 11 - Categoria de atividade econômica principal dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Sobre as motivações para a criação dos EES do Paraná (Figura 12), o relatório aponta que as principais eram: uma fonte complementar de renda para os/as associados/as; obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associado; desenvolvimento de uma atividade onde todos/as são donos/as e; uma alternativa ao desemprego. Dentro da opção “Outro”, as motivações que mais se destacaram foram: fortalecimento do trabalho no campo; combate ao êxodo rural; convivência comunitária; união de mulheres; facilitação da comercialização e; terapia ocupacional/reabilitação psicossocial.

**Figura 12 - Motivação para criação dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Conforme Castro (2018), desde a criação da SENAES o estímulo de políticas públicas na área da Ecosol tem sido voltado, sobretudo, às populações economicamente desfavorecidas, como aquelas vinculadas a algum programa de

assistência social (por exemplo, o Bolsa Família), assim como aos povos e/ou comunidades tradicionais. No Paraná, os EES provenientes da organização de povos ou comunidades tradicionais representavam somente 6,7% dos EES cadastrados (Figura 13). Vale destacar que apesar das entidades de apoio e fomento à Ecosol, como a Cáritas Brasileira<sup>65</sup>, possuírem em suas áreas de atuação o trabalho com migrantes, refugiados e apátridas, estes grupos não apareciam nas categoriais sociais presentes no cadastro.

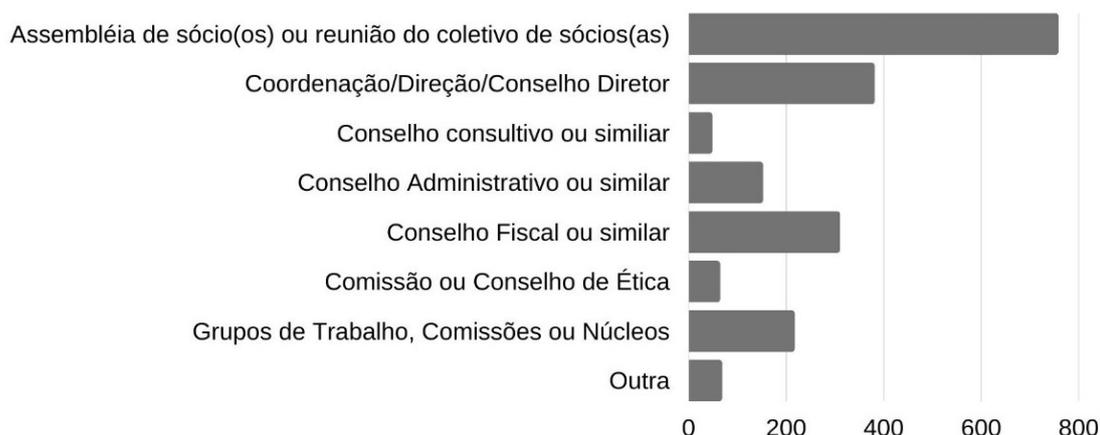


**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Uma vez que as práticas da Ecosol fundamentam-se em processos de politização e de construção coletiva de relações democráticas e participativas (PEDRINI; OLIVEIRA, 2007), o registro do CADSOL também apresentava as distintas instâncias de decisão presentes nos EES do Paraná. De acordo com o Relatório Geral do CADSOL de 2018 (Figura 14), nos EES do Paraná as decisões eram tomadas majoritariamente em assembléia de sócios/as ou em reunião do coletivo de sócios/as. Instâncias como coordenação/direção/conselho diretor, conselho fiscal ou similar também apareciam com frequência. Na opção “Outra”, além das pessoas relatarem a inexistência de espaços de decisão, também havia, de forma reiterada, as reuniões periódicas/informais e os comitês gestores. Cabe evidenciar que alguns EES possuíam mais de uma instância de decisão.

<sup>65</sup> Saiba mais em: <https://caritas.org.br/area-de-atuacao>.

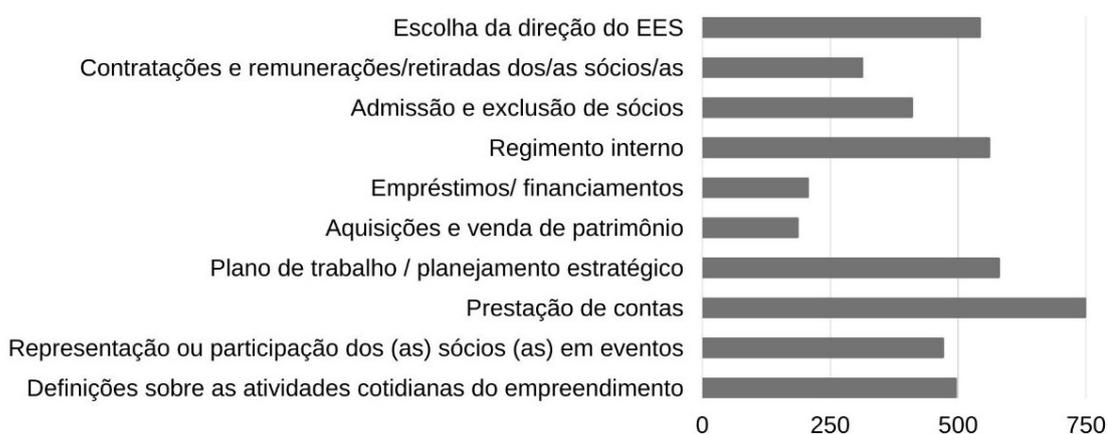
**Figura 14 - Instância de decisão dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

A periodicidade das instâncias de decisão variava conforme a forma de organização do EES e também com o que era decidido nesses espaços, como se verifica na Figura 15. No Paraná os principais assuntos discutidos e decididos em assembleias e reuniões eram: prestação de contas; plano de trabalho/planejamento estratégico; escolha da direção do EES; regimento interno; definições sobre as atividades cotidianas do EES; representação ou participação dos/as sócios/as em eventos e; admissão e exclusão de sócios/as. O relatório também aponta que a periodicidade das assembleias e reuniões era majoritariamente mensal e anual ou de mais de um ano.

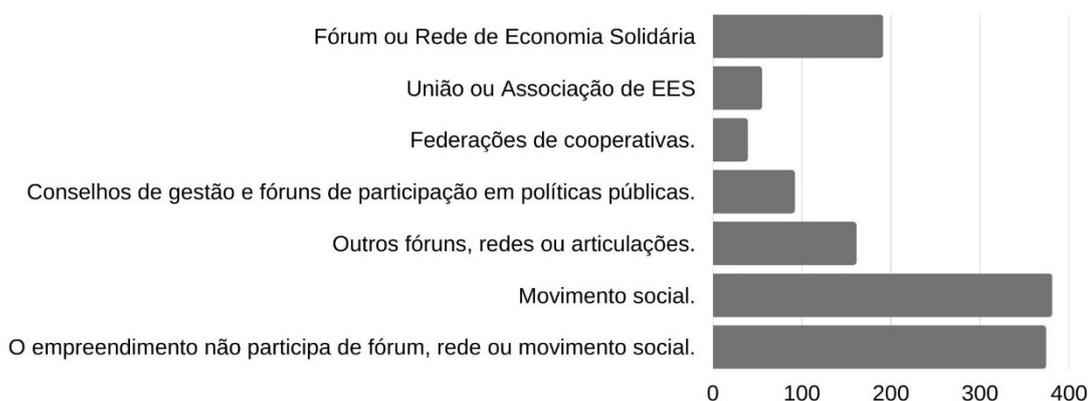
**Figura 15 - O que é decidido em assembleia/reunião dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

Uma característica fundante da Ecosol é sua capacidade de agregar ações coletivas que expressam as configurações e impulsos dos movimentos sociais<sup>66</sup>. A Ecosol congrega diversas ideias e práticas de contestação e transformação social e mobiliza atores sociais na busca e construção de “recursos de poder capazes de questionar os padrões culturais e os arranjos institucionais existentes” (ICAZA, 2009, p. 263). A Figura 16 apresenta os dados referentes à participação dos EES do Paraná em fóruns, redes e/ou movimentos sociais. Nota-se que apesar do número expressivo de EES não participantes em fóruns, redes e/ou movimentos sociais (36,92%), existia atuação em outros espaços de articulação coletiva.

**Figura 16 - Participação em fórum/rede/movimentos sociais dos EES do Paraná.**



**Fonte: Autoria própria (2023), com base no Relatório Geral do CADSOL de 2018.**

A apresentação dos dados do CADSOL se faz importante, porque mostra a realidade da Ecosol no Estado do Paraná, ou seja, apresenta o cenário em que a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala), objeto desta dissertação, está inserida. Ademais, percebe-se que nem todas as informações dos EES do Paraná são compatíveis com as informações nacionais sistematizadas anteriormente por Gaiger (2014). Ou seja, existem particularidades que reforçam o fato de que os EES resultam de territórios com características e culturas próprias, conforme exposto por Pedrini e Oliveira (2007, p. 112).

As iniciativas solidárias emergem fortemente vinculadas aos espaços locais, recebendo destes a sua influência histórica, cultural, econômica e social. Possibilitam um maior envolvimento dos/as trabalhadores/as com a dinâmica local, com os espaços de debate público, de decisão e de organização social. Esse envolvimento fundamenta-se na perspectiva de

<sup>66</sup> Entende-se por movimento social, a ação de um grupo de pessoas que se identificam com valores, ideias e necessidades comuns e que se mobilizam para dar visibilidade e legitimidade social a um projeto de mudança pelo qual lutam (ICAZA, 2009).

construir relações democráticas, participativas e nos processos de politização que vão se constituindo.

Cabe dizer ainda que a Rede Mandala não é uma cópia exata das informações presentes no Relatório Geral do CADSOL (2018), uma vez que os cadastros dos EES eram feitos por meio de autodeclaração. Nem todos os EES da Rede Mandala, necessariamente, se inscreveram na plataforma ou até mesmo se entendiam vinculados à Ecosol durante a existência do cadastro - extinto no mesmo ano em que a Rede Mandala foi iniciada.

Por fim, compreendendo que a trajetória da Ecosol no Estado do Paraná não evidencia a concepção de programas governamentais nesse âmbito, especialmente pela imaturidade da Lei 19.784/2018 que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária do Paraná - regulamentada somente em 2020 pelo Decreto 3932 - e do Conselho Estadual de Economia Solidária, criado somente em 2022, a seção seguinte apresenta as estratégias de fortalecimento em âmbito nacional da Ecosol elaboradas a partir da experiência da SENAES entre os anos de 2004 e 2019.

### **3.3 A SENAES e as estratégias de fortalecimento da Economia Solidária**

A Ecosol surge como uma forma de organização do trabalho que visa minimizar as desigualdades socioeconômicas, difundindo valores discrepantes daqueles adotados pelo sistema capitalista. Conforme Neves (2014), a Ecosol enfrenta no Brasil desafios significativos, especialmente, a dificuldade de promover a inclusão social e a de mobilizar uma gama de pessoas dispostas a contribuir na construção de uma nova sociedade. Dessa maneira, os/as trabalhadores/as envolvidos/as apontam para a vulnerabilidade e fragilidade dessa economia e para a importância do apoio e fomento de políticas públicas<sup>67</sup> que diminuam tais dificuldades e provoquem a ampla conscientização da sua importância na sociedade.

---

<sup>67</sup> Por política pública entende-se um campo de conhecimento que procura colocar um governo em ação, ao mesmo tempo em que analisa e propõe mudanças para essa ação. A constituição de políticas públicas representa o estágio em que os governos democráticos refletem suas plataformas eleitorais e propósitos em ações e programas que acarretarão mudanças reais na sociedade (SOUZA, 2006).

Com relação aos desafios enfrentados pela Ecosol no país, Addor (2006) apresenta de forma sintética os principais, sendo eles: a estruturação da comercialização, que perpassa pela construção de vínculos para a formação de um mercado solidário, pela constituição de arranjos produtivos, pela obtenção de créditos e pela superação do alcance local dos EES; a manutenção da consistência ideológica, uma vez que à medida que os EES se estabilizam podem surgir ambições individuais dentro dos grupos, além disso, o aumento da complexidade e urgência das decisões podem romper com o princípio da gestão horizontal; a contribuição técnico-científica, já que a autogestão que caracteriza a Ecosol demanda uma formação que supera os conhecimentos já preconcebidos, ou seja, há a necessidade de conhecimentos e técnicas específicas e divergentes das empresas capitalistas e; organização de políticas públicas, pois é necessário incluir a Ecosol dentro do programa de desenvolvimento nacional, tornando-a um vetor que faça a articulação de todas as políticas governamentais, assegurando a sobrevivência da Ecosol mesmo em mudanças governamentais.

Os desafios são muitos, no entanto há autores como Silva (2010), que defendem que a Ecosol pode ser uma opção de “enfrentamento do processo de exclusão social, econômico e político, inclusive no combate à precarização das relações de trabalho [...], podendo representar os embriões da geração de uma nova estratégia política de desenvolvimento” (p. 147). Para a superação desses desafios, o fomento à Ecosol por meio das políticas públicas é fundamental, pois elas contribuem de forma significativa para o seu apoio, desenvolvimento e fortalecimento. Conforme Singer (2006, p. 205), as políticas públicas “são decisivas para ajudar os mais pobres a se auto-organizar, para coletivamente desenvolverem trabalho e obterem renda, uma vez que só fundos públicos têm capacidade para estender o avanço da economia solidária aos que mais carecem dela”.

No Brasil, a grande propulsora da política pública de Ecosol foi a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que possuía seus próprios projetos/políticas, mas também buscava agir transversalmente, distribuindo suas ações em outros ministérios e unidades da federação, exprimindo seu caráter multidisciplinar sem se restringir à geração de trabalho e renda (SCHIOCHET, 2011).

De acordo com Faria e Sanchez (2011), as ações transversais da SENAES ocorreram por meio de parcerias efetivas, na construção de ações conjuntas e da

integração de políticas em andamento em diferentes áreas, como na saúde e educação, no desenvolvimento social, na segurança alimentar, habitação, cultura, pesca, mineração, na igualdade racial e de gênero, na ciência e tecnologia etc. A SENAES efetivou ações conjuntamente com os seguintes entes institucionais em âmbito federal:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - M.D.S; Fundo de Amparo ao Trabalhador - F.A.T; Ministério do Desenvolvimento Agrário - M.D.A; Fundo Nacional de Assistência Social - F.N.A.S; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E; Ministério da Integração Nacional - M.I.N; Ministério da Pesca e Aquicultura - M.P.A; Ministério do Trabalho - M.T; Fundo Nacional de Cultura - F.N.A.C; Ministério de Minas e Energia - M.M.E. A SENAES também estabeleceu parcerias estratégicas com várias instituições para promover ações voltadas para os empreendimentos de economia solidária, dentre estas instituições, podemos destacar: Ministério da Justiça; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Banco do Nordeste; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. (CHIARIELLO; FONSECA; MORAIS, 2021, p. 84).

Com relação à alocação de recursos públicos federais para a Ecosol, Chiariello, Fonseca e Morais (2021), a partir de um levantamento de 2004 a 2017 das Leis Orçamentárias Anuais – LOAs, relatam que as dotações orçamentárias aportados na SENAES alcançaram o montante de 1,43 bilhões de reais, 31% do total de 4,57 bilhões destinados pelo Orçamento Federal à Ecosol entre 2004 e 2019. O Quadro 3 apresenta os valores das LOAs de 2004 a 2019 e o percentual destinado à SENAES.

**Quadro 3 - Valores orçamentários da LOA destinados à Ecosol e à SENAES 2004-2019.**

LOA	VALORES SENAES	VALORES TOTAIS ECOSOL	% SENAES
LOA 2004	R\$ 66.808.501,11	R\$ 199.632.872,00	33,5%
LOA 2005	R\$ 28.199.113,20	R\$ 287.883.275,00	9,8%
LOA 2006	R\$ 25.975.533,72	R\$ 184.249.530,62	14,0%
LOA 2007	R\$ 64.836.181,98	R\$ 267.537.730,00	24,2%
LOA 2008	R\$ 91.829.883,60	R\$ 381.979.220,08	24,0%
LOA 2009	R\$ 61.350.017,89	R\$ 358.749.255,00	17,1%
LOA 2010	R\$ 76.831.492,11	R\$ 376.531.219,00	20,4%
LOA 2011	R\$ 105.007.667,97	R\$ 408.358.681,71	25,7%
LOA 2012	R\$ 58.087.512,00	R\$ 799.630.557,00	7,2%
LOA 2013	R\$ 213.605.185,03	R\$ 621.924.909,78	34,4%
LOA 2014	R\$ 192.340.562,00	R\$ 276.695.752,00	69,5%
LOA 2015	R\$ 157.222.425,00	R\$ 184.384.864,00	85,3%

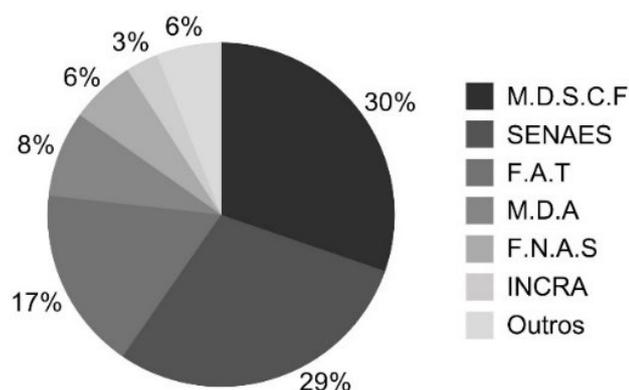
LOA 2016	R\$ 83.765.572,80	R\$ 103.063.572,00	81,3%
LOA 2017	R\$ 55.646.723,55	R\$ 67.909.569,00	81,9%
LOA 2018	R\$ -	R\$ 20.550.738,00	
LOA 2019	R\$ -	R\$ 26.913.049,00	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.281.506.372,96</b>	<b>R\$ 4.565.994.794,19</b>	

Fonte: Chiariello, Fonseca e Morais (2021).

Os dados organizados por Chiariello, Fonseca e Morais (2021) apontam que entre 2004 e 2010, com exceção dos anos de 2005 e 2006, os valores aportados à SENAES oscilaram entre R\$ 60 milhões e R\$ 90 milhões. Os maiores valores destinados à SENAES concentram-se no período de 2011 e 2015, concentrando mais de 52% do montante total de todos os anos da série. A partir de 2016, em decorrência do desmonte da política pública de Ecosol (comentado na seção 3.2 deste trabalho), houve um corte expressivo nos valores destinados à SENAES, que se tornaram nulos a partir de 2018. De 2014 em diante, nota-se um aumento acelerado da participação da SENAES nos aportes totais à Ecosol.

Com relação aos recursos públicos distribuídos às diferentes unidades orçamentárias atuantes no campo da Ecosol entre 2004 e 2019, apresenta-se a Figura 17.

Figura 17 - Distribuição orçamentária dos recursos da Ecosol (%).

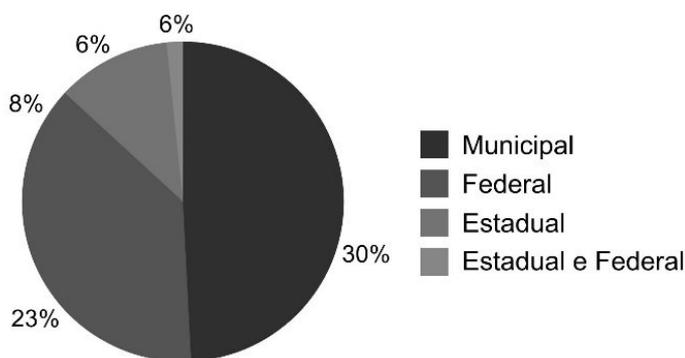


Fonte: Chiariello, Fonseca e Morais (2021).

Verifica-se que as unidades que mais receberam dotações no período apresentando foram o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDSCF, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que juntas responderam por 76% dos valores totais. Cabe dizer que as articulações relacionadas à Ecosol atingiram as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Ferreira *et al.* (2019), ao levantarem

bibliografia sobre 61 programas para o desenvolvimento da Ecosol no Brasil, constataram que a maior parte deles encontravam-se na escala municipal (Figura 18).

**Figura 18 - Orçamento para a Ecosol nas distintas instâncias governamentais (%).**



Fonte: Ferreira *et al.* (2019).

Como o intuito do presente trabalho foi realizar um estudo de caso de uma rede fomentada com recursos da SENAES, a Rede Mandala, os parágrafos a seguir apresentam, a partir do trabalho de Chiariello, Fonseca e Morais (2021), a distribuição das dotações destinadas à Ecosol via SENAES. De acordo com os autores, o montante dos recursos atribuídos à SENAES foi distribuído em seis programas temáticos das LOAs, sendo: Economia Solidária em Desenvolvimento; Resíduos Sólidos Urbanos; Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; Resíduos Sólidos; Promoção do Trabalho Decente; Qualidade Ambiental. O Quadro 4 apresenta as ações contidas nesses programas.

**Quadro 4 - Ações contempladas pelos programas temáticos da SENAES.**

Número	Ações	R\$ (mi.)
I	Apoio à constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária	8,69
II	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	10,26
III	Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	82,19
IV	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	106,45
V	Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	263,98
VI	Sistema nacional de informações em economia solidária	2,24
VII	Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção do SIES	13,74
VIII	Manutenção e ampliação do Sistema de informações em economia solidária – SIES	1,50
IX	Gestão e administração do programa	11,51

X	Publicidade de utilidade pública	7,60
XI	Funcionamento do CNAES	1,76
XII	Fomento de trabalho e renda em atividades de economia solidária	123,19
XIII	Ações emergenciais de geração de trabalho e renda	4,59
XXV	Implantação de centros públicos de economia solidária	30,25
XXVI	Implantação de espaços multifuncionais em economia solidária	8,04
XV	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	56,46
XIV	Capacitação de agentes de desenvolvimento solidário	5,20
XXVIII	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	84,76
XVI	Fomento à assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	91,40
XVII	Fomento a Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	22,83
XVIII	Fomento à rede de produção e comercialização de bens e serviços produzidos pela Economia Solidária	4,37
XIX	Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	27,49
XX	Promoção do consumo ético e comércio justo	4,19
XXI	Fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários	14,14
XXII	Assistência Técnica para geração de finanças solidárias	1,45
XXIII	Fomento às finanças solidárias	6,31
XXIV	Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	3,68
XXIX	Fomento à certificação de processos, produtos e serviços da economia solidária	1,50
XXX	Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão	32,31
XXXI	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos	216,43
XXXII	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos	32,97
Total		1.281,51

**Fonte: Chiariello, Fonseca e Morais (2021).**

Os números apontados na tabela não seguem uma linha retilínea, pois foram organizados a partir do agrupamento de propósitos semelhantes, obedecendo uma sequência de ações estruturantes para as ações temáticas. Conforme Chiariello, Fonseca e Morais (2021), as três primeiras ações descritas no Quadro 4, referentes a 7,9% do valor total alocado à SENAES, estiveram relacionadas ao processo de institucionalização da Ecosol enquanto política pública e ocorreram entre 2004 e 2014. As ações IV e V foram propósitos constantes das LOAs de 2013 a 2017,

representando 28,9% do valor total, e estiveram relacionadas ao apoio e fortalecimento da Ecosol especialmente por meio dos EES e das redes que a compõem. De VI a VIII, 1,4% do total, fizeram referência à construção e manutenção do sistema nacional de informação em economia solidária, ações presentes entre os anos de 2004 a 2012. As ações de IX a XI, 1,6% do montante total, possibilitaram o suporte e funcionamento da SENAES entre 2004 e 2012.

As ações subsequentes do quadro foram organizadas em eixos temáticos por Chiariello, Fonseca e Morais (2021), conforme o quadro a seguir.

**Quadro 5 - Ações contempladas pelos programas temáticos da SENAES.**

Número	Anos	Temas	Recursos das LOAs (%)
XII e XIII	2004-2007	Geração de trabalho e renda	10,0%
XXV e XXVI	2008-2012	Criação de infraestruturas físicas para a economia solidária	3,0%
XIV e XV	2004-2012	Formação de pessoal para o apoio à economia solidária	4,8%
XXVIII	2008-2012	Promoção do desenvolvimento local por meio da economia solidária	6,6%
XVI	2008-2012	Assistência técnica	7,1%
XVII	2008-2012	Apoio a incubadoras	1,8%
XVIII, XIX e XX	2004-2012	Comercialização e comércio justo	2,8%
XXI, XXII e XXIII	2004-2012	Finanças solidárias	1,7%
XXIV	2008-2012	Tecnologias sociais	0,3%
XXIX	2012	Certificação	0,1%
XXX	2005-2010	Recuperação de empresas autogestionárias	2,5%
XXXI e XXXII	2013-2017	Apoio a empreendimentos populares atuantes com resíduos sólidos	18,8%

**Fonte: Adaptado de Chiariello, Fonseca e Morais (2021).**

A partir das informações organizadas por Chiariello, Fonseca e Morais (2021), ilustradas no Quadro 5, nota-se que os quatro primeiros anos da série, de 2004 a 2007, contemplaram em torno de oito ações. Já de 2008 a 2012, com uma certa dispersão dos recursos, foram apoiadas uma média de 12 ações. Nos últimos anos de atuação da SENAES, 2013 a 2017 foram apoiadas entre duas e quatro ações, sendo o intervalo de 2013 a 2015 o que mais concentrou aportes financeiros destinados à SENAES de toda a série. Os autores também destacam que cerca de 22% das ações de toda a série (IV, V, XII, XV, XXVIII, XVI e XXXI) compreendeu 74% dos recursos repassados à SENAES (R\$ 942,7 milhões). No intervalo de 2013

a 2017 houve a concentração de 47,7% dos recursos destinados à SENAES, período em que houve expressivo reconhecimento dos EES atuantes com resíduos sólidos, que mais tarde foram agregados às demais temáticas sob o rótulo “Fomento e Fortalecimento da Ecosol”, que se tornou predominante nos dois últimos anos da SENAES.

Após evidenciar a diversidade de ações executadas por meio dos recursos repassados à SENAES, foi possível observar o quanto as políticas públicas de Ecosol do governo federal podem contribuir para o avanço da luta política de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho. De acordo com Ferreira *et al.* (2019), os programas favoráveis à Ecosol, sustentados em processos participativos de geração de trabalho e renda, potencializam e disseminam esse outro tipo de economia e apontam para a emancipação social dos/as seus/suas trabalhadores/as.

Como o objeto de estudo desta dissertação, a Rede Mandala, é resultado das ações da SENAES que visavam o fomento e o fortalecimento de EES e suas redes de cooperação, e sabendo da existência de uma lacuna nos estudos relacionados à temática das redes (conforme mencionado no Capítulo 1), o capítulo a seguir visa detalhar o que são as redes e o que são as redes de Ecosol. Em seguida, no capítulo 5, a experiência da Rede Mandala é analisada.

#### 4 REDES E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A palavra rede deriva do latim *retis*, que significa o “entrelaçamento de fios (de algodão, linho, fibras artificiais ou sintéticas), cordas, arames, etc., com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido” (FERREIRA, 2004, p. 1715). A partir da noção de entrelaçamento, a palavra rede ganhou novos significados ao longo do tempo, e passou a ser empregada em diferentes situações.

De acordo com Foguel (2009), existe uma diversidade de percepções e princípios constitutivos das redes que variam de acordo com as características dos indivíduos que nela participam e/ou com as áreas de conhecimento envolvidas. Para o autor, o uso de uma abordagem em rede por diferentes áreas científicas cresceu significativamente nos últimos anos, dado que a lógica sistêmica e colaborativa que esta representa responde melhor às necessidades produtivas e cognitivas de uma época marcada pela complexidade e volatilidade.

A começar pela aplicação da lógica das redes nas Ciências Naturais, Foguel (2009) aponta que ela se faz presente na Biologia, por exemplo, a partir da Teoria dos Enxames. Já na Ecologia ela é utilizada na análise do tecido social, na ecologia populacional e nas interdependências ambientais. Por sua vez, na medicina faz-se presente nas pesquisas sobre as interações sistêmicas do corpo humano, desde o nível celular. O autor também comenta que a Teoria Geral de Sistemas, concebida pelo austríaco Ludwig Von Bertalanffy para explicar a natureza dos sistemas e a interação de suas partes interdependentes que em conjunto formam um todo com determinado objetivo, é percussora da Teoria das Redes<sup>68</sup>.

Nas Ciências Exatas, Foguel (2009) destaca as redes de informação examinadas pela Ciência da Computação e pela Matemática, que desenvolvem algoritmos para avaliar e mapear as ligações e interações existentes em uma rede, contribuindo significativamente para sua análise por outras áreas de conhecimento.

Já na área das Ciências Humanas, a apropriação da lógica das redes pode ser observada na Geografia, nos estudos sobre redes territoriais, redes sociais urbanas e impactos sobre o tempo e espaço (FOGUEL, 2009). Enquanto nas

---

<sup>68</sup> De acordo com Capra (1996), na tentativa de compreender os complexos e altamente integrativos sistemas da vida, diversos cientistas buscaram nomeá-los como, por exemplo: "teoria dos sistemas dinâmicos", "teoria da complexidade", "dinâmica não-linear", "dinâmica de rede" etc. (p. 11).

Ciências Sociais e na Sociologia, Foguel (2009) destaca que são trabalhadas as redes sociais <sup>69</sup>, utilizadas para analisar articulações políticas, ideológicas e simbólicas e na Antropologia para estudar as representações sociais dos indivíduos dentro de grupos, como nas redes de parentesco, amizades etc.

O uso da noção de redes nas Ciências Sociais Aplicadas é feito pela Psicologia nos estudos sobre interações entre indivíduos e grupos. Na Economia, se apresenta nas análises sobre as redes de produção e consumo, sobre os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Economia e sobre as relações entre o macro e microambiente econômico. Na Administração, estudam-se as redes organizacionais, sua complexidade e impacto sobre o comportamento da organização, as redes de parcerias e alianças, a gestão do conhecimento e do pensamento sistêmico para a elaboração de estratégias empresariais etc. (FOGUEL, 2009).

Nota-se que em diferentes áreas de conhecimento é possível encontrar estudos sobre redes. A presença constante deste tema está relacionada ao papel que as redes exercem na vida, como aponta Capra (1996, p. 45):

a teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico colocando os maiores acima dos menores, a maneira de uma pirâmide. Mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há 'acima' ou 'abaixo', e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de outras redes.

Capra (1996) também menciona que a totalidade material pode ser vista como uma teia dinâmica, em que todos os eventos estão inter-relacionados, fazendo com que todos os eventos e as propriedades dessa teia sejam fundamentais, uma vez que resultam de todas as partes e possibilitam a estruturação e consistência global de toda a teia.

Foguel (2009) afirma que a filosofia das redes ainda possui o grande desafio da mudança de paradigma de formação e atuação, uma vez que as pessoas insistem em pensar de maneira fragmentada e isolada, sem considerarem que estão inseridas em inúmeras redes de interação.

---

<sup>69</sup> Neste caso o uso do termo "redes sociais" refere-se a estruturas sociais, ou seja, pessoas e suas relações/conexões, sem se restringir aos espaços virtuais.

Considerando a abordagem de redes relacionada à Sociologia, voltada à análise, por exemplo, de articulações políticas, ideológicas e simbólicas, cabe destacar que existe na sociedade uma naturalização da hierarquia, como se o desenho piramidal, especialmente no ambiente institucional/organizacional, fosse o modo natural dos relacionamentos humanos. Tal naturalização também se dá no uso indiscriminado do termo rede, considerando unicamente sua concepção formalista na designação ou/e qualificação de sistemas, estruturas e desenhos organizacionais que possuem um número expressivo de elementos (pessoas, equipamentos, entidades etc.) dispersos e com alguma ligação entre si. Ou seja, nem tudo que possui como característica a quantidade, a dispersão espacial e a interligação deve ser chamado de rede. Exemplo disso são as organizações matriciais (supermercados, franquias etc.) que, apesar de categorizarem-se como redes, não passam de organizações tradicionais em forma de pirâmide, com uma ampla base (MARTINHO, 2003).

Para Martinho (2003), diversas estruturas organizativas que se apresentam como rede na verdade não são, devido a sua estrutura vertical, com decisões centralizadas, um caráter não participativo e de gestão autoritária. Para o autor, a conceituação de redes deve possuir contornos mais precisos que enfatizem sua natureza democrática, aberta e emancipatória.

Quando tudo, indiscriminadamente, torna-se rede, essa vigorosa ideia-força perde brilho e poder explicativo e, o que é pior, deixa de ostentar algumas de suas características mais preciosas: seu poder criador de novas ordens e seu caráter libertador. Quando tudo é rede, estruturas velhas e novas, modos convencionais e modos inovadores de fazer, estratégias de opressão e estratégias de libertação confundem-se sob uma pretensa mesma aparência. Se não for possível estabelecer algumas distinções, o conceito de rede deixa de ter sentido e passa a não servir para nada (MARTINHO, 2003, p. 9).

De acordo com Acioli (2007), nos estudos sociais sobre as redes existem três abordagens que melhoram a navegação nesse mar conceitual: a Metafórica, que possui como o foco a conceituação e filosofia das redes; a Analítica, que privilegia as metodologias de análise de redes; a Tecnológica, que abarca os estudos a respeito das conexões das redes e analisam os impactos da tecnologia sobre as relações sociais.

Reconhecendo a atual imprecisão conceitual sobre redes, mencionada por Martinho (2003), este capítulo visa trabalhar com a abordagem metafórica apresentada por Acioli (2007), considerando ideias e autores que colaboram para a elucidação de princípios e aspectos conceituais que permeiam a lógica das redes, com um recorte do tema no Brasil e, em especial, a respeito de Redes Solidárias, foco deste estudo. É importante destacar que pela carência de autores/as que escrevam sobre a temática das redes, esta dissertação se baseia mais fortemente em alguns poucos autores, como Martinho (2003) e Foguel (2009).

#### **4.1 Redes no Brasil: uma breve exposição**

Ao analisar a configuração da sociedade a partir da difusão do uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que impulsionam os processos da globalização capitalista, Castells (2000)<sup>70</sup> aponta que a lógica da sociedade em rede configura-se, cada vez mais, como um processo de *metadesordem social* para a maior parte das pessoas, uma vez que essa nova diagramação social ignora grupos sociais subordinados e territórios desvalorizados, assim como criam e impõem códigos culturais.

Por outro lado, ao olhar para o mesmo período histórico analisado por Castells<sup>71</sup>, é possível notar que houve um acentuado crescimento na articulação de inúmeras organizações da sociedade civil e de movimentos sociais. Para Martinho (2003), situações sociais e políticas que exigiam respostas coletivas fomentaram a criação de uma constelação de redes, formadas por pessoas, grupos e Organizações Não Governamentais (ONGs) com afinidades em diferentes áreas de ação, como na saúde, cultura e educação, no meio ambiente, na assistência social, nas questões de gênero e de defesa de direitos.

Martinho (2003) também menciona que as redes se tornaram a principal estratégia de expressão e organização coletiva, seja no plano político ou na articulação de ações de grande porte em nível nacional e internacional. No Brasil, a organização dos movimentos sociais em rede começou na década de 60, em

---

70 Para Martinho (2003), o cientista social espanhol Manuel Castells não é exatamente um defensor das redes como forma de organização, mas sim um analista que intenciona entender as novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas da complexa sociedade da informação.

71 O período histórico analisado por Castells (2000) é o da 3ª Revolução Industrial, que trouxe em seu avanço novas tecnologias na área da comunicação e da informática.

decorrência da articulação de atores políticos na luta contra a ditadura militar, pela democratização e pelos direitos humanos.

Todavia, foi no fim da década de 1980 e início da de 1990 que a articulação em rede ganhou protagonismo e uma função política reconhecida e decisiva na luta por direitos sociais no país, proporcionados especialmente pelo uso dos precursores sistemas de comunicação à distância. Alguns exemplos do panorama histórico das chamadas “redes sociais” no Brasil, são a criação do Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (1988) e o surgimento da Associação Brasileira de ONGs – Abong (1991) e da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (1991) (MARTINHO, 2003).

De acordo com Lima (2018), no Brasil, as redes foram fortemente impulsionadas pelas articulações em prol da preservação ambiental. Em 1992, a Conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como RIO-92, possibilitou debates sobre os problemas ambientais mundiais e a constituição de redes de movimentos ambientalistas, como por exemplo a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA e a Rede Paulista de Educação Ambiental – REPEA. Ambas foram criadas com o objetivo de promover a preservação ambiental.

Já no início dos anos 2000, um evento que se destacou no Brasil foi o Fórum Social Mundial, que ocorreu em 2001 na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Conforme Lima (2018), o evento proporcionou o diálogo entre diferentes movimentos sociais e a criação de coletivos organizados, como a Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária, uma rede eletrônica que objetivava “ir além das mobilizações, manifestações e centralizações de informações da Economia Solidária, esta também buscava um elo entre produtores e consumidores que se identificam com a proposta” (p. 66).

Atualmente não se conhece a quantidade exata e as características de funcionamento dessas redes, no entanto, estima-se centenas de redes da sociedade civil em ação no Brasil, formando um caleidoscópio de campos de ação, territórios, nomenclaturas e desenhos organizacionais - fórum, articulação, movimento, coletivo etc. (MARTINHO, 2003). O autor também aponta que essas redes recebem aporte de entidades de caráter associativo, como federações, confederações e

organizações do terceiro setor, que auxiliam nos processos de participação e de decisão que caracterizam as redes.

## 4.2 Conceituação e morfologia das redes

Nesta seção busca-se apresentar conceitos de redes que se fundamentam em práticas e princípios democráticos, emancipatórios, inclusivos e sustentáveis. As ideias a serem trabalhadas aqui, como em Martinhos (2003), não visam interpretar os princípios de organização dos sistemas vivos (naturais) e nem debater a sociedade contemporânea a partir do plano sociológico. Em vista dos objetivos deste estudo, as redes serão abordadas como um “padrão organizativo” que contribui com os atores sociais na transformação da realidade.

A começar por Loiola e Moura (1997), percebe-se que mesmo com a diversidade de conceitos relacionados às redes que se fundamentam em práticas e princípios democráticos, há uma convergência entre eles, como a igualdade e complementaridade entre os/as participantes e a formação de uma malha de relações. Para as autoras, não existe diferença entre os “nós” e as linhas das redes, pois “como encarnam em si as ideias de origem e destino, os ‘nós’ limitam e, ao mesmo tempo, são pontos a partir dos quais a rede se expande” (p. 54).

Para Olivieri (2003), as redes são estruturas alternativas para as organizações, que favorecem relações colaborativas, com maior conectividade, flexibilidade e descentralização do poder. O autor complementa que as redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. As dinâmicas de trabalho das redes são estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente que supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social (OLIVIERI, 2003, p. 1).

Olivieri (2003, p. 1) também indica que as redes representam “fenômenos dinâmicos de uma sociedade em busca de novas formas de organização e expressão”. Para a autora, as redes possibilitam a cidadania ativa, o desenvolvimento de comunidades e a articulação dos movimentos culturais e

informativos aptos a propor alternativas para a humanidade, baseadas em princípios democráticos.

Junqueira (2000) aponta que as redes são construídas a partir da articulação de entes autônomos que constroem coletivamente objetivos que orientam suas ações, preservando as especificidades e autonomia de cada integrante. Nota-se que a rede é uma construção coletiva e que se determina conforme é realizada, ou seja, na sua concretização e superação das determinações sociais por meio da criação de parcerias entre sujeitos individuais ou coletivos, mobilizados por objetivos comuns, para a constituição de uma nova realidade social.

A constituição de redes demanda o florescimento de um compromisso dos participantes com o coletivo. Rovere (1998) esclarece que as redes são construídas pelos únicos entes capazes de estabelecer vínculos, isto é, por pessoas. Para o autor, não existe a possibilidade de conectar cargos, instituições e/ou computadores entre si, conectam-se sim pessoas.

Rovere (1998) destaca ainda que o processo de construção de vínculos de uma rede passa por diferentes etapas, que auxiliam na compreensão e no monitoramento da intensidade e da profundidade das relações. A primeira etapa é a de *reconhecimento*, em que se dá a aceitação pelo outro. A segunda é a de *conhecimento*, quando se observa quem é o outro e o que ele faz. A etapa seguinte é a de *colaboração*, na qual há o surgimento de vínculos espontâneos de reciprocidade com o outro. A quarta etapa é de *cooperação*, em que é estabelecida a solidariedade, por meio da partilha de atividades e recursos para a resolução de problemas. Por fim, a quinta etapa é a de *associação*, na qual os vínculos se aprofundam e se compartilham recursos e projetos em torno de objetivos comuns. O Quadro 6 ilustra em ordem decrescente as etapas citadas e os valores e ações a elas relacionados.

**Quadro 6 - Estágios de profundidade entre os vínculos de uma rede.**

<b>Estágio</b>	<b>Ações</b>	<b>Valor</b>
5. Associar-se	Compartilhar objetivos e projetos	Confiança
4. Cooperar	Compartilhar atividades e/ou recursos	Solidariedade
3. Colaborar	Prestar ajuda esporádica	Reciprocidade
2. Conhecer	Conhecimento de quem é e do que faz o outro	Interesse
1. Reconhecer	Reconhecer que o outro existe	Aceitação

**Fonte: Rovere (1998, p. 24, tradução própria).**

Para Mance (2001), as redes são articulações entre diversas unidades que, por meio de certas ligações, permutam elementos, fortalecendo-se reciprocamente. De acordo com o autor cada nóculo (ponto) de uma rede representa uma unidade e cada fio um canal que possibilita diversos fluxos. Mance (2001) também menciona que o princípio básico das redes é que elas possuem a capacidade de autorreprodução, isto é, trata-se de um sistema aberto, também reconhecido como autopoietico<sup>72</sup>.

Para ampliar a compreensão sobre as redes é essencial compreender sua morfologia e também os valores e os princípios que fundamentam sua criação e as mantêm vivas. A começar pela morfologia, Martinho (2003) menciona que a rede é um agrupamento de pontos (ou nós) conectados a outros pontos por meio de linhas. Algumas de suas propriedades são apresentadas por Capra (1996).

A primeira e mais óbvia propriedade de qualquer rede é a sua não-linearidade – ela se estende em todas as direções. Desse modo, as relações num padrão de rede são relações não-lineares. Em particular, uma influência, ou mensagem, pode viajar ao longo de um caminho cíclico, que poderá se tornar um laço de realimentação. (...) Devido ao fato de que as redes de comunicação podem gerar laços de realimentação, elas podem adquirir capacidade de regular a si mesmas. Por exemplo, uma comunidade que mantém uma rede ativa de comunicação aprenderá com seus erros, pois as consequências de um erro se espalharão por toda a rede e retornarão para a fonte ao longo de laços de realimentação. Desse modo, a comunidade pode corrigir seus erros, regular a si mesma e organizar a si mesma. Realmente, a auto-organização emergiu talvez como as concepções de realimentação e auto-regulação, está estreitamente ligada às redes (CAPRA, 1996, p. 78).

O aspecto morfológico das redes apontado por Capra (1996) é a não-linearidade. De acordo com o autor, é essa característica que possibilita a auto-organização das redes, bem como a produção de um processo de aprendizado circular e contínuo.

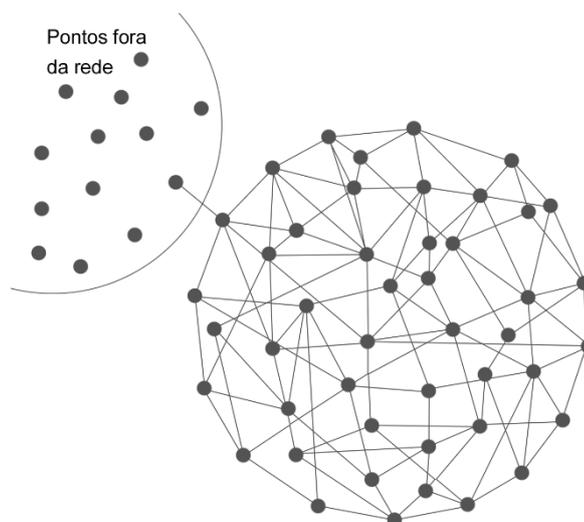
Outra característica importante da rede é seu diferencial em relação à hierarquia. Para Martinho (2003), na estrutura vertical das pirâmides a hierarquia se expressa de maneira evidente, enquanto que na arquitetura da rede é possível verificar sua estrutura não hierárquica. Ou seja, a horizontalidade representaria a propriedade organizacional mais característica das redes, assim como seu padrão organizativo que proporciona um modo de operação de caráter emancipatório.

---

<sup>72</sup>O conceito de autopoiese utilizado por Mance (2001) foi desenvolvido por Humberto Maturana e remete à noção de que as redes funcionam como um sistema aberto que se autorreproduz.

Para compreender melhor a questão da horizontalidade das redes é necessário examinar a chamada conectividade. Martinho (2003) destaca que em qualquer diagrama de representação de redes é indispensável a presença de pontos (pessoas, organizações, locais etc.) e linhas (canais de comunicação, estradas, fios etc.). Conforme o autor, as linhas são mais importantes do que os pontos, uma vez que elementos dispersos no espaço não representam nada se não houver uma relação/conexão entre eles, como se observa na Figura 19.

**Figura 19 - Um conjunto de pontos sem ligações não formam redes.**



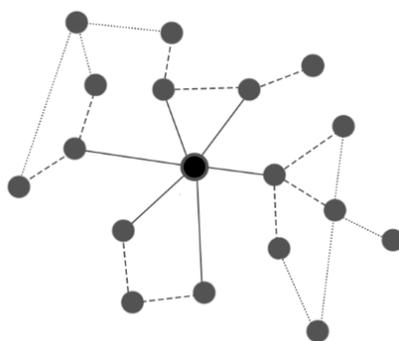
**Fonte: Adaptado de Martinho (2003).**

Nota-se na imagem acima que uma linha vale por dois pontos. Em contrapartida, um ponto pode ser ligado por uma infinidade de linhas. Para Martinho (2003, p. 19), a “capacidade de multiplicação das linhas pelos pontos é o que produz a aparência intrincada da malha da rede e confere complexidade ao seu desenho”. Isso é o que configura a densidade das redes. A medida das redes não é o número de pontos que possui e sim de conexões, que proporcionam uma maior integração e organicidade.

A Figura 19 também demonstra que as redes não representam um conjunto finito de pontos. Necessariamente, as redes são sistemas abertos que estão em incessante relação com o meio. É essa característica que garante que a rede esteja viva, puxando para dentro do sistema todo um universo de pontos ainda não conectados. Não é possível visualizar todas as possibilidades de conexão de uma rede, pois além de sua enorme extensão, há nela uma inquietante plasticidade (MARTINHO, 2003).

Martinho (2003) ainda menciona que a conectividade das redes possibilita um movimento permanente, uma vez que novas conexões incorporam ao sistema as conexões que carregam. Essa característica é reconhecida como dinamismo organizacional. Segundo o autor, não é possível prever para quais sentidos a rede irá se expandir, já que isso depende mais das relações entre os indivíduos do que do arranjo estrutural do diagrama. A Figura 20 exemplifica uma sequência de crescimento de uma rede.

**Figura 20 - Sequência de crescimento não linear de uma rede.**



**Fonte: Adaptado de Martinho (2003).**

Conforme a Figura 19 e 20 também é possível observar que a morfologia da rede não acomoda um centro, pois cada ponto conectado no enredamento pode ser um centro, dependendo do ponto de partida ou do ponto de vista sobre o diagrama. Por definição, as redes são sistemas descentralizados, com múltiplas dimensões e sem periferias (MARTINHO, 2003).

Sendo as redes sistemas não-lineares, desordenados, sem frequência e sem quantidade pré-estabelecida, é possível, e comum, que alguns pontos sejam mais conectados do que outros. Da mesma forma, na vida social ocorre de algumas pessoas possuírem uma rede de contatos mais extensa que outras. Isso não significa que esse ponto seja o centro de um sistema e/ou organização. A existência de pontos hiperconectados (que simultaneamente são hiperconectores) aponta para a existência de um polo de convergência e irradiação da rede, isto é, de um nó que estimula o envolvimento dos outros nós e que servem como catalisadores, já que irradiam as ações da rede para inúmeras direções (MARTINHO, 2003).

Por sua vez, Capra (1996) indica que as redes representam um conjunto de conexões ocultas. Isso significa que as redes demandam um acionamento para serem visualizadas, ou seja, a partir de uma necessidade, missão ou convocação, a

rede se põe a funcionar e deixa de ser invisível. Dessa maneira, o acionamento da rede coloca a comunidade em ação (MARTINHO, 2003). Essa informação é determinante para o diálogo que faremos a seguir sobre o que fundamenta as redes.

### 4.3 Fundamentos de uma rede

Anteriormente foram levantadas algumas características morfológicas das redes que são determinantes para o estabelecimento de seus fundamentos. Nesta seção serão então apresentados e debatidos os princípios que caracterizam o trabalho em rede.

Como destaca Martinho (2003), inicialmente é importante ressaltar que quando falamos sobre redes a palavra “organização” deve ser compreendida como ação de criação e ordem, e nunca como algo concluído e absoluto. Essa característica faz com que as redes se assemelhem mais às organizações espontâneas e não institucionais e demandem modos de operação distintos dos convencionais (hierárquicos, burocráticos etc.).

A elaboração e aceitação de determinados fundamentos por todos os membros participantes de uma rede são cruciais para que se constitua o principal ingrediente de sua manutenção, a confiança (FOGUEL, 2009). De acordo com Lipnack e Stamps (1994), o que ocupa nas redes o lugar do controle centralizado das coordenações de organizações tradicionais é o propósito. Os autores apontam que é o propósito que mantém a coesão entre os/as participantes, unifica elementos desiguais e fornece contexto para a ação.

Diante disso, são apresentados por Martinho (2001) alguns dos fundamentos de uma rede social composta por indivíduos ou grupos organizados (Quadro 7).

**Quadro 7 - Alguns princípios fundamentais para a atuação em rede.**

Fundamentos	Descrição	Observações
Valores e objetivos compartilhados	O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns.	Compartilhar objetivos é condição necessária, mas não suficiente para construir uma rede. Para além disso é necessário comungar valores e um modo de funcionamento em rede.
Autonomia	Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.	Na rede, cada nó vale ao mesmo tempo por dois: possui e preserva sua própria identidade (seus propósitos específicos, seu modus operandi, sua política) e representa e agencia o projeto coletivo da

		rede. Não pode haver subordinação.
Vontade	Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade.	A organização em rede não se impõe como "modelo organizacional" de cima para baixo. Como a rede é fruto da vontade coletiva, deixa de existir quando essa vontade morre.
Participação	A cooperação entre os integrantes de uma rede é o que faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir.	
Multiliderança	Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.	A capilaridade e a extensão da rede impedem qualquer tentativa de controle central por um só integrante, mesmo porque, em rede, todos já são empoderados por definição, e não há concessão ou delegação de poder a outrem, pois não é preciso.
Descentralização	Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.	
Múltiplos níveis	Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.	A rede imprime a qualidade do todo em cada mínima parte. Por isso uma parte, um subconjunto ou um nível da rede mantêm os mesmos atributos constitutivos da rede inteira. Parte da rede, por inércia dos membros, pode morrer. Se outra parte vive, vive a rede inteira.

**Fonte: Adaptado de Martinho (2001, p. 2-3).**

Outros fundamentos relevantes para a atuação em rede são apresentados em Martinho (2003). O primeiro deles é a isonomia, um preceito das democracias que significa que, diante do mesmo conjunto de normas e leis, todos e todas são iguais e compartilham dos mesmos direitos e deveres. Na inexistência de “melhores” e “piores”, ou de mais e menos favorecidos, nota-se a presença de outro princípio fundamental nas redes: a insubordinação. Isto é, nas redes se pressupõe a inexistência de uma cadeia de comando e é essa característica que possibilita o estabelecimento de relações de equilíbrio e equidade.

A conectividade e a comunicação também são enfatizadas por Martinho (2003). Para o autor, o trabalho em rede só é efetivo quando há sinergia e diálogo produtivo entre seus nós. Nesse processo, a comunicação representa mais do que um meio de interação, ela é o insumo necessário para a organização da rede como um todo, uma vez que a diversidade e a dispersão espacial demandam um trabalho de profunda troca de fluxos formadores e reguladores, que possibilitam a manutenção do coletivo-rede.

Fundamentos semelhantes são apresentados por outros autores, como Léon, Burch e Tamayo (2001), que consideram como atributos para a caracterização das redes sociais os seguintes itens, indicados no Quadro 8.

**Quadro 8 - Atributos para a caracterização das redes sociais.**

<b>Atributos</b>	<b>Características</b>
Flexibilidade	As redes são tecidas pelos atores que a constituem. Em construção-reconstrução permanentes.
Horizontalidade	As redes são descentralizadas, sem hierarquia.
Interconexão	Possuem fluxos multidirecionais de informação.
Articulação	Possibilitam ações coletivas.
Multiplicação	Potencializam forças que estão isoladas e dispersas.
Intercâmbio	Se fundamenta em valores compartilhados.

**Fonte: Léon, Burch e Tamayo (2001, p. 80, tradução própria).**

Foguel (2009) aponta que alguns autores, como o filósofo francês Gilles Deleuze, utilizam a figura do rizoma para esboçar propostas de relações não-hierárquicas. A planta rizomática - um sistema complexo de raízes hiperconectadas - assemelha-se à noção de rede, porque não é possível saber onde se inicia ou termina o emaranhado de raízes. Além disso, o rizoma e a rede compartilham alguns princípios de funcionamento:

1º Princípio – Conexão: qualquer ponto do rizoma pode e deve se conectar com outro qualquer. O rizoma é um sistema anucleado que estabelece conexões sem obedecer a hierarquias;

2º Princípio – Heterogeneidade: o rizoma é heterogêneo por natureza e pode estabelecer itinerários diversos, podendo conectar organizações, movimentos sociais, ramos da ciência, artes, etc.;

3º Princípio – Multiplicidade: o rizoma não é um todo uno, nem é constituído de totalidades ou formas puras (sujeito, objeto, natureza, etc.), que estão imersas num campo móvel de singularidades pré-individuais (que garantem sua condição no devir);

4º Princípio – Ruptura assignificante<sup>73</sup>: relacionado à tensão permanente entre a propensão de se gerar formas e organizações e a fuga e destruição destes processos (FOGUEL, 2009, p. 81-82).

Ao estudar as Redes de Colaboração Solidária – detalhadas na seção 4.6 deste capítulo – Mance (2002) descreve as propriedades básicas das redes, muitas delas, inclusive, coincidentes com as que foram mencionadas até aqui. As propriedades que se destacam são a autopoiese, a diversidade, a integridade e a agregação, que significam, respectivamente: a habilidade da rede de se

<sup>73</sup> O rizoma pode ser rompido e fixado a outro lugar qualquer.

autorreproduzir; a capacidade de atender às várias necessidades dos/as participantes da rede; os elos da rede estão interconectados e se impactam mutuamente e; as redes podem se aglutinar por meio da expansão da sua capilaridade e diversificação da produção coletiva.

Após apresentar um breve panorama a respeito das redes (presença no Brasil, conceituação, morfologia e fundamentos), a próxima seção visa expor um resumo sobre algumas das tipologias de redes. Nem todas convergem com a temática da Economia Solidária, objeto desta dissertação, no entanto auxiliam na compreensão dessa estratégia de organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras.

#### **4.4 Tipologia de redes**

A diversidade conceitual e tipológica das redes muitas vezes pode confundir o/a pesquisador/a. No entanto, para Martinho (2003), quando tratadas a partir dos mesmos problemas e desafios operacionais que precisam enfrentar, as redes representam articulações extremamente semelhantes no que diz respeito ao seu desenho organizacional, mesmo com seus objetivos e composições discrepantes.

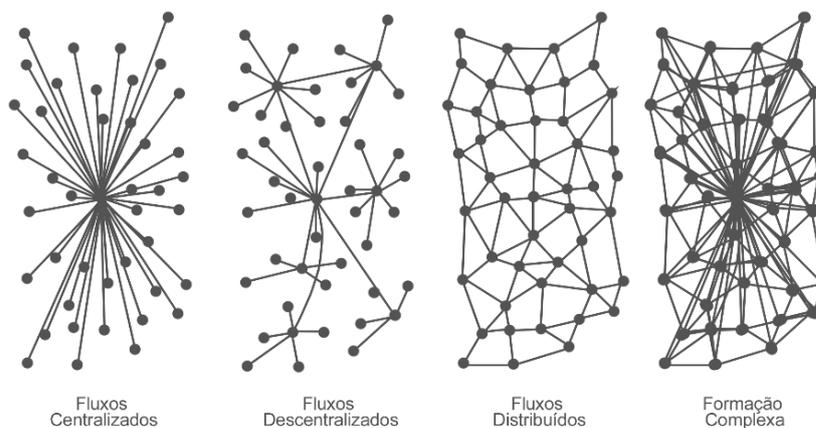
De acordo com Foguel (2009), os estudos que visam determinar os tipos de redes partem das redes de caráter social. Vale lembrar que as redes sociais são agrupamentos de atores conectados por um conjunto de ligações de natureza específica. Rovere (1998) menciona que são as relações sociais que movem as redes, sejam elas constituídas por pessoas ou organizações.

Para Loiola e Moura (1997), as redes podem ser tipificadas conforme seu fluxo relacional. As autoras indicam dois tipos de redes: de Fluxo Unidirecional, em que o fluxo relacional é bem definido, com ponto de origem bem visível e; de Fluxo Multidimensional, em que o fluxo relacional não possui um centro emissor claro, ou seja, é multifacetado.

Os tipos de redes citadas por Loiola e Moura (1997) nos remetem à categorização feita por Mance (2009), na qual o autor define que as redes podem ser: centralizadas, quando os fluxos são feitos a partir de um centro; descentralizadas, quando existem vários núcleos de emissão e recepção de fluxos; distribuídas, em que os fluxos correm livremente de um ponto ao outro e; complexas,

quando há a junção de todos os fluxos mencionados. Para melhor compreensão, apresenta-se a Figura 21.

**Figura 21 - Possíveis fluxos das redes.**



**Fonte: Mance (2009).**

A sugestão feita por Mance (2009) da existência de redes de fluxos centralizados contradiz Martinho (2003), que defende que as redes são sistemas descentralizados, possuem múltiplas dimensões e não possuem periferias. Todavia, Mance (2001) ainda aponta que a existência de redes de fluxos centralizados não significa que nestas não possam ocorrer relações distribuídas.

Para Laporte (2017), os tipos de redes apresentadas por Mance (2001, 2009) são ferramentas que contribuem na análise do funcionamento e dos tipos de relações que mais ocorrem nas redes.

Mance (2001) também assinala que as redes podem se organizar a partir de diferentes relações: de coerção, feitas de relações de violência e opressão entre seus atores, como no caso de máfias; de colaboração, a partir de relações de ajuda mútua e que podem ter finalidade financeira e; de colaboração solidária, que compreendem articulações pautadas na perspectiva da transformação social, visando o bem viver.

Martinho (2003) apresenta ainda outras duas categorias de redes: as redes temáticas e as redes territoriais. A primeira representa o tipo mais comum no campo da sociedade civil e no âmbito da produção científica. Constantemente esse tipo de rede trabalha com temas bem definidos, como gênero, saúde, educação ambiental etc. Outras vezes, aparecem de forma mais ampla, comportando uma multiplicidade

de abordagens e combinando temas, como a Rede da Juventude pela Sustentabilidade, a Rede Mulheres no Rádio etc. Já as redes de caráter territorial são organizações que se articulam em função de um determinado território. Neste caso, o território possui características estritamente locais ou pontuais. Ainda assim, um número expressivo de redes combina as duas tipologias. Atuam com determinada temática e, simultaneamente, possuem a ação circunscrita a um espaço geográfico específico (MARTINHO, 2003).

Martinho (2003) também classifica as redes como de trocas de informações e operativas. As redes de trocas de informações são populares no campo da produção científica e intercâmbio de conhecimento e também nos espaços de veiculação de notícias, sendo as listas de discussão da internet o principal instrumento das redes de informação. Já as redes operativas representam um projeto maior,

são elas, necessariamente, redes de troca de informação, mas essa função é apenas mais uma entre tantas atividades que realiza. Esse tipo de rede também desenvolve pesquisas e estudos; estabelece e conduz processos de interlocução e negociação política; realiza o acompanhamento de políticas públicas; promove processos de formação e capacitação; faz campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização; atua na defesa e conquista de direitos sociais e causas coletivas; capta e distribui recursos; presta serviços; e, em alguns casos, como o das redes de socioeconomia solidária, realiza mesmo atividades de produção, circulação e até regulação econômica. A maioria absoluta das redes da sociedade civil brasileira é do tipo operativo (MARTINHO, 2003, p. 53-54).

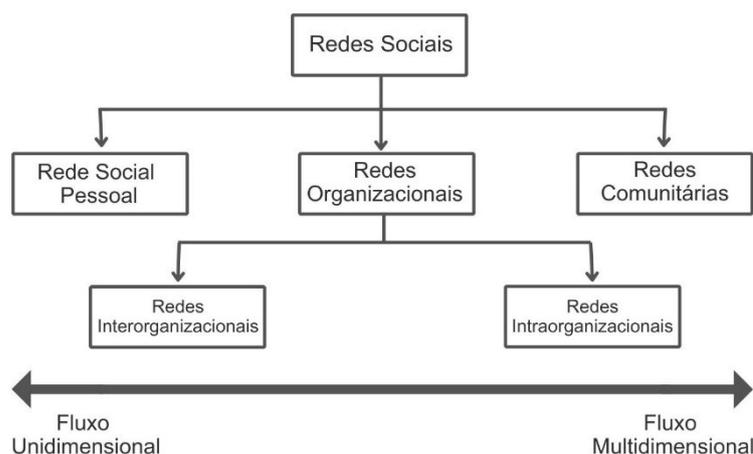
As redes também podem ser categorizadas em comunitárias e organizacionais. Conforme Montero (2003), as redes comunitárias são constituídas por cidadãos em torno de demandas comuns, a fim de realizar sonhos e enriquecer a vida em comunidade. Já as redes organizacionais podem ser entendidas como um conjunto de relacionamentos de médio e longo prazo em torno de objetivos compartilhados que visam promover processos organizacionais, de aprendizado e de rompimento com o isolamento (CÂNDIDO; ABREU, 2000).

Cândido e Abreu (2000) mencionam ainda que as redes dentro do contexto organizacional, em suas múltiplas relações sociais internas e externas, podem ser analisadas nos aspectos intra e interorganizacional. Ao analisar as redes sob o aspecto intraorganizacional, consideram-se as pessoas, os departamentos e setores específicos que mantêm relações caracterizadas por subdivisões hierárquicas. Para os autores, o que as difere do modelo tradicional de estrutura organizacional é a paulatina substituição de relações verticais por horizontais, já que apresenta maior

flexibilidade e mecanismos de controle descentralizados. Já as redes analisadas sob o aspecto interorganizacional, também reconhecidas como interempresariais, são compostas por empresas que atuam de forma integrada, com objetivos e recursos compartilhados, a fim de alcançar maiores patamares de competitividade e lucratividade. Grandori e Soda (1995) apud Foguel (2009) mencionam que as redes interempresariais podem se distinguir entre: redes sociais, em que os relacionamentos entre as organizações participantes não são regidos por instrumentos formais; redes burocráticas, onde há um contrato formal para regulamentar relações e processos e; redes proprietárias, caracterizadas por acordos que regulam direitos acionários.

A Figura 22 expõe um esquema com a tipologia básica das redes comentadas por Martinho (2003), Montero (2003) e Cândido e Abreu (2000).

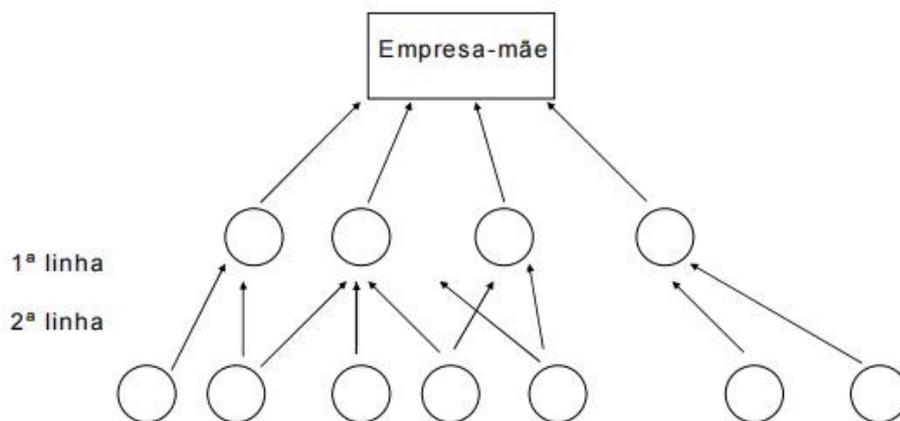
**Figura 22 - Redes Sociais – Tipologia Básica.**



**Fonte: Foguel (2009).**

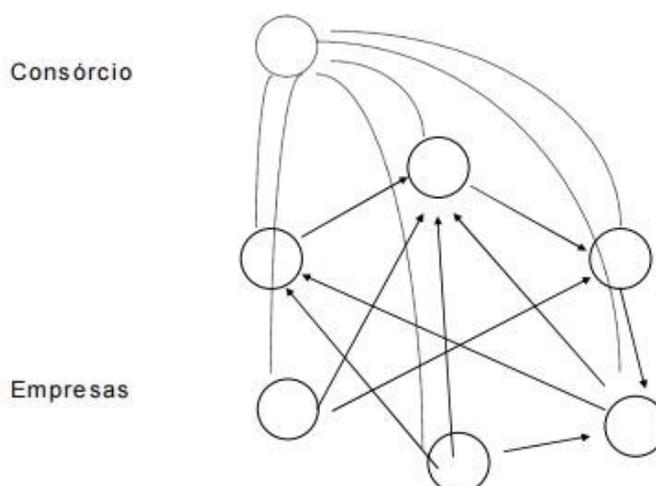
Seguindo um pouco mais na perspectiva das redes empresariais, Casarotto Filho e Pires (1998) sugerem dois modelos de organização: a Rede *Topdown* ou Japonesa, constituída por uma empresa-mãe, que atua como liderança e estabelece objetivos, soluciona conflitos e comanda diversos níveis de uma cadeia de fornecedores e subfornecedores que não possuem poder de influência na rede e; Rede Flexível, baseada na cooperação entre empresas, que se unem para administrar um consórcio nos moldes de uma grande empresa. Os modelos estão exemplificados, respectivamente, nas Figuras 23 e 24.

**Figura 23 – Redes Topdown ou Japonesa.**



Fonte: Casarotto Filho e Pires (1998).

**Figura 24 - Redes Flexíveis.**



Fonte: Casarotto Filho e Pires (1998).

Loiola e Moura (1997) apresentam outro estudo tipológico sobre as redes em geral que possibilita analisá-las a partir de quatro campos: Interpessoal; Movimentos Sociais; Estado/Políticas Públicas e; Produção/Circulação. Cada um desses campos possui suas características e atores envolvidos, que permitem uma melhor compreensão dos campos de atuação de cada um deles.

De acordo com Loiola e Moura (1997), o campo interpessoal se caracteriza pela espontaneidade e pela informalidade das interações, combinando interesses de familiares, amigos e colegas. O campo dos movimentos sociais é composto por organizações do terceiro setor e movimentos sociais que buscam reunir recursos para a obtenção de objetivos coletivos. Por sua vez, o campo do Estado/Políticas

Públicas agrega as redes que possibilitam a interação entre setor público, setor privado e terceiro setor na construção e implementação de políticas públicas. Já o campo da Produção/Circulação é composto por redes relacionadas ao mercado, como as produtivas, de inovação, estratégicas etc.

Outras tipologias de redes ainda são propostas por Inojosa (1999). Ao analisar as redes a partir do foco de atuação, a autora levanta duas tipologias: redes de mercado; em que os atores ou organizações se unem para produzir e/ou para se apropriar de algum bem e/ou serviço relacionado às suas atividades e; redes de compromisso social, em que há uma mobilização para a resolução de problemas que impedem o desenvolvimento social.

Inojosa (1999) também identificou tipologias referentes ao relacionamento entre membros parceiros das redes, a saber: rede autônoma, em que a interação entre os membros da rede é movida por objetivos comuns, mas que seus integrantes são autônomos e possuem demandas próprias; rede tutelada, que possui autonomia, porém se organiza a partir de uma entidade financiadora e; a rede subordinada, em que o anseio dos participantes não influencia na rede.

De acordo com Foguel (2009), as conceituações sobre redes procuram evidenciar princípios que caracterizam essa nova alternativa organizacional. Nas formulações pesquisadas aparecem, implícita ou explicitamente, os princípios de flexibilidade, autonomia, fluidez, comprometimento, vínculos e compartilhamento. Apesar disso, ao analisar as tipologias das redes, nota-se que existe grande discrepância entre os princípios e as práticas. O autor menciona que “o conflito entre conceito idealizado e o praticado torna-se evidente principalmente em redes empresariais que, formal ou informalmente, estabelecem certa subordinação em seus vínculos” (FOGUEL, 2009, p. 88).

Foguel (2009) também menciona que o pensar/agir em rede é relativamente novo e por isso é repleto de desafios. Isso não significa que existem redes e pseudoredes, mas sim que a concepção a seu respeito está em construção e demanda a percepção dos seus vários estágios de entendimento e de prática, que com o tempo e vivência se aprimoram e aproximam-se, a princípio, do idealizado.

#### 4.5 Vantagens e desafios do trabalho em rede

A atuação em rede propicia inúmeros benefícios ao coletivo e às pessoas envolvidas. No entanto, os benefícios normalmente são acompanhados por alguns desafios, como nos processos de gestão, pautados em princípios não convencionais e que demandam paciência e aprendizado, como mencionado anteriormente. O Quadro 9 sinaliza algumas das vantagens e dos desafios do trabalho realizado em rede, elencadas por Foguel (2009, p. 89-90).

**Quadro 9 - Principais vantagens e desafios do trabalho em rede.**

<b>Vantagens</b>	<b>Desafios</b>
A melhoria do fluxo e da qualidade informacional;	A manutenção do interesse e comprometimento dos atores que participam da rede;
O fortalecimento dos parceiros através da integração e compartilhamento de objetivos;	O estabelecimento de estratégias que fomentem e motivem a participação e colaboração dos membros;
A maior excelência na execução da missão, graças à união de competências diversificadas que se complementam;	A tendência dos consensos, negociações e decisões serem mais lentos, o que poderá prejudicar o cumprimento de objetivos e afetar os resultados esperados;
A capacitação técnica conjunta;	A superação da fragmentação e a construção de uma identidade coletiva para a rede;
A gestão conjunta e mais eficiente dos diferentes recursos;	Quanto maior a expansão da rede, maiores serão os desafios da prestação de contas entre os participantes;
A facilitação do acesso aos recursos;	A dificuldade de visualização e aceitação dos outros integrantes da rede como parceiros e não como concorrentes;
A sinergia e redução de custos;	Possíveis atritos entre parceiros e líderes das organizações componentes da rede;
A maior credibilidade organizacional;	A descentralização da rede e a difusão das responsabilidades poderão afetar os resultados, caso o princípio do comprometimento não seja bem trabalhado;
O planejamento estratégico conjunto;	O crescimento e a flexibilidade da rede poderão afastá-la de seus objetivos iniciais e provocar a saída de participantes em momentos importantes;
A maior eficácia no cumprimento de seus objetivos;	O controle e coordenação das interdependências podem comprometer a gestão e facilitação da rede;
A maior capilaridade de atuação em casos de redes com características geográficas;	A conquista da credibilidade é um desafio para o comitê gestor/moderador da rede;
A construção coletiva e colaborativa de conhecimento, gerando também o aprendizado mútuo.	A dependência de um bom sistema de telecomunicação poderá afetar as articulações e fluxos na rede; principalmente em redes de informação.

**Fonte: Adaptado de Foguel (2009).**

Foguel (2009) comenta que a gestão/governança da rede pode ser considerada o maior desafio para essas organizações, uma vez que supera o momento da concepção, fazendo parte da manutenção, da sobrevivência e do seu crescimento. Para o autor, a governança<sup>74</sup> está relacionada a aspectos estratégicos, aos recursos existentes e à distribuição de poder, enquanto a gestão envolve a coordenação das atividades e das trocas.

Ao proporem uma Teoria Geral de Governança de Redes, Jones, Hesterly e Borgatti (1997) apud Foguel (2009) mencionam que a governança envolve um “grupo seletivo, persistente e estruturado” (p. 91) de integrantes autônomos que partilham objetivos e procuram se adaptar a mudanças, proteger e coordenar as relações existentes na rede. Para os autores, o termo “seleto” mostra que a governança não é exercida por toda a rede e sim pelos elos que possuem maior intensidade e conectividade, ou seja, aqueles que estimulam o envolvimento dos participantes, conforme menciona Martinho (2003). O termo “persistência” está relacionado às constantes trocas e ao trabalho conjunto realizado ao longo do tempo. Já os termos “estruturado” e “autônomo” apontam que a governança da rede demanda uma organização, mesmo que mínima, que possibilite a consecução dos objetivos compartilhados. Essa moderação precisa buscar um equilíbrio entre as trocas e as interações vividas pelos elos da rede, algo crucial para sua sobrevivência e seu crescimento (JONES, HESTERLY, BORGATTI, 1997, apud FOGUEL, 2009).

Foguel (2009) comenta que a organização da rede pode ser estruturada a partir de um comitê gestor ou moderador, responsável por estabelecer um padrão minimamente formalizado de regras e princípios de relacionamento, que considere os objetivos compartilhados, incentive a colaboração e estabeleça um olhar consensual dos desafios a serem enfrentados.

Partindo para outra perspectiva de rede, Schlithler (2004) assinala que não é comum que as redes sociais se organizem a partir de chefias, diretorias, remunerações ou qualquer outro aspecto que caracterize organizações juridicamente instituídas. Contudo, a autora ressalta que assim como em uma organização formal, as redes também possuem uma missão (ideia-força), objetivos e projetos que demandam uma coordenação.

---

<sup>74</sup> Para Foguel (2009), governança pode ser entendida como o processo de coordenação de atores e/ou grupos sociais, visando o alcance de propósitos definidos e compartilhados coletivamente, frente a cenários incertos e voláteis.

Schlithler (2004) também comenta que o processo de grupalização é uma pré-condição para a existência da rede, mas ela raramente acontece de forma espontânea. Para desenvolver a densidade e a sustentabilidade da rede é necessário capacitar seus integrantes ao papel de facilitadores<sup>75</sup>, de modo que sejam capazes de desenvolver e promover o enredamento, o planejamento, a facilitação e análise das reuniões da rede, a moderação e planejamento da rede, a promoção da sustentabilidade da rede e a comunicação entre seus integrantes.

É importante criar um ambiente que motive as pessoas a se envolverem na rede. O incentivo à participação – grupalização – possibilita o encontro de pessoas e/ou grupos com trajetórias, experiências e saberes diversos, que podem fortalecer os processos de planejamento conjunto, diagnósticos situacionais, construção da missão e dos objetivos, desenvolvimento de estratégias, metas e atividades, além de cultivar a confiança entre os/as envolvidos/as. Esses processos podem ser facilitados por meio da criação de uma organização mínima, como uma secretaria-executiva, que impulse as capacidades da rede (SCHLITHLER, 2004; FOGUEL, 2009).

Outra vantagem do trabalho em rede é a construção da noção de comunidade, já que entrelaça laços interpessoais que oportunizam a sociabilidade, a informação, o pertencimento e a identidade social (FOGUEL, 2009). Silva (2003) apud Foguel (2009, p. 95) define comunidade como

um espaço de convivência, ou seja, de processos, de vínculos e relações sociais heterogêneas, contraditórias, conflitivas e de cooperação, onde no cotidiano da vida interpessoal e intergrupar, organizam e mobilizam valores, sentimentos, redes de interesses e poderes diversos, construindo e reconstruindo subjetividades e intersubjetividades que levam ações coletivas e participativas na concretização de objetivos imediatos e mediatos comuns para a melhoria da qualidade de vida de todos, e na concretização de uma sociedade democrática radical mais justa e solidária (informação verbal)<sup>76</sup>.

Diante disso, as redes se apresentam como uma estratégia de estímulo às articulações existentes na comunidade, potencializando e enriquecendo o engajamento, o protagonismo e o trabalho comunitário e ampliando o êxito dos resultados obtidos pela coletividade (FOGUEL, 2009; MONTERO, 2003).

---

<sup>75</sup> O termo “facilitação” é utilizado para evitar a ideia de uma relação tutelada entre os integrantes das redes.

<sup>76</sup> Fala da prof<sup>a</sup> Maria Lúcia da Silva na disciplina Comunidade e Poder Local, no Programa de Mestrado em Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2003. Registrada por FOGUEL (2009).

De acordo com Martinho (2003), as redes facilitam o cumprimento de estratégias coletivas de desenvolvimento que possibilitam a integração de pessoas, habilidades e experiências diversas, dinamizando e potencializando múltiplos níveis de informação, conhecimento e ação, que fortalecem os vínculos por meio dos objetivos compartilhados. É a partir destas reflexões que a Economia Solidária se mostra com relevante importância. A última seção do capítulo aborda, por fim, as redes de Ecosol, também reconhecidas como Redes Solidárias, Redes de Colaboração Solidária ou Redes de Cooperação, uma das estratégias de desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos e grupos da Ecosol.

#### **4.6 Redes de Economia Solidária**

Como observamos até aqui, as redes podem nascer em diferentes contextos, em diversas áreas do conhecimento, criadas e movidas por vários interesses e motivos, sendo o objetivo compartilhado o fio condutor da rede. Nas redes da Economia Solidária, o fio condutor é a geração de trabalho, renda e dignidade, tecido pelos movimentos sociais e pela sociedade civil organizada em geral (LIMA, 2018).

De acordo com Furtado *et al.* (2021), as redes de Economia Solidária são organizações que potencializam a coletivização de grupos, unidos para aperfeiçoar processos de produção, comercialização, fortalecimento dos territórios e desenvolvimento de outra economia possível. Os autores apontam que essas redes sucedem do acirramento das condições impostas pela política neoliberal de escassez de direitos e representam o “aprimoramento dos processos de resistência na luta pelo trabalho, pelo trabalho digno e pelo acesso democrático aos produtos e às riquezas resultantes dos processos de trabalho e produção” (p. 13). Neste sentido, Furtado *et al.* (2021) afirmam que as redes de Economia Solidária representam uma alternativa potente e concreta para as atuais condições de trabalho no capitalismo, especialmente para o grande contingente de pessoas que, excluídas do emprego formal, buscam outros caminhos para a sobrevivência. Elas se configuram como um instrumento de disputa por um novo modelo de desenvolvimento, centrado nas experiências locais, na combinação do

desenvolvimento econômico, social e ambiental e nas vivências da classe que vive do trabalho.

Para Lima (2018), a organização em redes se tornou um dos princípios essenciais da Economia Solidária, já que desde a formação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) foi percebida a necessidade da união, visando o fortalecimento e a potencialização destes. Singer (1998) ressalta que as redes são fundamentais para a renovação da Economia Solidária e do Cooperativismo, no entanto, o autor alerta que é necessário que o movimento operário, sindicatos e partidos as entendam como uma alternativa ao sistema hegemônico e reivindiquem, junto aos governantes, por políticas públicas e investimentos que propiciem seu desenvolvimento.

Singer (1998) também aponta que grandes organizações capitalistas estão conseguindo se fundir para constituir organizações ainda maiores, em um processo compreendido como conglomeração<sup>77</sup>, que possibilita a descentralização, a autonomia e o fortalecimento das suas características enquanto ente político. Vale dizer que nestes casos, o conglomerado também tende a substituir o assalariamento por uma relação de compra e venda, como o franqueamento e a subcontratação.

Com relação à Economia Solidária, Singer (1998) comenta que a formação de redes impede que formas coletivas e democráticas de produzir, distribuir, poupar e investir, fiquem marginalizadas por terem pequena significação social e/ou pequeno peso econômico. Para ele, a formação de redes é o reconhecimento do potencial de crescimento político da Economia Solidária, capaz de “formar conglomerados economicamente dinâmicos, capazes de competir com conglomerados capitalistas” (p. 181).

De acordo com Mance (2003), o objetivo principal das redes solidárias é gerar trabalho e renda para os/as trabalhadores/as que estão desempregados e marginalizados ou que buscam construir relações de produção diferenciadas, melhorando o consumo de todos/as que nelas participam, cuidando do meio ambiente e edificando uma outra sociedade, em que não haja a degradação do equilíbrio ecológico e/ou a exploração das pessoas. Cabe dizer que esse objetivo

---

<sup>77</sup> De acordo com Laporte (2017), o capitalismo é um sistema que visa alcançar o lucro e, a partir disso, grandes empresas como a Nestlé, Monsanto, Kraft, Bayer etc. se organizam em redes. Para a autora, as redes capitalistas, em geral, buscam locais em que as legislações ambientais, trabalhistas e o sistema político sejam frágeis para possibilitar obter maiores taxas de lucro.

deve ser compreendido como um horizonte e não como uma realidade, como pode ser observado no quinto capítulo desta dissertação.

Ao apontar as redes enquanto forma de organização dos EES, analisando as possibilidades de integração de ações de produção, serviço e consumo, Mance (2000) nomeou-as como “Redes de Colaboração Solidária<sup>78</sup>”. Conforme o autor, essas redes podem funcionar a partir da integração de grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviços na mesma organização, consumindo de forma solidária, reinvestindo os excedentes na própria rede, criando novos postos de trabalho, produzindo o que as pessoas precisam para realizar o bem-viver e evitando o consumo no mercado capitalista.

Segundo Mance (2002), as Redes de Colaboração Solidária são organizadas por três elementos: (a) as células; (b) as conexões e; (c) os fluxos.

As células podem assumir os papéis de: Células de Consumo, coletivos organizados para a aquisição de produtos e serviços preferencialmente de células que compõem a rede<sup>79</sup>; Células de Produção, que articulam empreendimentos produtivos que atuam na satisfação das necessidades dos consumidores finais e de outros empreendimentos que compõem a rede; Células de Serviço, que atendem as demandas das células de consumo no que diz respeito à prestação de serviços e; Células de Comércio, que realizam as atividades de comércio solidário no interior da rede. As conexões, elemento (b) de organização das Redes de Colaboração Solidária e pré-condição para a existência da rede, são relações que proporcionam ações coordenadas e integram a diversidade e a reprodução socioeconômica da rede, possibilitando seu desenvolvimento mútuo. Já os fluxos (c), representam o elemento que viabiliza o crescimento da rede, pois garante as trocas de informações, matérias e valores entre as conexões (MANCE, 2002).

Mance (1999) também destaca que as células das Redes de Colaboração Solidária podem surgir de quatro maneiras distintas: por Geração Espontânea, quando surgem novos EES (células) com o propósito de atender as demandas dos

---

<sup>78</sup> A Colaboração Solidária significa “um trabalho e consumo compartilhado cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular” (MANCE, 2001, p. 17).

<sup>79</sup> As Redes de Colaboração Solidária possuem como meta o Consumo Solidário que, para Mance (2003), acontece quando selecionamos os produtos e serviços que consumimos, priorizando aqueles elaborados por empreendimentos dessas redes, contribuindo com a geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, melhorando seus padrões de renda e suas condições de vida e combatendo a exclusão social e a degradação ambiental.

consumidores da rede; por Credenciamento, quando as células nascem para suprir necessidades de outras células produtivas; por Fissão, quando o aumento da demanda junto ao limite da capacidade de produção de determinada célula – impossibilidade de expansão interna – exige a criação de uma célula nova e; por Conversão de Sistema, quando células produtivas norteadas por valores capitalistas aderem à colaboração solidária.

Cabe dizer que as redes que atuam na perspectiva solidária, além de serem reconhecidas como Redes de Colaboração Solidária, também podem ser identificadas por Redes de Cooperação. Esta nomenclatura, definida em 2014 durante a realização da III CONAES<sup>80</sup>, visava contemplar os/as trabalhadores/as da Ecosol, suas práticas e ações. No evento, as Redes de Cooperação foram conceituadas como

articulações formais ou não formais entre EES e suas organizações de apoio para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para promover o consumo coletivo de bens, produtos e serviços (BRASIL, 2015, p. 43).

Apesar da alteração de nomenclatura, muitos autores permaneceram nomeando estas redes como Redes Solidárias. Lima e Moretti (2021) mencionam que a organização dos EES em redes representa mais do que uma estratégia, trata-se de um princípio da Ecosol, que se consolida ao longo da caminhada dos EES e na inviabilidade de se obter êxito de forma isolada.

Ao observar as Redes Solidárias, Lima e Moretti (2021, p. 145-148) apontam a existência de três tipos dessas redes:

- a) Redes organizadas por EES de segmentos distintos, que convergem para a realização da etapa final de produto ou serviço, estas são chamadas de “cadeias produtivas”<sup>81</sup>, elas são organizadas por meio do entrelaçamento entre os EES que realizam parte do processo para a composição e conclusão do produto ou serviço final, ou seja, um EES depende do outro para a conclusão da etapa final;
- b) Redes organizadas por EES do mesmo segmento econômico, estas realizam o mesmo tipo de atividade, serviço ou produto e assim como as outras redes têm como objetivo o fortalecimento mútuo de cada

---

<sup>80</sup> As Conferências Nacionais de Economia Solidária foram detalhadas na seção 3.2 deste estudo.

<sup>81</sup> Mance (2003, p. 26) explica que as cadeias produtivas envolvem todas as etapas necessárias para elaborar, distribuir e comercializar um produto ou serviço até o consumidor final.

empreendimento, por meio dos benefícios conquistados com base na composição do coletivo.

c) Redes organizadas por EES de segmentos econômicos distintos, nesta configuração, os EES se unem em prol de uma estrutura que articula possibilidades de desenvolver uma ação ou projeto específico, que é comum a todos, também com objetivo de promover ajuda mútua.

Um exemplo de rede do tipo (a) é a Rede Justa Trama, uma experiência que articulou nacionalmente uma cadeia produtiva do algodão, ou melhor, da fibra ecológica. Essa iniciativa nasceu em 2004, quando 30 EES se organizaram para atender uma demanda de confecção de 60 mil sacolas ecológicas para o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Atualmente essa cadeia produtiva reúne aproximadamente 700 trabalhadores/as envolvidos/as em diferentes etapas, da produção à comercialização. As células da Rede Justa Trama realizam o plantio e colheita do algodão agroecológico, a coleta e tratamento de sementes e a produção de tinturas naturais, a transformação do algodão em fio e tecido, a confecção de roupas, brinquedos etc., o gerenciamento dos produtos nas lojas físicas e na loja *online*. Conforme Laporte (2017), a rede está distribuída em cinco Estados brasileiros.

Com relação às redes do tipo (b), Lima e Moretti (2021) exemplificam com aquelas formadas por cooperativas de reciclagem, que atuam na coleta e/ou seleção de materiais recicláveis. Para os autores, quando esses grupos se reúnem em redes conseguem obter uma maior quantidade de materiais do mesmo tipo, vendendo diretamente para a indústria, ou seja, eliminando a figura do atravessador e possibilitando maiores ganhos para todos/as os/as trabalhadores/as da rede. Ao apresentar algumas redes de comercialização de material reciclável, Laporte (2017) comenta sobre a Rede Sol MG, uma cooperativa central que reúne mais de 250 trabalhadores/as que atuam com materiais recicláveis em Minas Gerais. A rede atua desde 2002 e é composta por 13 EES, cooperativas singulares e associações, que se organizam para melhorar as condições de trabalho e de justiça social. A Rede Sol MG pode ser considerada um exemplo de rede organizada por EES do mesmo segmento.

Alguns exemplos de redes do tipo (c) são apresentados por Lima e Moretti (2021): a Rede Ecoturismo de São Paulo, que atua com a organização e promoção de atividades, eventos e festivais e; a Rede Design Possível, que trabalha com *design* social e sustentabilidade. Essas redes apresentam como objetivo a

representatividade das suas respectivas localidades, o fomento ao desenvolvimento e a economia local, a promoção da Ecosol, a geração de trabalho e renda, a construção e realização de atividades conjuntas, a realização de eventos e a preservação ambiental. Conforme Lima e Moretti (2021), geralmente nas redes do tipo (c) seus integrantes estão aprendendo a praticar uma gestão participativa. Diante dos obstáculos procuram permutar experiências com outras redes, resgatar os próprios conhecimentos adquiridos ao longo da experiência que possam auxiliar na superação dos desafios e solicitar, quando necessário, assessorias e consultorias específicas. Cabe dizer que essas redes, quando ainda estão em fase inicial de organização, demandam o apoio do poder público por meio de políticas públicas que garantam recursos para uma estrutura adequada de operação e formações que contribuam nos processos burocráticos, na garantia da comunicação constante, no fortalecimento do entendimento político e no compromisso dos EES com a rede, que representa, em um sentido mais amplo, um instrumento para a construção de uma nova sociedade.

De modo geral, as Redes Solidárias estão ligadas à história brasileira de construção de alternativas à exploração dos/as trabalhadores/as. Para Furtado *et al.* (2021), essas redes possuem a capacidade de compartilhar conhecimentos e experiências de sucesso por meio da vivência concreta de grupos que já passaram pelo processo, vez que “a estratégia de redes aproveita o potencial organizativo de cada empreendimento e amplia sua capacidade em várias direções” (p. 43-44).

O Estudo de Caso desta dissertação analisou a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade - Rede Mandala, uma experiência recente que agrega empreendimentos econômicos solidários de segmentos econômicos distintos e que será apresentada no próximo capítulo.

## 5 REDE MANDALA – REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala), classificada na pesquisa como uma Rede Solidária<sup>82</sup>, se articula com o intuito de fortalecer empreendimentos econômicos solidários (EES) do campo e da cidade, situados em diferentes regiões do Estado do Paraná. Sua articulação contou com recursos oriundos do Ministério da Cidadania – Governo Federal por meio do Termo de Fomento nº 857556/2017, possibilitado pelo Edital de Chamada Pública nº 001/2017 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que previa o fomento e o fortalecimento de EES e suas Redes de Cooperação.<sup>83</sup> A vigência do termo foi de cinco anos, com início em 2018 e término em 2022 (CARNEIRO; PEQUENO; BEATRIZ, 2023).

Conforme Beatriz (2023), o Termo de Fomento foi conduzido pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), com o apoio da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (TECSOL)<sup>84</sup>, e objetivava construir a organização da Rede Estadual de Cooperação Solidária formada por redes menores e EES do campo e da cidade, “visando a criação e a ampliação de ações de fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentável e solidário” (p. 34).

Este capítulo refere-se à análise das categorias levantadas por meio das entrevistas em profundidade com cinco trabalhadores/as vinculados/as à Rede Mandala (conforme detalhado na seção 1.4 deste trabalho), sendo elas: a caracterização da Rede Mandala; dimensão organizativa; conexões; a relevância da política pública; formação e acompanhamento e; desafios e vantagens. As

---

<sup>82</sup> É importante destacar que a Rede Mandala não está organizada até o momento a partir de uma personalidade jurídica formalizada (ex.: associação, cooperativa, sociedade, fundação etc.).

<sup>83</sup> Os recursos públicos mobilizados pela SENAES/MTE foram executados por outro ministério devido ao desmantelamento das políticas públicas de Economia Solidária, conforme apresentado na seção 3.2 desta pesquisa.

<sup>84</sup> Conforme consta no site oficial da Rede Mandala, o CEFURIA é uma organização da sociedade civil, criada em 1981, com a objetivo de fortalecer a organização e o protagonismo popular nas lutas por melhores condições de vida. O trabalho do CEFURIA pauta-se na Educação Popular de Paulo Freire, uma pedagogia que considera as realidades culturais e os saberes do povo. O site oficial também apresenta a TECSOL, a Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba, iniciada em 2013, formada por professores, alunos, bolsistas e voluntários, que realiza pesquisas, ensino, extensão universitária, formações interdisciplinares, articulação política e o acompanhamento de EES.

categorias visam responder a seguinte pergunta: como a Rede Mandala contribui para o fortalecimento do trabalho associado de seus/suas trabalhadores/as?

### 5.1 Caracterização da Rede Mandala

Esta seção foi construída com base no livro “Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade” (BEATRIZ *et al.*, 2023), uma obra que apresenta a sistematização da experiência recente da Rede Mandala e que foi construído por muitas mãos, a partir de depoimentos e reflexões dos/as próprios/as trabalhadores/as que compõem a rede.

Apesar de ter sido impulsionada por meio do Termo de Fomento nº 857556/2017, a Rede Mandala é resultado de interações anteriores à execução do Termo de Fomento, que demandavam fortalecimento e integração<sup>85</sup>, como comentado por Paulo (2023).

*A Rede Mandala é uma preciosidade. Ela nasceu lá em 2017, quando o CEFURIA conseguiu colocar no papel algumas ideias dentro de um edital que a SENAES tinha, de um eixo de fortalecimento de empreendimentos e de formação de redes [...]. O CEFURIA teve a audácia de olhar para as redes que existiam e dizer ‘olha acho que tem condições aqui da gente construir uma rede paranaense’, porque as cooperativas, por exemplo, as da reforma agrária, que a gente tem na Lapa, mas tem em outro lugar [...], lá no interior do Paraná, podem fazer parte da nossa rede. Tem padaria aqui, tem em Mallet, tem em Almirante Tamandaré, tem em Colombo [...]. Aí tinha uma rede de empreendimentos lá, de feirantes no Portão [bairro de Curitiba/PR] que poderia [...], tinha nós que éramos os independentes [atual Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver]. Tinha a Rede Clube de Troca, que ainda existe, mas que foi ao longo dos anos se acanhando [...], esses projetos de clubes de troca ajudaram muito a criar a Rede Pinhão, mas depois também a rede chamada Fermento na Massa se inspirou e depois veio a Feira Permanente, ou seja, uma foi ajudando a criar e a inspirar a outra [...] eu não falei ainda da Rede de Segurança Alimentar, é uma rede que só faz [irônico] o trabalho de organizar as pessoas, entregar os alimentos que vinham das cooperativas da reforma agrária, orgânicos esses alimentos, e patrocinados por verbas públicas, [...] Já tava sendo tramitado o projeto da Rede Mandala pelo CEFURIA, que chamou a TECSOL da UTFPR pra contribuir desde sempre, na concepção, escrita, e execução também do projeto. E aí o que que a rede fez depois de aprovado o projeto em 2018, começa todo o processo de planejamento, como seriam*

<sup>85</sup> Conforme a Carta de Princípios da Rede Mandala (ANEXO A), essa rede “foi concebida no ano de 2017 em seminário de economia solidária durante a 16ª Jornada de agroecologia, no município da Lapa-PR, e oficializada no dia onze de setembro de dois mil e dezoito (11/09/2018) na cidade de Curitiba, na IV Mostra de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, organizada pela Incubadora de Economia Solidária – Tecsol. Aproximadamente 80 empreendimentos/grupos de economia solidária dos municípios de Curitiba, Região Metropolitana e municípios do Estado, como Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Palmeira, São José do Triunfo, Antonio Olinto além de entidades de apoio e assessoramento, participaram do processo de oficialização e construção da rede” (p. 1).

*essas atividades, de formação, de formação política, de formação técnica, de formação para que os empreendimentos tivessem tecnicamente mais robustez, mais qualidade de seus passos.<sup>86</sup>*

Paulo (2023) se refere a alguns dos EES que integram a Rede Mandala. Para complementar, Pequeno e Carneiro (2023) apontam que a Rede Mandala é composta por 8 redes menores, formadas por cooperativas, associações e grupos/EES informais, totalizando 39 organizações rurais e 57 urbanas, agrupadas a partir das suas trajetórias, territórios e segmentos de atuação. As oito redes menores, também chamadas como “redinhas”, são a/o: (a) Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR; (b) Núcleo Maria Rosa da Anunciação; (c) Rede de Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária - Rede COPASOL; (d) Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária; (e) Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; (f) Rede Pinhão de Clubes de Troca; (g) Rede de Segurança Alimentar e; (h) Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa. Com base no capítulo de Pequeno e Carneiro (2023), apresenta-se mais detalhes dessas “redinhas”:

#### **(a) Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR:**

A CCA/PR é uma cooperativa de segundo grau, composta por 21 cooperativas singulares organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná – MST/PR. Cabe destacar que nem todas as cooperativas singulares da CCA/PR compõem a Rede Mandala. Conforme Pequeno e Carneiro (2023), estão vinculadas à Rede Mandala seis destas cooperativas, uma associação de produtores e um centro de distribuição, conforme Quadro 10:

**Quadro 10 - EES da CCA/PR vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Centro de Distribuição da Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Curitiba
2	Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista – COPACON	Londrina

<sup>86</sup> As transcrições das entrevistas aparecem nesta dissertação de duas maneiras: 1ª as citações curtas estão entre aspas, com fonte tamanho 12 e em itálico; 2ª as citações longas, possuem recuo de 4 cm da margem esquerda, não estão entre aspas, com fonte tamanho 10 e em itálico. Nas duas situações, os trechos das entrevistas estão acompanhados, entre parênteses, pela identificação do/a entrevistado/a (os mesmos organizados no Quadro 2) e o ano em que a entrevista foi realizada. Para maior entendimento dos trechos das entrevistas, em alguns casos, foram feitas intervenções entre colchetes “[ ]” nas citações transcritas (explicações, palavras que foram ditas anteriormente, etc.).

3	Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica e Economia Solidária – COOPERAS	Ponta Grossa
4	Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica – Comunidade José Lutzemberger	Antonina
5	Cooperativa de Agroindústria e Comércio TERRA LIVRE	Lapa
6	Cooperativa de Comercialização Camponesa Vale do Ivaí Ltda. – COCAVI	Jardim Alegre
7	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa – COPRAN	Arapongas
8	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI	Paranacity

**Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).**

O Centro de Distribuição da Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CD), sede oficial da Rede Mandala, foi inaugurado em 2020 e representa um grande avanço na articulação campo e cidade, uma vez que proporciona conexões e armazenagem de cargas e volumes, a montagem de cestas agroecológicas semanais e cestas para famílias em vulnerabilidade socioeconômica. Apesar de ser um espaço da Rede Mandala, nota-se que os EES que atuam com alimentos, do campo, possuem uma maior afinidade com o espaço (BEATRIZ; CARNEIRO, 2023).

A associação e as cooperativas singulares vinculadas à Rede Mandala atuam com uma produção diversificada. A Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica, localizada na Comunidade José Lutzemberger, produz alimentos por meio do sistema agroflorestal<sup>87</sup>. Enquanto a COPACON atua principalmente com produção e beneficiamento de milho não transgênico, a COOPERAS, a COPAVI e a Terra Livre produzem alimentos agroecológicos, a COCAVI produz laticínios, tubérculos, verduras, frutas e também conta com padaria comunitária e a COPRAN atua exclusivamente com laticínios (BEATRIZ; CARNEIRO, 2023).

### **(b) Núcleo Maria Rosa da Anunciação**

De acordo com Beatriz e Carneiro (2023), o Núcleo Maria Rosa da Anunciação é formado por agricultores/as filiados/as à Rede de Agroecologia Ecovida, uma rede horizontal e descentralizada, que atua com o sistema de

<sup>87</sup> Conforme Carneiro (2023), a agroecologia é uma agricultura baseada nos saberes dos/as produtores/as rurais, nos seus erros e acertos, que busca realizar o manejo da terra sem a utilização de venenos e maquinários agressivos à biodiversidade. O sistema de produção agroflorestal parte dos princípios da agroecologia e é uma técnica que, no mesmo espaço, une a produção de alimentos e a preservação de florestas, promovendo não só a saúde dos seres humanos, mas também a da natureza.

certificação participativa<sup>88</sup> de alimentos orgânicos. O núcleo é composto por 27 grupos de produção, todos vinculados à Rede Mandala e distribuídos em vários municípios do Paraná, conforme Quadro 11.

**Quadro 11 - EES do Núcleo M<sup>a</sup> Rosa da Anunciação vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Associação dos Moradores Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa AgroAlves	Lapa
2	Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares Ltda. – COAFTRIL	São João do Triunfo
3	Grupo Caracol	Lapa
4	Grupo Pinheirais	São João do Triunfo
5	Grupo Antônio Tavares	Lapa
6	Grupo Canudos	Ponta Grossa
7	Grupo Che Guevara	Lapa
8	Grupo Chico Mendes	Ponta Grossa
9	Grupo Eduardo Anghinoni	Lapa
10	Grupo Florestan Fernandes	Ponta Grossa
11	Grupo Gralha Azul	Lapa
12	Grupo Iguazu	Lapa
13	Grupo Jacutinga	São João do Triunfo
14	Grupo Libertação Camponesa	Lapa
15	Grupo Maria Rosa da Anunciação	Castro
16	Grupo Mario Lago	Ponta Grossa
17	Grupo Padre Estevão	São João do Triunfo
18	Grupo Padre Roque	Castro
19	Grupo Pé de Serra	São João do Triunfo
20	Grupo Quero-quero	Lapa
21	Grupo Raízes	Antônio Olinto
22	Grupo Recanto Feliz	Lapa
23	Grupo Resistência Camponesa	Imbaú
24	Grupo Roseli Nunes	Lapa
25	Grupo Santos Reis	Lapa
26	Grupo São Francisco	Palmeira
27	Grupo Esperança	São Mateus do Sul

Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).

### **(c) Rede de Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária – Rede COPASOL**

Conforme consta no site oficial da Rede Mandala, a Rede COPASOL<sup>89</sup> é formada por três cooperativas singulares que atuam com produção de alimentos *in natura* e processados e uma iniciativa comercial em Curitiba/PR. Essa rede está vinculada à União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do

<sup>88</sup> Na Rede de Agroecologia Ecológica a certificação participativa é um processo pedagógico que envolve agricultores/as, técnicos/as e consumidores/as no intento de assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção de alimentos agroecológicos. Disponível em: <https://ecovida.org.br/sobre/>.

<sup>89</sup> Disponível em: <https://redemandalapr.com/rede/copasol/>.

Paraná (UNICAFES-PR) e à Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná (FECAFES-PR)<sup>90</sup>. As cooperativas e a iniciativa comercial que compõem a Rede Mandala estão listadas no Quadro 12.

**Quadro 12 - EES da Rede COPASOL vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Empório COPASOL	Curitiba
2	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Cerro Azul Integrada de Cerro Azul – COPASOL Cerro Azul	Cerro Azul
3	Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária de Agudos do Sul e Região - COPASOL Sul	Agudos do Sul
4	Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária de Piraquara – COPASOL Trentina	Piraquara

**Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).**

Inicialmente, a presença comercial da Rede COPASOL na cidade de Curitiba/PR era feita pela Central das Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária – Central COPASOL. Atualmente trata-se de uma ação do Empório COPASOL, que atende e efetua os pedidos de entregas e abastece feiras com produtos orgânicos e convencionais, *in natura* e processados, da agricultura familiar e Ecosol<sup>91</sup>.

A COPASOL Cerro Azul e COPASOL Sul atuam com o comércio varejista de hortifrutigranjeiros. Já a COPASOL Trentina atua com a preparação do leite, produção de biscoitos, bolachas, massas, sucos, conservas, produtos da carne e comércio varejista (PEQUENO; CARNEIRO, 2023).

#### **(d) Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária**

A Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária é formada por trabalhadores/as de 11 EES informais de diferentes ramos, conforme Quadro 13:

**Quadro 13 - EES da Associação Feira Permanente vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Ai Que Lindo	Curitiba
2	Art Mãos	Curitiba
3	As Arteiras	Curitiba
4	Colmeia das Artesãs	Curitiba

<sup>90</sup> A UNICAFES Paraná é uma entidade de representação política cooperativista. Já a FECAFES Paraná é uma entidade organizativa da comercialização das cooperativas filiadas. Saiba mais: <https://unicafesparana.org.br>

<sup>91</sup> Disponível em: <https://redemandalapr.com/rede/copasol/>.

5	Mil Ideias	Curitiba
6	Pedacinho do Campo	Curitiba
7	Três Marias	Curitiba
8	Arte Livre	Curitiba
9	Tata Esfirras	Curitiba
10	Da Terra Ubuntu	Colombo
11	Refúgio Tekoha	São José dos Pinhais

Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).

A história da associação remonta o início dos anos 2010, muito vinculada às ações desenvolvidas pelas comunidades eclesiais de base. Na época, pequenas organizações que extrapolavam o vínculo confessional, compostas majoritariamente por mulheres, eram formadas com o intuito de complementar renda e afeto. Especialmente pelo trabalho da educadora Lourdes Marchi<sup>92</sup>, o CEFURIA contribuiu significativamente nas práticas de autogestão e cooperação dessas pequenas organizações em formação. Em busca de melhores condições de trabalho para o grupo, em 2015 realizaram a ocupação de um espaço público ocioso de Curitiba/PR, no qual até os dias atuais realizam feiras de Economia Solidária às quartas-feiras e aos sábados. A partir do acompanhamento e assessoria da TECSOL, proporcionando processos formativos permanentes, o grupo se formalizou em associação em 2017 e em 2018 conquistou o direito de usar legalmente o espaço ocupado<sup>93</sup> (PEQUENO; CARNEIRO, 2023). De acordo com o site oficial da Rede Mandala, os EES vinculados à Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária atuam em diferentes ramos, envolvendo artesanatos diversos, alimentos, plantas comestíveis e ornamentais, etc.

### **(e) Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver**

Composta por integrantes de 20 EES informais de diversos segmentos de atuação, a Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver nasceu a partir da necessidade de unir e fortalecer EES que estavam “soltos”, ou seja, que não estavam vinculados a outras “redinhas” da Rede Mandala<sup>94</sup>. O Quadro 14 discrimina o nome e localidade desses EES.

<sup>92</sup> Lourdes Marchi (*in memoriam*) contribuiu imensamente na construção e apoio de iniciativas de Economia Solidária no Estado do Paraná. Educadora, militante e conselheira do CEFURIA, colaborou na criação de clubes de troca, feiras de Ecosol, em formações na perspectiva do trabalho coletivo e autogestionário, e na construção da relação entre movimentos sociais e universidade. Lourdes foi uma irradiadora da Economia Solidária e de uma nova sociedade. A ela, uma companheira inspiradora, minha eterna admiração.

<sup>93</sup> Saiba mais em: <https://redemandalapr.com/rede/feira-permanente/>.

<sup>94</sup> Disponível em: <https://redemandalapr.com/rede/associacao-utopia/>.

**Quadro 14 - EES Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Ateliê Dedini	Curitiba
2	Erva Doce Artesanato	Curitiba
3	Saboaria Semear	Curitiba
4	Sinergia	Curitiba
5	Jardins da Utopia	Curitiba
6	Simbiose Sustentabilidade	Curitiba
7	RD Desenvolvimento	Curitiba
8	Cia. Mirabólica	Colombo
9	Wanã Jamamadi	Curitiba
10	Sucos Sabor e Saúde	Curitiba
11	Café Verde e Vermelho	Curitiba
12	União Terapêutica	Curitiba
13	Levante Popular da Juventude Paraná	Curitiba
14	Karla e Gregory	Curitiba
15	Mafalda Wermuth	Curitiba
16	Joka Madrugua Fotografia	Curitiba
17	Artes RD	Curitiba
18	Pedro Diluz	Curitiba
19	Maurício	Curitiba

**Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).**

Conforme Pequeno e Carneiro (2023), a associação agrega além de EES diversos, profissionais de diferentes ramos, sendo alguns deles “microempreendedores individuais, que foram se achegando, atraídos pelos princípios da Economia Solidária” (p.120).<sup>95</sup> Dessa forma, sem perder suas especificidades, trabalhadores/as que antes atuavam de forma individual, agora estão organizados coletivamente em uma associação de Economia Solidária. Os produtos e serviços oferecidos pela associação são diversos e incluem: serviços de jardinagem e pintura; educação financeira; palhaçaria; artesanato; alimentação; logística e entrega; terapias integrativas; contabilidade; fotografia; design; comercialização de livros etc.

#### **(f) Rede Pinhão de Clubes de Troca**

De acordo com Pequeno e Carneiro (2023), ao viajar para a Argentina em 1999, a educadora do CEFURIA Lourdes Marchi conheceu as experiências de clubes de troca do país que eram apoiadas por Heloísa Primavera, uma liderança local. Carneiro e Bez (2011) mencionam que o entusiasmo de Lourdes foi contagiante e, por meio de várias articulações, alguns anos depois foi dado mais um

<sup>95</sup> Sobre o MEI, ver seção 2.3 desta dissertação.

passo na construção da Ecosol no Paraná, com a criação de clubes de trocas em Curitiba e região metropolitana.

Com o auxílio do CEFURIA e outros atores, foi iniciada a sensibilização dos grupos<sup>96</sup> para as trocas de serviços e produtos e para o exercício dos princípios da autogestão, cooperação, solidariedade e sustentabilidade. A iniciativa resultou na criação de uma rede de clubes de troca e de uma moeda social chamada “Pinhão”.

Conforme Carneiro e Bez (2011), até 2011 existiam 11 clubes de troca. Devido à pandemia de Covid-19, muitos clubes de troca se dissolveram, pois envolviam muitas pessoas idosas - grupo de risco da doença. Os clubes de troca que ainda resistem estão listados no Quadro 15.

**Quadro 15 - Clubes de troca da Rede Pinhão vinculados à Rede Mandala.**

	<b>Empreendimento Econômico Solidário</b>	<b>Município</b>
1	Clube de Troca São Tiago	Curitiba
2	Clube de Troca Novo Amanhã	Mandirituba
3	Clube de Troca Mãos Unidas	Curitiba
4	Clube de Troca Nova Semente	Almirante Tamandaré

**Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).**

### **(g) Rede de Segurança Alimentar**

Consta em Pequeno e Carneiro (2023) o relato de uma das articuladoras da Rede de Segurança Alimentar, dizendo que a rede nasceu em 2010, a partir da necessidade de muitas famílias empobrecidas de Curitiba e região metropolitana, que demandavam abastecimento alimentar mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>97</sup>. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) cadastrava associações e cooperativas da agricultura familiar e da reforma agrária e adquiria os alimentos que elas produziam, para então entrega-los a entidades – no caso, o CEFURIA e o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM)

<sup>96</sup> Os EES também podem ser chamados de grupos (de produção, de consumo, de articulação, de ajuda mútua, etc.), como ocorre com a Rede Pinhão de Clubes de Troca e com a Rede de Segurança Alimentar, mencionadas nesta dissertação.

<sup>97</sup> “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino”. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>.

– que realizavam a animação, administração jurídica e distribuição dos alimentos às famílias cadastradas no programa (PEQUENO; CARNEIRO, 2023).

Mensalmente eram entregues aos grupos beneficiários em torno de 30 toneladas de alimentos. Contudo, desde 2017 ocorre a redução na quantidade de alimentos adquiridos e em 2021 a extinção do programa, como mais uma das ações de desmonte de políticas públicas de transferência de renda e emancipação da classe trabalhadora. Cabe destacar que além de organizar de forma autogestionária as demandas relacionadas aos alimentos, a Rede de Segurança Alimentar também possibilitava, e ainda possibilita, atividades formativas para os/as participantes, especialmente sobre programas governamentais e direitos sociais (PEQUENO; CARNEIRO, 2023). A Rede de Segurança Alimentar conta com seis grupos filiados à Rede Mandala:

**Quadro 16 - Grupos da Rede de Segurança Alimentar vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Grupo Bom Pastor	Curitiba
2	Cecopam	Curitiba
3	Nossa Senhora Aparecida	Curitiba
4	Nossa Senhora do Pilar	Curitiba
5	Sabará	Curitiba
6	São Sebastião	Curitiba

**Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).**

#### **(h) Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa**

As padarias integrantes da Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa surgiram na década de 1990, com o intuito de organizar mulheres para a produção de pães e para a prática da solidariedade. Atualmente, os/as trabalhadores/as das padarias comunitárias estão organizados/as em uma associação com o mesmo nome da rede e normalmente comercializam sua produção no próprio bairro, além de participarem de feiras e prestarem serviços de alimentação em eventos (PEQUENO; CARNEIRO, 2023). As padarias filiadas à Rede Mandala estão relacionadas no Quadro 17.

**Quadro 17 - EES da Rede de Padarias vinculados à Rede Mandala.**

Empreendimento Econômico Solidário		Município
1	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Curitiba
2	As Enfarinhadas	Curitiba

3	Pão da Vida	Almirante Tamandaré
4	Nova Vida	Curitiba
5	Amizade	Piraquara
6	O Pão Nosso	Curitiba
7	Cecopam	Curitiba
8	Santo Dias	Colombo
9	Mãos Talentosas	Curitiba
10	Monte Carmelo	Curitiba
11	Nossa Senhora Aparecida	Curitiba
12	São Tiago	Curitiba
13	Qui Delícia	Curitiba
14	Mãos de Fada	Curitiba

**Fonte: Pequeno e Carneiro (2023).**

Conforme Pequeno e Carneiro (2023), a Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa possui como objetivo a geração de trabalho e renda, a dignidade, a partilha de produtos, sonhos e saberes, a justiça social e o fortalecimento da Ecosol.

Além dos EES vinculados às “redinhas” mencionadas, existem outros três EES informais, constituídos por migrantes da Venezuela, do Haiti, da Colômbia e de Cuba.

Um deles é a Oficina de Costura Costurando Sonhos, inaugurada em 2019, em Curitiba, a partir do apoio de membros da Paróquia Santo Antônio Maria Claret e do CEFURIA, que disponibilizou máquinas de costura para o EES. Outro EES é o Alegria Entre Linhas, também identificado como o coletivo de costura da Rede Mandala, fundado em 2020 para atender grandes encomendas a partir da união entre costureiras da Oficina de Costura Costurando Sonhos (também formalizada enquanto associação), da Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária e da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver. Outro EES formado por migrantes e que não está vinculado a nenhuma “redinha” é o Conexión y Energia, criado em 2022 a partir das formações em terapias integrativas e complementares promovidas pelo Termo de Fomento nº 857556/2017. O empreendimento tem a finalidade de auxiliar mulheres migrantes a escaparem do trabalho extenuante e precário de limpeza por meio de aplicativos<sup>98</sup> e gerarem trabalho e renda de forma autogestionária e cooperada (CARNEIRO, 2023).

<sup>98</sup> Conforme Abílio (2021), o trabalho possibilitado por meio de aplicativos, também reconhecido como trabalho por plataforma digital ou uberização, é uma das formas contemporâneas da exploração dos/as trabalhadores/as, que passam a ser resumidos à pura força de trabalho e que envolvem a “eliminação de redes de proteção social, deslocamentos dos parâmetros de justiça que atravessam a

A partir da apresentação dos EES vinculados à Rede Mandala, nota-se a existência de uma pluralidade de práticas e formas de organização. Alguns EES, especialmente os do campo, encontram-se mais estruturados juridicamente, organizados, sobretudo, na forma de cooperativas<sup>99</sup>. Conforme Singer (2002), as cooperativas podem ser reconhecidas como o “protótipo da empresa solidária” (p. 9), sendo até o momento a figura jurídica existente mais coerente com os princípios da Ecosol. No entanto, os EES urbanos da Rede Mandala ainda convivem com a informalidade, como demonstrado pelo entrevistado Tiago (2022):

*O que a gente tem de mais fácil é o MEI [microempreendedor individual], mas foi visto no curso [Curso de Cooperativismo na Economia Solidária promovido pelo Termo de Fomento nº 857556/2017] que o MEI não é Economia Solidária, mas é o que a gente tem, é uma ferramenta que a gente tem pra poder emitir nota fiscal, poder ter uma mínima formalidade. Por mais que seja individual, o MEI tem um papel coletivo nesse contexto [...] Então [o curso] ajudou a gente a entender que o caminho por enquanto é MEI, mas que o ideal mesmo, pelo que a gente viu é ter uma cooperativa. Só que daí exige uma organização maior, né, só que a cooperativa pode trazer mais serviços, atividades. É meio que assim, o que a gente vislumbra, né, a formação de cooperativas.*

Apesar dos EES urbanos em sua maioria reunirem trabalhadores/as em associações, sabe-se que esta é uma forma organizacional muito limitada em termos de atividade comercial, já que, de acordo com o Código Civil brasileiro<sup>100</sup>, as associações não podem exercer atividades econômicas e nem emitir notas fiscais. Dessa maneira, como menciona Tiago (2022) (integrante da Associação Utopia), movidos/as pela necessidade de formalização e emissão de nota fiscal, os/as trabalhadores/as acabam por se formalizar como MEI. No entanto, a partir das reflexões feitas por Santana (2018) a respeito do MEI, em que critica a modalidade por transferir individualmente aos trabalhadores todos os custos e riscos do trabalho, nota-se que essa realidade não é apropriada, pois impacta a essência da Ecosol que é o trabalho coletivo e autogestionário. Cabe ainda destacar que na caracterização da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver, elaborada por Pequeno e Carneiro (2023), menciona-se a presença de microempreendedores individuais de diferentes áreas que se organizam coletivamente a partir da vivência na associação.

---

categoria emprego e correm junto com a transferência integral para o trabalhador da gestão de sua própria sobrevivência” (p. 938).

<sup>99</sup> No Brasil, as cooperativas são regidas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.

<sup>100</sup> Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil.

Apesar dos avanços políticos da Ecosol, como a criação da SENAES e de diversos espaços institucionais de gestão da política pública nacional de Economia Solidária, os EES ainda enfrentam o desafio da informalidade. Isso representa um “limitante para a expansão das potencialidades dessas iniciativas, sobretudo nas áreas urbanas, em que quase dois terços dos EES mapeados são informais” (SILVA; SILVA, 2015, p. 92)<sup>101</sup>. A Rede Mandala não representa uma exceção.

A caracterização da Rede Mandala também aponta para a existência de EES que não possuem como foco a geração de trabalho e renda, como é o caso da Rede Pinhão de Clubes de Troca e da Rede de Segurança Alimentar. O entrevistado Paulo (2023) nos proporciona o entendimento do papel dessas redes.

*A Rede de Segurança Alimentar [...] sempre foi pra nós uma inspiração, porque é uma rede urbana, que tem todas as dificuldades urbanas, mas que se organiza [...] pra outras coisas que não só comer. Politicamente, pra enfrentar suas dificuldades ali no bairro, pra lutar por políticas públicas. Então essa rede também foi uma das contempladas no projeto da Rede Mandala, e apesar dela não gerar renda, ela é uma certa rede que gera benefícios. Ela foi desconsiderada assim pelo Governo Federal, como uma geradora de renda, mas pra nós não, politicamente nós mantemos essa rede. É uma das 8 redes que a gente manteve politicamente porque ela foi, inclusive, uma das inspirados desde o início de que a Rede Mandala precisava existir.*

A partir deste relato, compreende-se que a Ecosol, mais do que um modo de produção, representa um modo de vida. Conforme Gadotti (2009), os ganhos na Ecosol não são somente materiais, são também não materiais, pois sua essência é o empoderamento das pessoas por meio da dissolução do poder e não da concentração. Ou seja, a Ecosol reinventa a noção de poder e luta pela conquista da autonomia dos/as trabalhadores/as, que se reflete no fortalecimento da comunidade. Em acréscimo, Olivieri (2003) reforça que a constituição de redes possibilita a cidadania ativa, o desenvolvimento de comunidades e a articulação dos movimentos culturais e informacionais aptos a propor alternativas para a humanidade, fundamentadas em princípios democráticos.

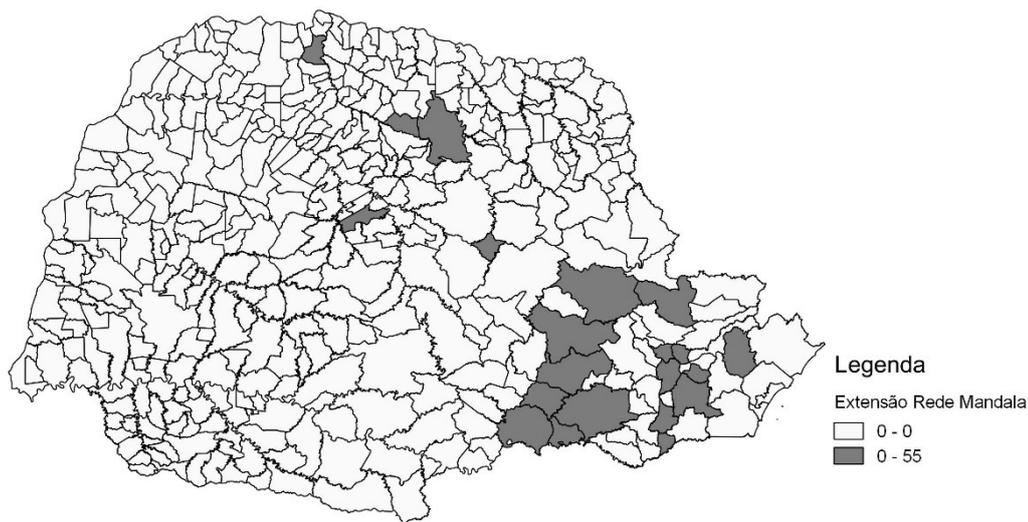
Com relação à distribuição espacial dos EES da Rede Mandala, verifica-se que a rede abrange 21 municípios do Estado do Paraná e, assim como nos dados organizados por meio do Relatório Geral do CADSOL de 2018, os EES da rede se localizam predominantemente na região metropolitana de Curitiba. Outro elemento

---

<sup>101</sup> A pesquisa de Silva e Silva (2015) aborda a busca de um marco legal próprio para a Ecosol no Brasil e faz a análise da trajetória do PL nº 4.685/2012, uma proposta de Lei Geral da Economia Solidária que tramita no Congresso Nacional desde 8 de novembro de 2012.

observado foi a presença de EES da rede em Jardim Alegre e Agudos do Sul, municípios que não aparecem no Relatório Geral do CADSOL de 2018 – o que aponta para uma discrepância de informações, conforme mencionado na seção 3.2.1.1 deste trabalho. A Figura 25 ilustra a distribuição espacial da rede.

**Figura 25 - Distribuição dos EES da Rede Mandala.**



**Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Pequeno e Carneiro (2023).**

Nota-se que apesar da diversidade de áreas de atuação, formas de organização e territórios de abrangência, que complexificam a visão e compreensão de todo o seu conjunto, ao agregar diferentes realidades a Rede Mandala representa uma grande riqueza, pois, nas palavras da entrevistada Carolina (2023),

*uma rede de economia solidária é uma rede de vários grupos, vários empreendimentos, não só empreendimentos, mas grupos de entidades, grupos de consumidores, que se conectam em torno de um objetivo maior que é construir uma economia diferente, que é possibilitar o bem viver de todas as pessoas envolvidas, de proteger a natureza. Enfim, esse é o objetivo de uma rede de economia solidária. É uma união em torno de um objetivo, nesse caso, uma rede campo cidade, que é mais fortalecida, porque se unem duas realidades distintas, mas com objetivos semelhantes.*

A fala de Carolina (2023), acerca do objetivo de uma rede de Economia Solidária, como é o caso da Rede Mandala, nos faz retomar o estudo de Lima e Moretti (2021), que categoriza as Redes Solidárias. É evidente que a Rede Mandala não se restringe a EES do mesmo segmento econômico e nem apresenta características relacionadas à construção de cadeias produtivas, sendo assim ela se aproxima mais das redes que os autores caracterizaram como:

c) Redes organizadas por EES de segmentos econômicos distintos, nesta configuração, os EES se unem em prol de uma estrutura que articula possibilidades de desenvolver uma ação ou projeto específico, que é comum a todos, também com objetivo de promover ajuda mútua (LIMA; MORETTI, 2021, p. 148).

Visto isso, a Rede Mandala pode ser compreendida como um complexo exercício de costurar e trabalhar, de forma organizada, vários talentos em prol de um objetivo comum, e que ainda está em formação. Para o trabalhador Paulo (2023), a Rede Mandala

*tem quatro anos, mas ela continua em formação, ela nunca estará concluída, porque ela é um processo vivo, dinâmico, pedagógico, de pessoas que entram, que saem, que deixam suas marcas, que levam suas marcas e de outras que ainda virão. Então ela está em processo, e é um processo contínuo, ela nunca vai estar estagnada, ela atingiu até 98 diferentes empreendimentos do campo e da cidade, num período entre 2018 e 2022. Acabou o projeto [o Termo de Fomento nº 857556/2017]. Depois de tantas dificuldades, o projeto foi concluído, os assessores foram demitidos e tudo mais, mas os frutos desse trabalho e as perspectivas ali de continuidade são sempre amplos porque toda essa herança, esse legado que esse processo formativo, que equipamentos, que as pessoas tiveram, trouxeram, esse processo todo vai continuar, nenhum de nós vai ser igual era em 2018, a gente é agora muito mais experiente em algumas coisinhas e tem muitas outras coisinhas a aprimorar.*

Visto isso, a Rede Mandala assemelha-se ao que Léon, Burch e Tamayo (2001) e Martinho (2003) definem como rede: sistemas abertos que estão em incessante relação com o meio, em um movimento contínuo, em construção e reconstrução permanente.

Para encerrar esta seção de caracterização da Rede Mandala, cabe destacar que nas redes categorizadas por Lima e Moretti (2021) como do tipo (c), seus membros estão aprendendo a praticar uma gestão participativa e, por isso, diante dos obstáculos, procuram permutar experiências com outras redes, buscar nos próprios conhecimentos adquiridos ao longo da experiência elementos que auxiliem na superação dos desafios e solicitar, quando necessário, assessorias e consultorias específicas. Essas características e práticas presentes na Rede Mandala são abordadas nas seções seguintes.

## **5.2 Dimensão organizativa**

Como se tem argumentado, as redes são sistemas abertos e inconcluídos. Por isso, quando tratamos de redes, a palavra “organização” deve ser compreendida

como ação de criação e não como algo finalizado. Essa é uma das características das redes que faz com que se assemelhem mais a organizações espontâneas e não institucionais, e demandem modos de operação distintos dos convencionais, isto é, não hierárquicos e nem burocráticos (MARTINHO, 2003).

Especialmente nas Redes Solidárias, a horizontalidade representa a propriedade organizacional mais observada. Uma vez que a organização feita a partir de instrumentos juridicamente instituídos de coordenação verticalizada (chefias, direções etc.) são incompatíveis com essas estruturas (SCHLITHLER, 2004), faz-se necessário a constituição de instrumentos mais adequados às Redes Solidárias, como por exemplo, um comitê gestor ou moderador, responsável por estabelecer um padrão minimamente formalizado de regras e princípios de relacionamento, que considere os objetivos compartilhados, incentive a colaboração e estabeleça um olhar consensual dos desafios a serem enfrentados (FOGUEL, 2009).

Apesar de não ser uma organização formalizada juridicamente, a Rede Mandala possui uma finalidade que demanda uma coordenação, assim como é defendido por Schlithler (2004) ao abordar a temática das redes. No entanto, esta coordenação não atua de forma isolada, ao contrário, sua atuação exige um diálogo constante e horizontal com os demais membros da rede, seus grupos de trabalho e comitê gestor. Os instrumentos que regem o trabalho da Rede Mandala são a Carta de Princípios (ANEXO A) e o Regimento Interno (ANEXO B), que detalham a missão, visão, objetivos, princípios, valores e forma de organização da rede e dão orientações sobre a adesão e desligamento de integrantes. Sobre o processo de construção desses instrumentos, a entrevistada Carolina (2023) comenta que

*um momento muito importante que eu penso que vale a pena destacar, foi o da construção do regimento e da carta de princípios. Então, foram várias reuniões, porque a rede tem esses dois documentos que eu acho fundamentais. Então foram várias reuniões, foi um processo muito democrático, muito participativo, e eu tenho assim uma avaliação de que são documentos muito importantes, são documentos que foram construídos por muitas mãos, muitos pensamentos e de uma forma bem democrática, bem amadurecidos, e eu os considero avançados, principalmente a carta de princípios, muito avançada.*

Para o entrevistado Paulo (2023), esses instrumentos, democraticamente construídos, estabelecem “regras mínimas, um pacto mínimo entre os/as envolvidos/as para que ninguém se prevaleça”. Essas regras se manifestam,

especialmente, nas instâncias de organização da Rede Mandala, observadas por Carolina (2023).

*Tem um grupo de coordenação da rede, com coordenadores, suplentes, que se reúnem semanalmente pra pensar estratégias, pra pensar as reuniões. A rede se organiza num conselho gestor [comitê gestor], são reuniões mensais, que agora passaram a ser bimestrais, e esse grupo da coordenação pensa os encontros e aquilo que é decidido no conselho gestor esse grupo busca encaminhar. Os grupos de trabalho foram pensados para serem um apoio e, mais uma forma de encaminhamento das propostas que aparecem nos encontros do conselho gestor.*

De acordo com o Regimento Interno da Rede Mandala (ANEXO B), sua organização se dá a partir do comitê gestor ampliado (CGA), instância máxima de decisões e aberto a todos os membros da rede, que ocorre em frequência mensal e constitui-se em:

a) COORDENAÇÃO: é formada por pelo menos 01 (um) integrante de cada um dos GT's [grupos de trabalho], com gestão de 02 (dois) anos. A composição da Coordenação é feita por indicação de cada um dos GT's. Tem como atribuição: organizar pautas da Rede Mandala; estimular a autogestão das reuniões nos papéis de coordenação, relatoria, infraestrutura e mística; representar a Rede sempre que necessário; articular as demandas dos GT's e aquelas externas à Rede Mandala.

b) GRUPOS DE TRABALHO (GT's): são formados, cada um deles, por pelo menos 01 (um) integrante de cada EES, rede [redinha], cooperativa e/ou associação que compõe a Mandala. Têm como atribuição o desenvolvimento das ações definidas pelo CGA, a fim de alcançar os objetivos da Rede. Reúne-se ordinariamente uma vez ao mês, no mesmo dia das reuniões do CGA, em horário anterior, podendo ocorrer reuniões extraordinárias quando assim for deliberado.

Conforme Pequeno (2020), o CGA funciona como uma assembleia mensal da Rede Mandala, onde ocorre "reflexão coletiva, animação, mística, trocas, formação, diálogo sobre estratégias para fortalecimento coletivo e deliberações que ajudam a dar unidade a si e às redes que a compõem" (139), contando com a participação de pessoas internas e externas à Rede (EAFES, gestores/as públicos/as, estudantes, pesquisadores/as, etc.). O autor também comenta o funcionamento da coordenação da Rede, que se reúne semanalmente e possui um número flexível de integrantes, a depender da dinâmica dos GTs. Na primeira gestão da Rede a coordenação era composta por três integrantes, na segunda por cinco e na atual por sete, entre titulares e suplentes.

Sobre os GTs, Pequeno (2020) menciona que eles são compostos por trabalhadores/as vindos/as das oito "redinhas", que decidem livremente em qual

deles desejam se inscrever. Normalmente são os GTs que reconhecem os desafios de comercialização, formação, comunicação e articulação com outros atores. São os GTs que indicam membros para a coordenação da Rede Mandala, votados/as a cada dois anos. Caso não haja indicação dos GTs, o CGA é soberano para indicar os nomes a serem votados para a coordenação.

Com relação aos GT's, definidos pelo entrevistado Paulo (2023) "*como os braços e as pernas da rede*", o Regimento Interno da Rede Mandala apresenta três: o GT de Formação, o GT de Comercialização e o GT de Comunicação. De acordo com Pequeno (2022), em 2021 foi criado o GT de Articulação Política e em 2023 foi criado o GT de Integração. Durante o CGA da Rede Mandala, de fevereiro de 2023, além de deliberar a mudança da periodicidade dos encontros, de mensal para bimestral, constituiu-se também dois novos GT's, um de Projetos e Captação de Recursos e outro de Finanças Solidárias<sup>102</sup>. Essas mudanças reforçam o caráter inacabado da Rede Mandala. Com relação ao papel da Coordenação da Rede Mandala, ela se assemelha ao que Schlithler (2004), ao estudar a organização das redes, nomeou por secretaria-executiva, que possui a função de impulsionar as capacidades da rede.

Sendo a Rede Mandala uma construção coletiva e permanente, sabe-se que essa característica demanda o florescimento do compromisso de seus/suas participantes. Esse envolvimento e compromisso ainda é um desafio para a Rede Mandala. Conforme mencionado pelos/as entrevistados, apesar do CGA da Rede Mandala ser aberto às suas oito "redinhas", geralmente ele não é frequentado por todas elas. O trabalhador Tiago (2022) reforça essa percepção, que não se restringe apenas à Rede Mandala, mas que também ocorre na "redinha" da qual faz parte, a Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver:

*tanto na Rede Utopia como na Rede Mandala, o poder é aberto, né, pra quem for expor suas ideias e tal à discussão. Mas também tem uma baixa participação. O que eu vejo na Rede Mandala, por exemplo, é que são as mesmas pessoas que estão pondo em prática ali as questões organizativas. Por mais que seja aberto tem muita gente que não se envolve. Na Rede Utopia também tem isso, mas, como é menor, o percentual de quem se envolve é maior do que na Rede Mandala. Então tem uma participação maior em geral. (TIAGO, 2022).*

---

<sup>102</sup> Essas informações foram registradas durante a participação da própria autora no comitê gestor ampliado da Rede Mandala do dia 25 de fevereiro de 2023.

A baixa adesão dos/as trabalhadores/as nos espaços organizativos da Rede Mandala, faz com que estes fiquem fragilizados, assim como a própria rede. Ao descrever os GT's da Rede Mandala, a entrevistada Carolina (2023) comenta que, *“com exceção do GT de Formação, os grupos atuam de acordo com o que é possível, não o desejável”*. A entrevistada menciona que durante os cinco anos de execução do Termo de Fomento, o GT de Formação pensou e organizou importantes cursos, oficinas e rodas de conversa. Isso inclui um projeto de formação básica e permanente em Ecosol, com encontros mensais que objetivam o reforço dos valores da Ecosol nos EES e a apresentação da Ecosol a novas pessoas e grupos<sup>103</sup>.

Ainda sobre as fragilidades dos GT's da Rede Mandala, Paulo (2023) aponta que *“às vezes eles funcionam, às vezes eles não funcionam, às vezes eles são um pouco mais fortes por algum tempo, às vezes eles são mais tímidos, às vezes eles quase se esfacelam, mas eles existem”*. Ou seja, como observa Olivieri (2003), as atuações colaborativas das redes só se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes.

Uma riqueza da Rede Mandala é diversidade de experiências que ela aglutina e com isso, pode aprender e implementar boas práticas que já estão em curso nas redes menores. Exemplo disso é a experiência da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR, comentada pelo trabalhador Fabiano (2023):

*a estrutura das nossas cooperativas [...] tenta representar todas as cadeias de idade [faixas etárias], de questão de sexo [gênero], de ter o homem e a mulher junto, de ter o jovem dentro da diretoria. Tem uma cooperativa nossa hoje que ela é dirigida por um jovem, o diretor é um jovem [empolgação]!*

Percebe-se que na Rede Mandala prioriza-se a pluralidade. Conforme Paulo (2023), nas instâncias organizativas da rede *“não pode ser todo mundo homem, então deve cuidar de gênero, tem homem e tem mulher. Não pode ser todo mundo do campo, mas também não pode ser todo da cidade”*. Isso porque as diversas experiências e características dos/as integrantes da rede devem ser reconhecidos e valorizados. A entrevistada Carolina (2023) complementa que

*a realidade do campo é muito diferente da realidade da cidade, são lutas diferentes, mas quando elas se conectam elas se fortalecem, uma aprende*

---

<sup>103</sup> Algumas das atividades formativas da Rede Mandala podem ser acessadas em: <https://redemandalapr.com/formacao/>.

*com a outra, uma realidade aprende com a outra realidade, eu acho muito importante.*

Essa pluralidade de realidades e aprendizados também se reflete nos princípios da Rede Mandala. Ainda segundo Carolina (2023),

*a Rede Mandala é uma economia feminina e feminista. Esse princípio não está tão claro em outros [outras experiências de Ecosol], né, em outras fontes. A luta pela reforma agrária também é um princípio que inova e ele só existe porque existe essa conexão entre campo e cidade.*

Diante destas reflexões, comprova-se que as redes possuem a capacidade de compartilhar experiências, sucessos, problemas, superações, através da vivência concreta dos grupos que se dedicam a construí-las. Conforme descrito por Furtado (2021, p. 43-33), “a estratégia de redes aproveita o potencial organizativo de cada empreendimento e amplia sua capacidade em várias direções”.

A constituição da Rede Mandala contou ainda com o aprendizado obtido com redes de outros territórios, como a Rede Xique Xique <sup>104</sup>, comentada pelo entrevistado Paulo (2023).

*É um exercício, né, e é muito bom porque a gente não copia ninguém, tá fazendo do nosso jeito. Ah! Esqueci de dizer que a Rede Mandala se inspirou num incentivo da Rede Xique Xique, quando nasceu. Então lá na Rede Xique Xique, no RN, tem todo um jeito de fazer, com os agricultores e tal, e nós temos o nosso jeito de fazer. Quer dizer, a gente se adapta à nossa realidade. Olha para os outros, mas faz do nosso jeito aqui. E tem outras redes aqui no Sul, que é a Rede de Comércio Justo, que daqui a pouco quem sabe a Rede Mandala vai se inspirar em querer se filiar a ela também.*

Paulo (2023) ainda reforça a importância da evocação constante dos princípios da Ecosol para a atuação em rede.

*Então nós continuamos ainda todos os dias fazendo [...] renovação de votos, de fidelidade, porque é isso, os princípios da Economia Solidária todos os dias precisam ser retomados, revividos, re-celebrados, porque todos os dias nós estamos carecendo de pactua-los porque não é fácil. Quantas vezes a gente vê um companheiro, uma companheira, ou eu mesmo, desviando-me do caminho, até que alguém vem e fala ‘Paulo, não é por aí. Acho melhor a gente orientar por aqui’. E aí a gente erra juntos, não acerta sozinho, esse é o grande desafio. (PAULO, 2023).*

---

<sup>104</sup> A Rede Xique Xique é uma experiência que envolve a produção agroecológica e a comercialização, em Mossoró, Rio Grande do Norte (RN). A rede nasceu indiretamente em 1999, a partir de um grupo de mulheres que atuavam na produção de hortas orgânicas.

A fala do entrevistado Paulo (2023) nos ajuda a compreender que a Ecosol é, antes de tudo, um processo contínuo de aprendizado. Especialmente no caso das redes, nota-se que esse processo não é isolado, pelo contrário, demanda conexões constantes entre seus integrantes, conforme abordado na seção 5.3, pois como defende Gadotti (2009), o trabalho em rede exige uma nova formação que oportunize uma cultura de decisões coletivas e práticas solidárias, que impeçam organizações hierárquicas e centralizadas.

### 5.3 Conexões

Conforme Mance (2002), uma pré-condição para a existência de uma Rede Solidária são as conexões, ou seja, as ações coordenadas que integram a diversidade, possibilitando o desenvolvimento mútuo dos entes envolvidos. Alguns exemplos de conexões existentes na Rede Mandala já foram mencionados no presente capítulo, como o Centro de Distribuição da Economia Solidária e Reforma Agrária (CD), atual sede da Rede Mandala, além da conexão entre as associações e cooperativas da agricultura familiar, que forneciam alimentos para a Rede de Segurança Alimentar, e também o EES Alegria Entre Linhas, coletivo de costura da Rede Mandala que integra costureiras de diferentes coletivos.

Esta seção apresenta algumas das conexões existentes na Rede Mandala, expostas pelos/as trabalhadores/as entrevistados/as.

Ao falar sobre a criação da Rede Mandala e as conexões da sua “redinha”, a Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária, a artesã Bianca (2023) destaca que

*pra mim, logo de início, foi a possibilidade de união campo e cidade que a Mandala [Rede Mandala] se propõe. E isso houve. A gente teve o pessoal da CCA [Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná] participando bastante tempo aqui da feira [Feira Permanente de Economia Popular Solidária]. Aos poucos veio outras pessoas e hoje, especialmente, a gente consolidou a presença do pessoal de Mandirituba [Coopervida]. Então eu acho assim, que se não fosse a Rede Mandala isso não era possível. Acho que os nossos empreendimentos [da Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária] também pensam assim [...] a gente já teve parceria com as padarias [Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa], a gente tem parceria com a Utopia [Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver] [...] A gente trabalha, principalmente, com o pessoal do campo, tanto indo até o campo como eles tem a possibilidade de vir até nós [...] A primeira vez que a gente foi numa feira agroecológica [Jornada de Agroecologia], a gente foi como convidado.*

*A segunda vez a gente já foi como participante e ajudante. E essa, terceira vez, toda a parte de artesanato a gente ajudou a montar [coordenou]. Então, a gente tá bem adiantado nisso graças à Rede Mandala.*

Ao mencionar a atuação da Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária nas Jornadas de Agroecologia<sup>105</sup>, Bianca (2023) demonstra um pertencimento ao evento. Como aponta Foguel (2009), o trabalho em rede oportuniza a sociabilidade, o pertencimento, a identidade social e a construção da noção de comunidade. Além disso, vale destacar que os fluxos – trocas de informações, matérias e valores – possibilitados pelas conexões proporcionam a manutenção da rede e o seu crescimento (MARTINHO, 2003).

Dando continuidade aos relatos do/as trabalhadores/as, o entrevistado Tiago (2022) detalha um pouco como ocorrem algumas parcerias entre os EES que compõem a Rede Mandala.

*Já fiquei sabendo que em alguns trabalhos específicos que acontecem, por exemplo um evento, empreendimentos de diferentes redinhas se unem, porque cada um faz uma coisa pra poder atender aquele evento. Tem também o empreendimento de costura, né, [...] o Costurando Sonhos e o Alegria Entre Linhas, né? Teve uma questão ali que pessoas de diferentes redinhas se uniram pra criar esse empreendimento, que era pra atender uma demanda. [...] mas na Rede Utopia [Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver] eu vi que foi bem forte, assim, de gerar mais relações de pessoas de diferentes empreendimentos pra gerar novos coletivos. (TIAGO, 2022).*

A experiência comentada por Tiago (2022) assemelha-se ao que Mance (1999) categoriza como Células por Geração Espontânea. Isto é, quando surgem novas células – empreendimentos econômicos solidários (EES) – com o propósito de atender as demandas dos/as consumidores/as da Rede de Colaboração Solidária (Rede Solidária).

A geração espontânea de células também se deu, no caso da Rede Mandala, em decorrência da pandemia de Covid-19. Conforme a artesã Bianca (2023), “foi na pandemia que as costureiras da Rede Mandala compreenderam que poderiam se unir para atender grandes encomendas” que, se isoladas, dificilmente conseguiriam produzir, pelo alto volume solicitado. No caso, a demanda era a confecção de

---

<sup>105</sup> “A Jornada de Agroecologia é uma coalizão política constituída em 2001, que resultou de amplo processo dialógico entre vários movimentos sociais, populares, do campo e organizações não-governamentais atuantes no Paraná, que desde os anos 1980 promovem as lutas pela terra e pela reforma agrária, a defesa da agricultura camponesa e a agroecologia”. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/o-que-e-a-jornada/>.

máscaras de proteção encomendadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná (MST/PR).

Além da atuação conjunta para atender demandas dos consumidores, o entrevistado Tiago (2022) comenta que, também durante a pandemia, ocorreu entre os EES da Rede Mandala o “acolhimento de trabalhadores/as que tiveram seus trabalhos presenciais prejudicados”. Durante o período mais desastroso da pandemia de Covid-19, grupos do MST/PR pertencentes à Rede Mandala também se organizaram para doar alimentos para comunidades urbanas fragilizadas, utilizando o Centro de Distribuição da Economia Solidária e Reforma Agrária (CD) como infraestrutura de logística, conforme exposto pelo entrevistado Fabiano (2022).

*Devido à pandemia a gente teve uma ligação forte, pelo menos nós dos assentamentos da reforma agrária, a gente teve uma aproximação muito grande com as comunidades periféricas. Nosso povo doou toneladas, [...] eu sei que foi muito alimento que passou pelo nosso CD, muito alimento que veio dos assentamentos e comunidades em torno dos assentamentos que também que solidarizaram com a questão urbana*

Os relatos dos/as entrevistados/as apontam para a prática da solidariedade e de ajuda aos/às trabalhadores/as mais desfavorecidos/as que, para Singer (2003b), são elementos fundamentais que caracterizam a Ecosol. Nota-se também que a atuação da Rede Mandala se organiza a partir de fatores humanos e da valorização dos laços sociais através da reciprocidade, como também aponta Lechat (2002) em sua caracterização da Economia Solidária. Além disso, ao resgatarmos os processos de construção de vínculos em rede, elencados por Rovere (1997), é possível inferir que a Rede Mandala se encontra na etapa de cooperação, momento em que é estabelecida a solidariedade através da partilha de atividades e recursos para a resolução de problemas.

Com relação ao aperfeiçoamento dos processos de comercialização, destacado por Furtado, Rosa, Gomes e Lima (2021) como uma potência das Redes Solidárias, o entrevistado Fabiano (2022) menciona que

*a gente cresceu junto [a Rede Mandala e a frente de comercialização da CCA/PR], né. Então eu acho que tudo que se desenvolve hoje na Rede Mandala é tudo que a gente trabalha no movimento [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná]. Então [...] antes a CCA [Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR] não tinha essa pegada comercial, e aí o envolvimento com a Rede Mandala ajudou a CCA a arrebentar as engrenagens que tavam paradas, fazer elas rodarem mesmo, né, trazer as cooperativas pra cidade, mostrar o potencial, o espaço que tem pra se desenvolverem. Então eu vejo que a fundação da Rede*

*Mandala, pra nós enquanto movimento, ela é fundamental, ela é uma ferramenta pra nós, de representação na cidade, [...] pra nós isso é fundamental, fazer parte da Rede Mandala. A Rede Mandala é uma essência do movimento também, não deixa de ser uma essência do movimento.*

Constata-se então que a Rede Mandala, para o entrevistado, cumpre a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de atividades econômicas e de promover a comercialização solidária, ressaltada no 1º Plano Nacional de Economia Solidária (Brasil, 2015) como uma das finalidades das Redes Solidárias.

A fala de Fabiano (2022) também aponta para os vínculos da Rede Mandala com outras organizações, nesse caso o MST/PR. Mas, neste momento, é importante ressaltar outras conexões da rede, como por exemplo, com a Rede Libersol que, assim como a Rede Mandala, recebeu aporte do edital 001/2017 da SENAES<sup>106</sup>. O entrevistado Paulo (2023) comenta essa conexão.

*Eu me esqueci de dizer que nós temos interface com a Libersol [Rede Libersol]. A Libersol é a rede de saúde mental e Economia Solidária, que estão sempre trocando figurinhas com empreendimentos nossos, da feira permanente, por exemplo, com pessoas que vem dos CAPS [Centros de Atenção Psicossocial] e isso retroalimenta. Nós, Rede Mandala ajudamos lá e a Libersol ajuda nós aqui, porque é uma expertise que eles têm que nós não temos. Nós não sabemos lidar com pessoas em sofrimento mental. Eles sabem. Mas nós também sabemos fazer vendas e aquelas pessoas que estão nos CAPS não sabem o que é vender. Então é uma troca, uma experiência. E isso é muito bonito. A gente não sabe onde vai um, onde vai outro, e nem queremos saber mesmo. Essa troca, essa universidade viva que faz a gente se fortalecer.*

Paulo (2023) também destaca que as conexões da Rede Mandala são amplas, ultrapassam nossos campos de visão e se entrelaçam:

*[...] a Rede de Segurança Alimentar tem um jeito de trabalhar que se conecta com a agroecologia. A Rede Mandala quando se conecta com a Rede Ecovida, de onde vem a Rede Maria Rosa [Núcleo Maria Rosa da Anunciação], tem uma conexão. Da Rede Ecovida faz parte também uma rede de sementes crioulas, a ReSA [Rede Sementes da Agroecologia]. Então ó, é uma [rede, organização] que entra na outra. Então você não sabe onde termina uma e começa a outra, e isso é ótimo. A Rede RIU PR [Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento a Economia Solidária do Paraná], é formada por incubadoras de economia solidária em todo Paraná, o CEFURIA, que não é uma incubadora, tá dialogando. E nós [Rede Mandala], que não somos uma incubadora, mas estamos sendo assessorados pela RIU, influenciemos também o jeito da RIU ser. [...] um retroalimenta o outro. Existimos por conta da ajuda da incubadora, e a*

<sup>106</sup> A Rede Libersol participou do projeto "Consolidação da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária: operacionalização da Base de Assessoramento e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Rede – Consolidação da Rede", enviado pelo Instituto Redes de São Paulo (FERRO; FRANZOLOSO; BURNAGUI, 2020).

*incubadora existe por conta da existência dos empreendimentos, se não, não existiria sentido de sê-lo. (PAULO, 2023).*

Esse relato exemplifica o que Capra (1996) indica como conjunto de conexões ocultas de uma rede. Conexões que demandam acionamento para serem visualizadas, como indica Martinho (2003). Capra (1996) acrescenta que esse conjunto de redes dentro de redes representa uma teia dinâmica, em que todos os eventos estão inter-relacionados.

Na última citação de Paulo (2023), também é evidenciada a existência de processos de assessoramento à Rede Mandala. Sabe-se que o CEFURIA e a TECSOL, antes mesmo da execução do Termo de Fomento nº 857556/2017, já exerciam o acompanhamento e assessoramento de diversos grupos vinculados à Rede Mandala. Além dessas entidades de apoio, os entrevistados Fabiano (2022) e Paulo (2023) evidenciam outras contribuições, como da Fundação Mundukide<sup>107</sup>.

*[...] a gente tá tendo hoje uma assessoria do pessoal do Mundukide, que tá ajudando nós a organizar os números, organizar equipe, organizar processos de trabalho, organizar os nossos objetivos que a gente tem pra frente, [organizar] o que a gente faz primeiro, o que que a gente faz depois (FABIANO, 2022).*

*[...] o J., o cara veio da Espanha [País Basco] assessorar as cooperativas do MST e deu uma palinha sem custos pra nós, num curso durante a pandemia, tudo virtual, de cooperativismo, falando sobre as experiências de Mondragón na Espanha. E o quanto que eles já avançaram... Ao ponto deles já terem o domínio dos meios de produção. Lá tem o supermercado, posto de gasolina, universidade, dominada pelos trabalhadores e trabalhadoras [empolgado], e aqui no Brasil a gente ainda é muito acanhadinho. (PAULO, 2023).*

Martinho (2003) menciona que é comum que as redes, especialmente da sociedade civil, recebam assessoramento de entidades de caráter associativo, como federações, confederações e organizações do terceiro setor, para auxiliar nos processos de participação e de decisão que configuram as redes. No caso da Rede Mandala esse apoio tem sido fundamental e ainda requer políticas públicas que favoreçam essas ações, conforme abordado na seção seguinte.

---

<sup>107</sup> A Fundação Mundukide é uma experiência da Corporação Mondragón – uma federação de cooperativas oriundas do País Basco, na Espanha – que possui como missão a partilha de experiências, meios e saberes, que visa a promoção da autogestão e da solidariedade no mundo do trabalho cooperativo. De acordo com Singer (1998), a experiência de Mondragón, que possui mais de 40 anos, composta por centenas de cooperativas, é um exemplo de projeto cooperativo que verdadeiramente se organiza por princípios opostos aos do capitalismo. Saiba mais em: <https://mundukide.org/es/>.

#### 5.4 A relevância da política pública

A experiência da Rede Mandala reflete a necessidade de políticas públicas para o fortalecimento do trabalho associado. De acordo com a entrevistada Carolina (2023), a Ecosol “*não deve abrir mão do recurso público, ao contrário, deve sempre buscá-lo e disputa-lo*”. Isso porque, são esses recursos que possibilitam a locomoção, a dedicação para a articulação, as formações, financiamentos, etc.

Ao ser questionado sobre o que muda para os EES quando há o incentivo do poder público, o trabalhador Paulo (2023) comenta que

*nossa, muda muito. Vamos pensar em 2018 [antes do Termo de Fomento nº 857556/2017], não tinha carro, não tinham muitos fornos, não tinham caixas, não tinha uma estufa, não tinha balança pra pesar coisas [risos], não tinha bicicleta pra fazer entregas, não tinha câmera fotográfica, não tinha site, entre tantas coisas que eu vou me esquecer. Quanta coisa foi. Além do processo de pagar profissionais de excelência, com foco em Economia Solidária e não em empreendedorismo pra nos ajudar. E isso é difícil, porque pagar gente pra falar de empreendedorismo tá assim ó [gesticulou], tá lotado por aí, mas encontrar alguém que venha nos assessorar, afinal, de coisas pensando no coletivo, na colaboração, no compartilhar [é difícil]. [...] então, nós não podemos abrir mão [do recuso público]. Agora que a gente aprendeu, que projetos financiados com recursos que são nossos, são nossos, no fundo, no fundo, é dinheiro nosso que foi e voltou pra nos ajudar a fortalecer aquilo que a gente tem. Então não temos que ter pudor de acessá-los. Pensar muito bem contas com qualidade, com transparência. Fazer muito bem e mostrar que a gente tem capacidade de gerenciamento. E isso as nossas entidades de fomento [EAFES] mostram toda transparência, com qualidade.*

Segundo Lima e Moretti (2021), as Redes Solidárias quando ainda estão em fase inicial de organização, como é o caso da Rede Mandala, demandam o apoio do poder público através de políticas públicas que garantam, por exemplo, recursos para uma estrutura adequada e formações que contribuam para o atendimento de burocracias, para a garantia da comunicação constante, para o fortalecimento do entendimento político e do compromisso dos EES.

É importante destacar que nos últimos anos, marcados por fortes ataques à classe trabalhadora, o desmonte de políticas públicas não se limitou exclusivamente ao universo da Ecosol (como foi abordado na seção 3.2 desta dissertação). O agricultor Fabiano (2022) menciona que

*[...] olhando, particularmente hoje, eu vejo um desmonte muito grande dos programas institucionais nos últimos anos. A gente perdeu vários projetos, várias possibilidades de a gente escoar os nossos produtos pelos programas de PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], de PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] que tem nos municípios. Eles foram*

*muito bons, porque é uma fonte de escoar a produção das nossas cooperativas. Só que teve vários cortes, então a gente não sabe como isso vai se dar, mas que pra nós é importante que esses programas permaneçam e retomem aqueles que foram parados, porque foi o que deu bagagem pra agricultura familiar, pras pequenas indústrias se viabilizarem e poderem tocar até os dias de hoje.*

As políticas públicas contribuem não só no apoio de novas iniciativas econômicas, elas são fundamentais para seu desenvolvimento e fortalecimento. Conforme Singer (2006), as políticas públicas são imprescindíveis para o processo de organização dos/as trabalhadores/as mais pobres, “para coletivamente desenvolverem trabalho e obterem renda, uma vez que só fundos públicos têm capacidade para estender o avanço da economia solidária aos que mais carecem dela” (p. 205).

No caso da Ecosol - multidisciplinar, transversal e irrestrita à geração de trabalho e renda (SCHIOCHET, 2011) - é importante que haja conexão entre as ações e políticas públicas demandadas e fomentadas pela e para a Ecosol. Neste sentido, ao falar sobre a importância do recurso público para a Ecosol, o trabalhador Paulo (2023) diz que a política pública é

*[...] imprescindível. Sem a política pública não tem a incubadora. A incubadora não vai viver só do voluntariado [...] Chega um momento que não tem inspiração, chega um momento que não dá, porque é desumano, fica indefensável você trabalhar sempre ralando, ralando, o tempo todo voluntário. Tem que ter um patamar de básico de segurança, pra poder ir cada vez mais. A universidade é pública, o recurso é público, é dinheiro que não falta nos cofres públicos. Não falta, às vezes ele é mal investido, mal administrado e tal, [...] então é importante, a política pública passa aí. Aí vem a lei da Economia Solidária, os Conselhos, os projetos de fomento, um Centro Público que nós ainda não temos, mas um dia poderemos ter. Temos que continuar lutando pra que isso seja, porque é recurso público e nós merecemos, [...] não podemos abrir mão disso. [...] a gente merece passar por essa experiência, vamos passar [risos], vamos passar por essa experiência de ter o recurso e de investir, depois a gente avalia. Se a gente não tem como vamos saber se foi bom?*

A fala de Paulo (2023) nos faz retomar as reflexões sobre os recursos públicos federais destinados à Ecosol, assunto abordado na seção 3.3 desta dissertação. Constatou-se que os aportes movimentados pela SENAES entre os anos 2004 e 2017 apresentaram um caráter inconstante (CHIARIELLO; FONSECA; MORAIS, 2021). As ações de fortalecimento dos EES e criação de redes, por exemplo, foram fomentadas por recursos movimentados entre 2013 e 2017, enquanto que as ações de apoio às incubadoras e de assistência técnica foram realizadas entre 2008 e 2012. Já o incentivo à comercialização e ao comércio justo

ocorreu entre os anos de 2004 e 2012. A Rede Mandala, a partir dos relatos dos/as entrevistados/as, comprova a importância do diálogo entre as ações e a necessidade de aprimoramento destas.

Os/as entrevistados/as também comentaram sobre a participação da Rede Mandala em conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas. Tiago (2022) e Carolina (2023) fizeram os seguintes apontamentos:

*Então, tem menos [participação nos espaços de articulação política] do que nos espaços que vai gerar alguma renda, mas tem pessoas que tão nesse outro meio com menor participação, mas tem também. Com certeza a gente como rede poderia criar mais estratégias pra que fosse mais fomentada essa articulação política, que é muito importante, mas a gente não tem tão constituído isso na prática, de incentivar as pessoas. Acontece, né, um incentivo ali, uma conscientização vez ou outra, mas não tão forte pra levar mais gente. [...] Então é uma coisa que eu vejo que deveria ter um pouco mais de fomento (TIAGO, 2022).*

*O [GT] de articulação política [da Rede Mandala] é um grupo frágil, que mostra que a participação nas instâncias de decisão ainda é frágil, nos conselhos, nas plenárias, nos fóruns, nas articulações diversas que a Economia Solidária precisa ter pra se fortalecer. Os espaços de participação ainda são frágeis (CAROLINA, 2023).*

Assim como nas informações sistematizadas do Relatório Geral do CADSOL de 2018, apresentadas na seção 3.2.1 desta dissertação e que apontam para a baixa participação dos EES em conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas (dos 1.013 EES distribuídos no Paraná, somente 92 deles possuem atuação nesses espaços), a Rede Mandala também possui essa fragilidade e demanda incentivo na área. Mas, de que maneira fomentar a participação dos/as trabalhadores/as nessas instâncias? Os processos de formação e acompanhamentos, discorrido na seção 5.5 desta dissertação, podem ser compreendidos como estratégias de conscientização e incentivo dos EES.

## **5.5 Formação e acompanhamento**

Em muitos momentos durante as entrevistas, as formações (rodas de conversa, cursos, oficinas, etc.) foram enfatizadas pelos/as trabalhadores/as, bem como a relevância da TECSOL e do CEFURIA nos processos de fortalecimento dos EES que compõem a Rede Mandala, como se observa na citação de Bianca (2023).

*O CEFURIA é a Feira Permanente, né, porque foi através da Dona Lourdes. Foi ela que encontrou esse local pra gente fazer feira. Mas, a parte da*

*incubadora [TECSOL], durante todo o tempo da TECSOL, a gente tava muito bem assessorado, tanto na mediação de conflito, quando a gente ia fazer reunião, nas formações que a TECSOL nos dava. Não entrava nada financeiro não, mas entrava as feiras, as mostras que a TECSOL fazia. Ah, e os projetos, quando tinha um projeto tipo Fundo Diocesano, ou outros projetos, a TECSOL nos ajudava muito nesses projetos [na escrita e desenvolvimento de projetos para editais de fomento aos EES]. E hoje a gente tá sentindo muito isso, porque a gente não tem mais a TECSOL como nossa incubadora. Eles nos ajudam sim se a gente ligar e precisar, eles nos ajudam, mas a gente perde os projetos. A gente perdeu do Fundo Diocesano essa vez, porque a gente tava na nossa produção e esqueceu o prazo. Então as incubadoras, como a TECSOL, são muito importantes pra gente, como o próprio CEFURIA que nos ajuda.*

A TECSOL e o CEFURIA também foram descritos como importantes portas de acesso à Ecosol. O trabalhador Tiago (2022), ao falar sobre sua trajetória de trabalho, mencionou que após ficar desempregado pensou em “*formar um empreendimento de entregas que fosse diferente das experiências convencionais marcadas pela exploração dos/as trabalhadores/as*”, e para isso buscou orientação na TECSOL. Já a entrevistada Carolina (2023), conheceu a Ecosol quando se propôs a ser voluntária no CEFURIA:

*[...] conheci a Economia Solidária há 20 anos, mais ou menos. Foi quando eu entrei no CEFURIA, como voluntária e conheci uma conselheira do CEFURIA, chamada Lourdes, [...] ela tinha voltado da Argentina e tava muito entusiasmada com a possibilidade de replicar a experiência que ela teve contato lá, de Clube de Troca, Economia Solidária, mas focada nas trocas solidárias. Então nós duas começamos a atuar nesse sentido (CAROLINA, 2023).*

As Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFES) são organizações que “desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos EES, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa” (FBES, 2013, p.102). A partir dos relatos dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala, percebe-se que a TECSOL e o CEFURIA foram e ainda são fundamentais nos processos de aproximação de trabalhadores/as à Ecosol e de criação e fortalecimento dos EES.

Com relação às formações possibilitadas pelo projeto da Rede Mandala, além daquelas relacionadas aos princípios e valores da Ecosol que, conforme destacou Paulo (2023), devem ser “*retomados, revividos, re-celebrados*” cotidianamente, isto é, precisam ser discutidos permanentemente, as pessoas entrevistadas também destacaram a importância das formações em gestão para a Ecosol.

Ao falar sobre a importância das formações que abordam os princípios da Ecosol, a artesã Bianca (2023) desabafa que “*nem todo mundo consegue trabalhar coletivamente, normalmente as pessoas que conseguem são aquelas que participam das formações*”. Por isso, em alguns casos, como na Rede Mandala, um dos critérios estabelecidos para a adesão aos EES e EAFES é a participação em processos de formação em Ecosol.

O trabalhador Tiago (2023) aponta que as formações possibilitadas pelo projeto da Rede Mandala, especialmente o Curso de Cooperativismo na Economia Solidária, foram imprescindíveis para a criação da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver. Além disso, as formações organizadas pela rede também promovem a união entre seus/suas trabalhadores/as.

*Tinham alguns empreendimentos que estavam soltos, que não estavam em nenhuma redinha. Daí, a ideia foi que esses empreendimentos se unissem, por mais diversos que eles fossem, pra ter mais força, pra se ajudar, [...] então teve a discussão, ‘será que a gente faz uma cooperativa, associação? Como é que a gente se une juridicamente?’ Então, nesse mesmo tempo, tava tendo cursos promovidos pela Rede Mandala, que ajudaram a gente a ver o que que seria melhor de ser criado. Então a gente decidiu que no momento seria melhor criar uma associação (TIAGO, 2022).*

Com relação às formações em gestão para a Ecosol, aquelas que apresentam ferramentas de gestão específicas para o exercício do trabalho associado e coletivo, Paulo (2023) comenta que elas são importantes pois “*a tarefa da gestão por si só já é difícil e com o viés popular é mais difícil ainda*”, isso porque os instrumentos das empresas capitalistas e dos patrões são incompatíveis com a Ecosol. O trabalhador aponta alguns dos aprendizados obtidos com as formações relacionadas à gestão em Economia Solidária.

*Nós no meio da Economia Solidária, o único curso que fizemos em 2019, se não me falhe a memória, foi de gestão de empreendimentos. Nós nunca tínhamos, ninguém dos nossos empreendimentos, nunca na história teve. A Rede Mandala conseguiu aprimorar isso dentro dos nossos empreendimentos já existentes, de como discutir gestão, de como discutir preço, de como discutir logística. Eu, você e outros pares fizemos um pequeno esboço, um exercício digamos, de mapeamento, de onde sai o produto, pra onde vai, de onde eu compro. E aquilo foi precioso, porque nunca existiu. Então nós aprendemos fazendo, que aquilo que a gente tava começando ali naquele curso precisava ser aprimorado. Cada um a seu passo teve que aprimorar aquilo. Alguns só ficaram naquilo e outros foram aprofundando. Então hoje nós sabemos que não dá pra fazer logística sem ter aquilo, não dá pra ter logística sem calcular preço, não dá pra fazer logística sem calcular o desgaste de um automóvel, não dá pra fazer logística sem calcular o custo de um MEI. Porque muitos de nós precisa ter, hoje como não tem outra legislação, cada um de nós individualmente é MEI,*

*só que a gente não cobra isso? Quer dizer que eu pago MEI do meu bolso? Não, eu tenho que cobrar isso no meu serviço, ao longo do tempo. Então toda essa precificação a gente aprendeu a acordar para o que ela precisa. Os dados móveis do meu celular precisam estar vigentes naquele dia, e eu preciso ter ele vivo pra eu trabalhar e me comunicar com a consumidora ou com meu colega de trabalho. É custo, e eu não punha isso na tabela. Então tudo isso a gente aprendeu. A gente robusteceu esse aprendizado. Temos muitas outras coisas a aprender ainda, mas pelo menos nessas questões básicas a gente já superou certas dificuldadezinhas. Outras continuam. Mas essas a gente já percebe que não pode mais vacilar [...] e uma coisa que a Rede Mandala nos propiciou foram técnicos que nos ajudaram assessorar um tal de plano de negócios, e esse plano de negócios que tanto serve pra Rede Utopia, pra associação, como serve também para o nosso empreendimento individual. Ele nos ajuda a perceber se tem viabilidade ou não um serviço (PAULO, 2023).*

Conforme Carneiro (2020), o curso de gestão de empreendimentos de Ecosol, foi proposto para os/as trabalhadores/as da Rede Mandala, pois é uma demanda antiga e permanente dos seus EES. De acordo com a autora, há EES que enfrentam sérias dificuldades porque desconhecem ou não utilizam saberes e ferramentas de gestão compartilhada<sup>108</sup>.

A partir do exemplo do curso de gestão realizado com EES da Rede Mandala, vale dizer que grande parte das experiências da Rede Mandala foram sistematizadas e compartilhadas. Segundo a entrevistada Carolina (2023), a relevância desse ato se dá já que

*cria uma memória que fica eternizada. E mesmo que um dia a [Rede] Mandala se enfraqueça, já tem todos os elementos ali sistematizados, não precisa buscar em lugar nenhum, tá tudo ali. Então é menos difícil de se retomar. Por isso que eu sempre acho muito importante produzir muito material. Produzir e espalhar material, irradiar material. Escrito, contando a história, dizendo da prática, como aconteceu, as falas dos sujeitos, tudo isso nós fizemos. Isso ajuda.*

Por fim, os diálogos realizados com os/as entrevistados/as, incluindo aqueles sobre a importância das políticas públicas para a Economia Solidária, demonstraram que formações para a consciência e a participação política ainda são incipientes e necessárias. Neste sentido, a última seção deste capítulo debate alguns dos desafios e vantagens do trabalho associado na Rede Mandala.

---

<sup>108</sup> Neste caso, entende-se por gestão compartilhada um conjunto de saberes e ferramentas organizados e trabalhados de forma coletiva e igualitária, pautada em uma metodologia coerente com a Ecosol, como a Educação Popular de Paulo Freire, que reconhece que todos os saberes são importantes e devem ser valorizados (CARNEIRO, 2020).

## 5.6 Desafios e vantagens

Conforme Foguel (2009), o pensar e agir em rede é relativamente novo e, por isso, apresenta inúmeros desafios. Como viemos comentando nas seções anteriores, os processos de gestão e convivência pautados em princípios não convencionais, por exemplo, a autogestão, cooperação e solidariedade, demandam paciência e aprendizado.

No caso da Rede Mandala soma-se ao modo diferenciado de se organizar, a diversidade de seus/suas integrantes. Por isso, Carolina (2023) destaca que

*[na Rede Mandala] é um grande desafio esse envolvimento e essa conexão, porque sendo a rede muito diversa, um conjunto de várias realidades, de vários sujeitos diferentes e com objetivos diferentes também. Então existe uma carta de princípios, existe um regimento interno, existe todos os princípios da economia solidária, mas isso não garante que, não significa, que todos os sujeitos envolvidos seguem aqueles que estão ali. É um desafio muito grande fazer com que os princípios se materializem tanto na rede que eu tô envolvida, como na Economia Solidária em geral. Penso que os princípios, eles são um horizonte a ser perseguido, é muito importante que eles existam, porque eles têm que tá ali a vista, mas não significa que não tenham contradições, que não tenham conflitos, que não tenham dificuldades diversas. E existe isso na rede que eu estou envolvida, existe pouca participação, existe grupos que não conseguem desenvolver uma prática solidária, transparente, existe, mas ao mesmo tempo existe também aqueles que são comprometidos. Acredito que é uma realidade [...] que predomina no Brasil todo, no mundo todo. É uma caminhada, um processo de construção.*

Um dos desafios já mencionado na seção 5.2, relacionado à dimensão organizativa da Rede Mandala, é a baixa participação dos/as trabalhadores/as em seu CGA, o que se reflete na fragilidade de seus grupos de trabalho (GT), responsáveis por colocar em ação os encaminhamentos feitos na instância máxima de decisão. Essa participação insuficiente nos espaços de gestão também gera preocupações relacionadas à manutenção das conexões da rede, conforme a trabalhadora Carolina (2023) também expõe.

*Tem uma fragilidade no acompanhamento da entidade de apoio, de manter essa conexão entre campo e cidade. Manter os grupos unidos, manter os vínculos. [...] Sempre houve dificuldade nos grupos de trabalho, de atuarem de forma efetiva e de manter esses grupos de trabalho. O risco é a rede se dissolver, esse é um grande risco que a gente espera que não aconteça. Vai ser um grande desafio, manter o que foi construído até hoje, e fortalecidos pra novas parcerias.*

Os apontamentos de Carolina (2023) nos remetem à necessidade de um processo de grupalização. Conforme Schlithler (2004), a grupalização representa

uma pré-condição para a existência da rede, mas que raramente acontece de forma espontânea e que demanda a capacitação dos seus integrantes para realizarem o papel de facilitadores/as, que desenvolvam e promovam o enredamento. Além da capacitação, Paulo (2023) relata a necessidade de aportes financeiros às pessoas dedicadas a essa função.

*Nós, infelizmente, não temos uma remuneração, não temos um projeto que banque. O certo é que nós tivéssemos uma semi-liberação, ou uma liberação integral, de alguém que ficasse ali animando essa rede. Por exemplo, pra fazer os cadastros. Agora nós estamos num período pós projeto [Termo de Fomento], e a gente tem que recuperar todo mundo que fez parte do projeto e dizer 'você quer seguir com a gente? Venha aqui, quem é você? Qual o seu empreendimento? Quantas pessoas tem? O que vocês fazem? Querem seguir com a gente?' Nem sempre isso se dá de forma harmoniosa, porque como a gente não tem o tempo todo dedicado a isso, cada um de nós faz outras coisas, esse tempo nos falta e precisava ter porque as pessoas são muito dispersas, todos nós.*

Sabendo que as redes são sistemas abertos e em construção permanente, podemos entender que o processo de grupalização, ou seja, de incentivo à participação, também deveria ser. Schlithler (2004) argumenta que a grupalização possibilita o encontro de pessoas e/ou grupos com trajetórias, experiências e saberes diversos, capazes de fortalecer os processos de planejamento conjunto, diagnósticos situacionais, construção da missão e dos objetivos, desenvolvimento de estratégias, metas e atividades, além de cultivar a confiança entre os envolvidos. Mas, em que medida ocorre esse processo na Rede Mandala? O entrevistado Paulo (2023) comenta que as conexões existentes na Rede Mandala ainda são experimentais e insuficientes:

*Eu, enquanto coordenador da rede, sempre vejo que tem uma ousadia maior [ênfase] pra gente fazer. Temos um site, mas ninguém nem reverbera nosso site. As pessoas têm ainda essa timidez, de falar mais de nós, de focar, de fazer promoções de quem somos, de ampliar o olhar, de cavar a falta pra gente fazer o gol. Eu sinto muito essa falta. [...] Então esse dilema, a gente ainda continua tendo, porque a rede é também fruto desse processo, de ir rompendo. Que bom que algumas pessoas já se abriram, já abriram o olhar, para que não fique na estagnação. Mas ainda é insuficiente.*

Um outro elemento que chamou a atenção em algumas entrevistas, e que merece destaque no processo de análise, é a falta de identificação e/ou pertencimento com a Rede Mandala. As entrevistadas Bianca (2023) e Carolina (2023) comentam um pouco sobre essa percepção.

*A gente tem uma representante no Conselho Gestor [CGA], na Rede Mandala, a gente participa das reuniões de GT de trabalho. Sempre tem alguém de nós ali. Eu vejo a Rede Mandala como nós mesmo. Mas eu vejo uma dificuldade dos nossos empreendimentos entender isso. Entendeu? Então, eu ainda acho que a maioria dos nossos empreendimentos não entendeu isso ainda [que a Rede Mandala são os próprios EES e não um ente externo]. Muitos entenderam a partir do momento que veio todo o equipamento do projeto rede [Termo de Fomento], mas os outros não entenderam ainda. Então é uma conversa e um desafio que ainda temos dentro da instituição Feira Permanente, pra arrumar isso ainda, vamos ver se conseguimos. E vamos conseguir, né, uma hora consegue (BIANCA, 2023).*

*É um pertencimento que ainda não é satisfatório. A identidade de rede ainda não é, ainda não se consolidou. E eu digo que cinco anos é pouco, é pouco pra uma assessoria a uma rede. Tem empreendimentos que são incubados por 10 anos e ainda não conseguem se manter sozinhos. Penso que precisava de mais empenho, de mais projeto pra essa rede se consolidar (CAROLINA, 2023).*

Além de serem necessários para que a Rede Mandala consolide sua identidade, Paulo (2023) comenta que mais projetos de fomento são importantes para a manutenção do caminhar da rede.

*Não ter um outro projeto [agora que o Termo de Fomento nº 857556/2017, acabou], desacelera a nossa incumbência. Quando a gente tinha o projeto, as pautas de todos os meses eram muito rápidas. 'Tem que fazer aquilo, tem o curso tal'. Hoje não tem mais nada. É como se tivesse amortizado. Isso nos preocupa, porque chega um momento que parece que a rede não existe.*

Conforme Martinho (2003), para que o trabalho em rede seja efetivo é necessário que haja sinergia e diálogo produtivo entre seus nós. O autor enfatiza que a conectividade e a comunicação representam o insumo necessário para a organização da rede como um todo, já que a diversidade e a dispersão espacial demandam um trabalho de profunda troca de fluxos formadores e reguladores, que possibilitam a manutenção da rede.

Além das dificuldades de organização, gestão e comunicação internas, o trabalhador Paulo (2023) ressalta a dificuldade da Rede Mandala na área de comunicação para os processos de comercialização dos EES.

*Nós precisamos muito aprender a lidar melhor com a comunicação. A comunicação que nós fazemos é péssima. Ela é de qualidade duvidosa, ela não chega nas pessoas [...] ainda mais quando você deriva para um horizonte muito grande de pessoas, [...] a gente não sabe quem a gente atende [...] a gente não consegue ter uma planilha, a gente não tem um sistema de gestão, um sistema mesmo, tecnológico, pra aferir esses dados, a gente se limita a uma planilha de Excel. É o que a gente consegue, mas ainda falível (PAULO, 2023).*

Confirmando que as dificuldades nos processos de comunicação prejudicam as experiências de comercialização, o trabalhador Tiago (2022), relata que

*a parte da comunicação [do EES] quando estava bombando, a produção tava rolando [acontecendo], porque tinha alguém na comunicação que fazia com que as vendas acontecessem. Então quando a pessoa da comunicação saiu, não adiantava mais produzir porque não ia vender. Então por isso que foi diminuindo a frequência [de comercialização]. Ainda rolava a produção, mas como não vendia tanto [nas redes sociais] a gente foi participar de feiras, só que as vendas nas feiras sempre foram baixas, nunca conseguimos se manter muito bem com as feiras.*

Percebe-se que, enquanto espaço de comercialização, as feiras se mostram insuficientes para os EES que atuam com prestação de serviços, que acabam demandando outras possibilidades e/ou espaços de exposição e comercialização. Conforme Paulo (2023)

*[...] outro desafio é superar a lógica de que nós só podemos vender produtos em feira, num local ali específico. A nossa venda, que é a venda dos nossos serviços, é outro processo, que é imaterial. Ele precisa ser dialogado para que as pessoas conheçam, saibam que existe, saiba que existe um entregador de produtos, mas também existe o prestador de serviço na área da jardinagem, na área da pintura, na área da cultura, na área da educação financeira, na área da contabilidade, na área da produção de um evento.*

Essa insuficiência de espaços adequados ao anúncio, à exposição e comercialização de produtos e serviços da Rede Mandala pode ser considerada um dos principais obstáculos para a viabilidade de seus EES. Conforme mencionado por Addor (2006), no terceiro capítulo desta dissertação, um dos grandes desafios da Ecosol no Brasil é a estruturação da comercialização.

Sobre a viabilidade econômica dos EES vinculados à Rede Mandala, os entrevistados Paulo (2023), Tiago (2022) e Fabiano (2022), relatam que:

*Outra coisa que nós temos como desafio é que, como nós não temos essa certeza financeira dos nossos empreendimentos, as pessoas migram para questões mais perenes, como um emprego, e quem nem sempre são os mais rentáveis, mas são os mais seguros, digamos assim. Às vezes tem um benefício, [...] então a pessoa volta ao mercado de trabalho, no emprego, porque é o que sustenta a sua família (PAULO, 2023).*

*A Economia Solidária tem relações mais saudáveis. A única desvantagem assim que eu vejo, é um pouquinho mais de insegurança financeira. Você não tem férias, férias remuneradas. Não tem décimo terceiro ou acerto [...] Então pra gente conseguir essas coisas, direitos dos trabalhadores, a gente tem que trabalhar e ir guardando por conta. Muitas vezes não é fácil, porque a gente tira dinheiro ali que vai dá meio que pra nossas contas do mês. Uma coisa que eu vejo que para as pessoas conseguirem ficar tranquilas*

*mesmo, os empreendimentos tem que tá bem estruturadas pra oferecer essas condições. Que não é a realidade do momento. A gente tá caminhando pra isso. Então essa esperança de que a gente vá se estabelecer bem é o que me move a continuar, né, que eu tenho esperança que é um caminho possível (TIAGO, 2022).*

*Pra nós enquanto movimento [MST/PR] e a própria CCA/PR, que assumiu essa tarefa pro movimento, se for colocar os números na ponta do lápis, ainda não é viável. A gente ainda pena bastante com esse processo [de comercialização] se tornar viável. Porque nós somos empreendimentos pequenos, né, a gente tá envolto a grandes empresas que desenvolve o comércio nos grandes centros. E aí pra nós chegar com os nossos produtos a gente não consegue ter escala, a gente não consegue fazer volumes grandes pra fazer esse projeto ser viável. Tipo, olhando politicamente, é um projeto belo, lindo, né. Fez nossos projetos se tornarem referência. Hoje a gente identifica nossos produtos em vários lugares, isso foi muito bom. Mas a questão viável a gente ainda tá longe disso acontecer (FABIANO, 2022).*

A partir das experiências dos entrevistados, nota-se que em algumas situações, pela incerteza financeira, o trabalho nos EES é temporário. Conforme Nardi (2007), muitas vezes o trabalho na Economia Solidária é acessado como uma forma temporária de garantir o sustento da família, enquanto oportunidades de ingresso ou retorno ao mercado formal não surgem. Isso nos faz compreender que nem sempre o trabalho nos EES é sinônimo de trabalho associado (TA) pois, apesar das limitações mencionadas no capítulo 2 desta dissertação, o TA refere-se ao esforço coletivo dos/as trabalhadores/as na instituição de um sistema de cooperação autônomo, diferente daquele experienciado nas unidades de trabalho capitalistas (ESTEVES, 2002). Ou seja, o TA se caracteriza pela recusa das relações de subordinação e pelo distanciamento do trabalho assalariado (ANJOS, 2012).

Outro elemento importante presente, sobretudo, nas citações da entrevista com o Tiago (2022), é a compreensão de que, assim como ocorre nas experiências de empreendedorismo fomentadas pelo capitalismo, muitos EES assumem para si o que Santana (2018) descreve como o risco do empreendimento e os encargos sociais a ele vinculados. Aqui cabe destacar que um dos caminhos pensados para solucionar a questão da informalidade dos EES foi a promulgação da Lei Federal n.º 12.690, de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, mas que possibilitou poucos avanços para a Ecosol.

De acordo com Pita (2021), a Lei Federal n.º 12.690 não ofereceu contribuições para o fortalecimento das iniciativas da Ecosol. Para a autora, “reconhece-se nela muito mais o esforço do legislador de deslegitimar e punir as

‘falsas’ cooperativas (as chamadas cooperergatos)<sup>109</sup>” (p. 351), do que a efetivação de uma forma jurídica compatível com as peculiaridades de empreendimentos produtivos e autogestionários e com “as lutas por novos horizontes das relações de produção” (p. 352). Vale dizer que a questão da informalidade não repercutiu nas falas do entrevistado Fabiano, representante de uma “redinha” do campo, a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná – CCA/PR.

Pita (2021) também destaca que, no Brasil, os avanços na estruturação de um marco jurídico próprio para a Ecosol<sup>110</sup> ainda são tímidos e incapazes de refletir a realidade e as necessidades das iniciativas de trabalho popular associado. De acordo com SENAES-MTE (2012) apud Pita (2021),

do ponto de vista do reconhecimento, da formalização e do tratamento tributário adequado aos EES, a atual legislação está ultrapassada e reduz experiências variadas de ES [Ecosol] a determinadas formas legais que não consideram nem reconhecem a diversidade das organizações, além de impedir, na prática, o funcionamento de algumas delas.

Com relação às vantagens do trabalho na Rede Mandala, os/as entrevistados/as mencionam aspectos relacionados ao reconhecimento da rede, ao exercício da autogestão, à liberdade e à construção de vínculos. Nesta ordem, os/as trabalhadores/as Carolina (2023), Paulo (2023) e Tiago (2022) compartilham as seguintes contribuições:

*Eu penso que, mesmo as entidades de apoio tendo enfraquecido um pouco seu assessoramento, a rede tem atraído novos empreendimentos, tem atraído novas parcerias. Ela conseguiu nesse período de cinco anos criar uma identidade, que é uma identidade conhecida, eu até arrisco dizer que nacionalmente. A identidade da rede, num período de cinco anos ela conseguiu isso (CAROLINA, 2023).*

*Se você me perguntar quais são as vantagens de ter uma coordenação colegiada, as vantagens são de que o mando, o comando, e a atividade é colegiada e a autogestão é um bom fórum de exercício do poder. E como a Economia Solidária é, prega, que tem o princípio da autogestão como referência, ali é um bom espaço de interação, de perspectiva, de votação de coisa, de amadurecimento de qual é o nosso papel, de tensões com relação à cobrança [...] Tem gente que volta pra Economia Solidária, porque percebe que aqui é o melhor jeito de viver, de se respeitar. Às vezes não ganha o melhor no ponto de vista financeiro, mas ganha o melhor em saúde, em saúde mental, em tempo, em liberação, que quando tá no*

<sup>109</sup> De acordo com Pita (2020), as “falsas” cooperativas representam simulações destinadas ao descumprimento de direitos trabalhistas.

<sup>110</sup> Em nível nacional os avanços legislativos relacionados à Ecosol se desenham com base no Projeto de Lei n.º 6.606/2019 (numeração original: PL 4.685/2012), que ainda está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro.

*emprego não consegue. São vários os exemplos de pessoas que testemunham isso (PAULO, 2023).*

*Eu não quero tá registrado numa empresa, de maneira alguma. Se eu puder eu fico na Economia Solidária. Então a gente busca a questão do ganho financeiro pra poder se manter na Economia Solidária, pra não ter um patrão ali. Quando a gente trabalha numa empresa a gente fica só ali, tem o dia certinho, o horário, tá dedicando todos seus esforços ali naquela empresa, tem pouco tempo pra você. Já na Economia Solidária você consegue conciliar mais os teus horários, as tuas coisas, ter um tempo pra você tratar das suas individualidades. Se você não puder ir trabalhar no dia é mais compreensível, você não vai perder o seu emprego. Então tem um diálogo melhor entre os coletivos, o pessoal compreende. A gente consegue manejar melhor as coisas, não fica uma escravidão. Então, com certeza, em questão de trabalho e de vida, é muito melhor tá na Economia Solidária, por mais que gente muitas vezes não tenha o rendimento certo ali [...] a gente vai criando vínculos com quem a gente trabalha, vai criando amizades. E a gente sabe que a gente tá participando de algo coletivo, maior, né. Eu sei que a gente tá conectado com outro, com outro, com outro e que em alguns momentos a gente se reúne. Então gera esse senso de união. [...] quando a gente tá num trabalho mais individual, por exemplo quando eu tava trabalhando [empregado] na chácara, eu me sentia muito isolado, muito sozinho, sem muita perspectiva (TIAGO, 2022).*

Ao aproximar as reflexões levantadas ao longo deste capítulo com as informações apresentadas no Quadro 9, adaptado de Foguel (2009), sobre as principais vantagens e desafios do trabalho em rede, nota-se que a Rede Mandala compartilha determinadas vantagens, como: o fortalecimento dos parceiros através da integração e compartilhamento de objetivos; a capacitação técnica conjunta; a maior credibilidade organizacional e; a construção coletiva e colaborativa de conhecimento, gerando também o aprendizado mútuo. Já os desafios compartilhados, são: a manutenção do interesse e comprometimento dos atores que participam da rede; o estabelecimento de estratégias que fomentem e motivem a participação e colaboração dos membros; a superação da fragmentação e a construção de uma identidade coletiva para a rede; a conquista da credibilidade é um desafio para o comitê gestor/moderador da rede e; a dependência de um bom sistema de comunicação poderá afetar as articulações e fluxos na rede.

Visto isso, as vantagens e desafios mencionados pelos/as entrevistados/as pouco apontaram questões relacionadas ao que Fischer e Tiriba (2009) destacaram como características do TA, como a apropriação coletiva dos meios de produção, a distribuição igualitária dos frutos do trabalho e a gestão democrática das decisões quanto ao uso dos excedentes e aos rumos da produção; o que demonstra um caráter restrito ao que se refere o TA.

## 6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Resgatando o objetivo desta pesquisa, que foi compreender como a Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade contribui para o fortalecimento do trabalho associado dos/as seus/suas trabalhadores/as, constatou-se que apesar da Rede Mandala reunir trabalhadores/as em torno de um objetivo comum, que é a integração campo e cidade, tal fato ainda é incipiente e não representa a consolidação de uma identidade coletiva. Com relação ao que é central na Rede Mandala, pode-se afirmar que não se trata do TA e sim do fortalecimento dos EES e a construção de alternativas de comercialização e oferta de serviços, que integrem campo e cidade e respeitem os processos organizativos democráticos.

Esta dissertação também constatou que os EES que compõem a Rede Mandala ainda convivem com dificuldades relacionadas à viabilidade econômica, à formalização jurídica e demandam processos formativos contínuos, demonstrando o caráter imprescindível de políticas públicas no campo da Ecosol. Todavia, vale destacar que a rede vem possibilitando processos participativos, democráticos, solidários e autogestionários entre seus/suas integrantes, além de contribuir no fortalecimento da dimensão econômica – geração de trabalho e renda – no Paraná (evidenciado na seção 5.3).

Compreende-se que este trabalho apresenta três principais contribuições teóricas. A primeira contribuição teórica é o levantamento de estudos relacionados à temática das redes que interagem com o campo teórico da Ecosol, realizado no capítulo 4. Esse processo foi importante e necessário, pois grande parte dos estudos relacionados às Redes Solidárias, normalmente tratam as redes de maneira complementar, sem detalhar seus fundamentos, suas tipologias e características. Em muitos casos, as redes são abordadas a partir de um único recorte, o de produção e comercialização, limitado aos processos que desembocam na constituição de cadeias produtivas.

A segunda contribuição teórica é a sistematização das informações do Relatório Geral do CADSOL de 2018, disponibilizado pela Comissão Especial CADSOL – Paraná. Conforme destacado na seção 3.2 desta dissertação, o último Mapeamento da Economia Solidária no Brasil foi realizado somente entre 2009 e 2013. Após o processo de desmonte da política nacional de Ecosol, vivenciada nos últimos anos, além da impossibilidade da realização de novos mapeamentos, o

Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi extinto e as informações que eram abertas à consulta foram retiradas da plataforma do Governo Federal. Dessa maneira, existe uma carência de dados estatísticos atualizados sobre a Ecosol e seus EES.

A terceira contribuição teórica se trata do estudo de caso de uma experiência recente de Rede Solidária, fomentada a partir de recursos públicos aportados à SENAES pouco antes do seu desmonte, com foco nas próprias experiências e percepções dos/as trabalhadores/as envolvidos/as. Cabe destacar que os elementos apresentados a respeito da Rede Mandala, capítulo 5 da pesquisa, podem contribuir com diferentes estudos no campo da Ecosol, pois aborda uma multiplicidade de trajetórias, áreas de atuação, territórios, etc. Além disso, é importante lançar luz nas experiências inéditas e populares que a Rede Mandala tem proporcionado, como o curso de gestão compartilhada para EES e o próprio livro de sistematização da história da rede, ambos construídos pelas mãos das pessoas que vivenciam diretamente a Rede Mandala.

Assume-se também que esta dissertação apresenta três contribuições práticas. A primeira contribuição é a partilha de conhecimentos que poderão subsidiar inúmeras formações (rodas de conversa, oficinas, cursos, etc.) para os/as trabalhadores/as da Ecosol. Como pode ser observado no capítulo 5 desta dissertação, os EES ainda convivem com diversos desafios (incluindo a reprodução de contradições do mercado capitalista) e demandam processos formativos contínuos e permanentes. A segunda contribuição é a possibilidade desse trabalho subsidiar os diálogos de aperfeiçoamento da própria Rede Mandala, como uma espécie de diagnóstico. Já a terceira contribuição, é a possibilidade de a pesquisa ser utilizada para auxiliar a criação de processos de fortalecimento e constituição de outras Redes Solidárias.

Com relação às limitações desta pesquisa, uma delas foi a ausência de informações sistematizadas sobre o perfil dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala. Outra limitação foi o desconhecimento sobre trabalhos e/ou relatos que apontem para as primeiras articulações de Redes Solidárias no Brasil, incluindo as que não pertencem à Ecosol.

Por fim, percebo como possíveis temáticas para estudos futuros envolvendo a Ecosol e/ou as Redes Solidárias: perfil socioeconômico dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala; experiências de Redes Solidárias; cronologia das Redes Solidárias

brasileiras; impacto do MEI e outras ferramentas do empreendedorismo nos EES; relação entre MEI, associação, cooperativa e marco legal da Ecosol; aprofundamento dos dados do Relatório Geral do CADSOL de 2018; leis e programas de fomento à Ecosol no Paraná.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. O futuro do trabalho é aqui: uberização, autogerenciamento subordinado e modos de vida periféricos. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2021.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1 esp, 2007, p. 8–19.
- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016a.
- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016b.
- ADDOR, Felipe. **Desafio da Economia Solidária no Brasil**: uma sistematização da literatura existente. Rio de Janeiro: SOLTEC - UFPR, 2006.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 9. Ed. São Paulo: Brasilense, 2012.
- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.
- ANJOS, E. G. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. 2012. 212 f. Tese (Doutorado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boi Tempo, 2009.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. *In*: **Revista Perseu**: história, memória e política, São Paulo, Ano 11, n. 13, p. 231-249, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>. Acesso em: 13 set. 2020.
- ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. *In*: CATTANI, D. (Org.). **A outra economia**. 1. Ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- AZEVEDO, V. *et al.* Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. **Revista de Enfermagem** Referência, série IV, n. 14, 2017, p. 159-167.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEATRIZ, M. Z. **Economia Solidária: os caminhos da autonomia coletiva**. Curitiba: Juruá, 2012.

BEATRIZ, M. Z. História da organização política da Economia Solidária no Brasil. *In*: CARNEIRO, G. *et al.* **Gestão compartilhada para empreendimentos econômicos solidários**. Curitiba: Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA, 2020, p. 49-52.

BEATRIZ, M. Z. O fio que tece a história. *In*: BEATRIZ, M. Z. *et al.* **Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade**. 1. Ed. Curitiba: InVerso Editora, 2023, p. 33-46.

BEATRIZ, M. Z.; CARNEIRO, G. *et al.* O fio que tece a história – 2º parte. *In*: BEATRIZ, M. Z. *et al.* **Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade**. 1. Ed. Curitiba: InVerso Editora, 2023, p. 47-61.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRASIL. Lei-Decreto nº 5452, de 01 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**. 1. Ed. Rio de Janeiro, RJ, 1943.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. **Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Portaria MTE nº 1780/2014. **Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)**. Brasília, 2014.

BRASIL. **1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015-2019**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. **Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Reforma Trabalhista**. Brasília, DF, 2017.

CÂNDIDO, G. A.; ABREU, A. F. Os Conceitos de Redes e as Relações Interorganizacionais: um estudo exploratório. **Anais XXIV Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Florianópolis: ANPAD, 2000.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARLEIAL, L. Economia Solidária e Informalidade: Pontos de Aproximação, Propriedade Conceitual e “Novos” Desafios para a Política Pública. *In: ANAIS XI CONGRESSODA FIEALC*. Osaka, 2003.

CARNEIRO, G. Apresentação. *In: CARNEIRO, G. et al. Gestão compartilhada para empreendimentos econômicos solidários*. Curitiba: Cefuria - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, 2020, p. 17-30.

CARNEIRO, G. As lutas da cidade. *In: BEATRIZ, M. Z. et al. Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade*. 1. Ed. Curitiba: InVerso Editora, 2023, p. 77-96.

CARNEIRO, G.; BEZ, A. **Clubes de Troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história. 2. Ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular - Cefuria, 2011.

CARNEIRO, G.; PEQUENO, L. A.; BEATRIZ, M. Z. Apresentação. *In: BEATRIZ, M. Z. et al. Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade*. 1. Ed. Curitiba: InVerso Editora, 2023, p. 18-20.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade local com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, D. P. **Economia Solidária e Tecnologia Social**: a apropriação pelos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários do Cirandas.net. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CATANI, A. M. **O que é Capitalismo**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S. A.; MORAIS, L. P. Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina e a experiência da Senaes no Brasil (2004-2019). **Revista Outra Economía**, [S.L.], v. 14, n. 25, 2021, p. 76-95.

CUNHA, G.; SANTOS, A. M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. *In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Org.). Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina, 2011.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Dossiê - Trabalho associado: gestão democrática e mudança social. **Observatorio Social Sobre Empresas Recuperadas y Autogestionadas**, Buenos Aires (AR), v. 1, n. 1, 2009, p. 1-10.

ESTEVEES, E. G. Emprego versus trabalho associado: despotismo e política na atividade humana de trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S.L.], v. 5, 2002, p. 51-56.

FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. J. B. A Economia Solidária no Governo Federal: intersetorialidade, transversalidade e cooperação Internacional. *In*: BENINI, E. A. *et al.* (Org.). **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. Vol. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 413-425.

FELICI, I. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL**, n. 8/9, Campinas, 1998, p. 9-65.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. Edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, F. M. *et al.* Políticas Públicas de Economia Solidária: uma revisão da literatura. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, [S.L.], v. 5, n. 1, 2019, p. 49-69.

FERRO, L. F.; FRANZOLOSO, C. L. S.; BURNAGUI, J. G. Redes de economia solidária. **Revista de Estudos Universitários - Reu**, [S.L.], v. 46, n. 2, 2020, p. 469-495.

FISCHER, M. C.; TIRIBA, L. Saberes do trabalho associado. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia: série políticas sociais**. Coimbra: Almedina, 2009.

FOGUEL, F. H. S. **Redes de Colaboração Solidária: um estudo sobre a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras - Fortaleza/CE**. 2009. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Documento Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Luziânia, 2008. Disponível em: <https://www.economiasolidaria.org/recursos/biblioteca-informe-final-de-iv-plenaria-nacional-de-economia-solidaria-brasil/>. Acesso em: 13 set. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 13 set. 2020.

FRAGA, L. Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento. *In*: BENINI, E. A. *et al.* (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária**. Vol. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 101-123.

FRANÇA FILHO, G. C. ESCLARECENDO TERMINOLOGIAS: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, Ano III, n. 5, 2001, p. 52-60.

FRANÇA FILHO, G. C. A perspectiva da Economia Solidária. *In*: FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FURTADO *et al.* **Redes Solidárias: experiências no campo da Economia Solidária**. São Paulo: EDUC, 2021.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo (RS): Oikos, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONÇALVES, D. M. **Liberdade Substancial: pressuposto para o surgimento de tecnologias sociais em empreendimentos de economia solidária?** 2017. 201 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2017.

HEMASAKI, A. M. *et al.* **Documento base: conferência estadual de economia solidária do Paraná – economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. Curitiba: UFPR, 2006.

IASKIO, E. L. S. O que é Economia Solidária? *In*: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (Org.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC UFPR, 2007, p. 49-66.

ICAZA, A. M. S. Movimento Social. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia: série políticas sociais**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 260-264.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, 1999, p. 115-141.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desemprego**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 15 ago. 2022.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, 2000, p. 35-45.

LANG, M. Alternativas ao Desenvolvimento. *In*: DILGER, G. *et al.* (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

LAPORTE, A. L. **Encantar a vida com as redes de colaboração solidárias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *In*: **ANAIS II SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES**. Unicamp, 2002.

LEITE, M. P. A Economia Solidária, sua teorização e os desafios da prática no Brasil. *In*: LEITE, M. P.; ARAÚJO, A. M.; LIMA, J. C. (Orgs.) **O Trabalho na Economia Solidária**: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015.

LEITE, M. P.; LINDÔSO, R. O. **Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia**: o desmascaramento de uma ideologia. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCAR*, [S.L.], v. 11, n. 3, 2021, p. 791-820.

LÉON, O.; BURCH, S.; TAMAYO, E. **Movimientos Sociales en La Red**. Quito (Peru): ALAI, 2001.

LIMA, S. P. **A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária**: um estudo de caso. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIMA, S. A.; MORETTI, L. L. Redes Solidárias: a organização dos empreendimentos econômicos solidários, desafios do presente e os caminhos para o futuro. *In*: FURTADO, O. *et al.* (Orgs.). **Redes Solidárias**: experiências no campo da Economia Solidária. São Paulo: EDUC, 2021.

LINSINGEN, I.; BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V. O que é ciência, tecnologia e sociedade? *In*: LINSINGEN, I.; BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V (Eds.). **Introdução aos estudos CTS**: ciência, tecnologia e sociedade. Espanha: OEI, 2003, p. 119-156.

LIPNACK, J.; STAMPS, J. **“Rede de Informações”**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. *In*: FISHER, T. (Org.). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 53-68.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, E. A. Economia Solidária: um novo paradigma? *In: SEMINÁRIO REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA – CONSTRUINDO UMA NOVA SOCIEDADE*. Curitiba, 2000.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária**. Aspectos econômico-filosófico: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. *In: CATTANI, A. D. et al. Dicionário Internacional da Outra Economia*: série políticas sociais. Coimbra: Almedina, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINHO, C. Algumas palavras sobre Rede. *In: SILVEIRA, C. M.; DA COSTA REIS, L. (Orgs.). Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001, p. 24-30.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas de conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MARTINS, G. Nem Empregabilidade, nem Empreendedorismo: crítica às soluções contemporâneas ao desemprego. *In: MONTAÑO, C. (Org.). O Canto da Sereia*: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014, p. 228-266.

MEDEIROS, A. *et al.* **Economia Solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

MONTAÑO, C. **O Canto da Sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014, p.16-46.

MONTAÑO, C.; DURIGUETO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTERO, M. **Teoría y Prática de la Psicología Comunitária**: la tension entre comunidade y sociedade. Buenos Ayres: Paidós, 2003.

NARDI, H. C. Subjetividad y economia solidaria: desafios para la constitución de sí em la inestabilidad de la supervivência cotidiana. *In: VERONESE, M. (Org.). Economía solidaria y subjetividade*. Buenos Aires: Altamira, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, E. F. Economia solidária: alternativa ao sistema capitalista. **Brasil Debate**. 2014. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/economia-solidaria-alternativa-ao-sistema-capitalista/>. Acesso em: 04 maio 2023.

OLIVIERI, L. **A importância histórico-social das Redes**. Porto Alegre: Comitê Gaúcho do Fórum Social Mundial, 2003.

PEDRINI, D. M.; OLIVEIRA, A. L. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, v. 7, n. 1, 2007, p. 111-133.

PEQUENO, L. A. Articulações e Organicidade da Rede Mandala. *In*: BEATRIZ, M. Z. *et al.* **Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade**. 1. Ed. Curitiba: InVerso Editora, 2023, p. 135-148.

PEQUENO, L. A.; CARNEIRO, G. Quem são as oito redes da Mandala? *In*: BEATRIZ, M. Z. *et al.* **Rede Mandala: Economia Solidária Entrelaçando Campo e Cidade**. 1. Ed. Curitiba: InVerso Editora, 2023, p. 97-134.

PINTO, A. V. Por que os ricos não fazem greve? *In*: PINTO, A. V.; SILVEIRA, Ê. **Cadernos do Povo Brasileiro**, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1962.

PITA, Flávia Almeida. O DIREITO IMPORTA: o marco legal da economia solidária no Brasil. **Revista da Abet**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 346-372, 20 jan. 2021. Portal de Periódicos UFPB.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Receita Federal (BRASIL). **Simples Nacional: Índice de Inadimplência - MEI**. 2022. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>. Acesso em: 10 set. 2022.

REIS, T. A.; MEIRA, L. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. *In*: **ANAIS XXIX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD**, Brasília, 2005.

RIBEIRO, B. A. Expansão da Economia Solidária no Sul do Brasil. **REDES - Revista Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, 2013, p. 21-42.

RIBEIRO, L. S. **As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Produção do Conhecimento: uma análise crítica do conhecimento científico no âmbito das itcps**. 2021. 204 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em

Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

RIBEIRO, L. S. BEATRIZ, M. Z. Quem são os(as) agentes que constroem o arcabouço teórico do campo economia Solidária? O que a análise de tal categoria revela sobre a produção de conhecimento no âmbito das itcp's? *In*: PANIAGUA, C. E. S. (Org.). **Ciência, Tecnologia e inovação**: a nova produção do conhecimento 2. Ponta Grossa: Editora Atena, 2021, p. 277-290.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVERE, M. R. **Redes en salud**: un nuevo paradigma para el abordaje de las organizaciones y la comunidade. Argentina: Secretaría de Salud Pública/Amr, Instituto Lazarte, 1998.

SANTANA, J. C. **A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA IMPOSSIBILIDADE COMO MOVIMENTO TRANSFORMADOR SOCIAL NO CAPITALISMO**. 2018. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHLITHLER, C. R. B. **Redes de Desenvolvimento Comunitário**: iniciativas para a transformação social. 1. Edição. São Paulo: Global, 2004.

SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In*: BENINI, E. A. *et al.* (Org.). Vol. 1. **Gestão pública e sociedades**: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 443-452.

SCHÜTZ, R. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? *In*: Le Monde Diplomatique Brasil (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008, p. 19-52.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Estudo de mercado**: entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Painel de empresas**. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, A. V. **Economia Solidária**: uma estratégia política de desenvolvimento. 2010. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, M. G.; ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S. “Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 15, n. 1, 2012, p. 95-111.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. Ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, R. F.; SILVA, S. P. **Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil**: análise da trajetória do PL nº 4.685/2012. Brasília: Ipea, 2015.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

SINGER, P. Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária. *In*: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SINGER, P. SENAES: uma experiência brasileira de política de economia solidária. *In*: FRANÇA FILHO, G. C. *et al.* **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 201-206.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006, p. 20-45.

SOUZA, M. I. **CadSol**. 2016. Disponível em: <https://cirandas.net/fesdfe/cadsol>. Acesso em: 24 fev. 2023.

União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - UNICOPAS; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Documento Final da VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/2023/03/27/documento-final-da-vi-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 13 abril 2022.

VARSAVSKY, O. **Ciencia, Política y Cientificismo**. Centro Editor de América Latina, 1969.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30, v.79, 2017, p. 89-104.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

WELLEN, H. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WIRTH, I.; FRAGA, L.; NOVAES, H. T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da Economia Solidária. *In*: BATISTA, E.; NOVAES, H. T. **Trabalho, educação e reprodução social**: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2011, p. 191-218.

YIN, R. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Trad.: Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad.: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZANCHET, M. S. **Características dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná**. Paraná: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2008.

## APÊNDICE A – Guia para entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade teve um guia curto e flexível com 5 tópicos principais, elaborados em concordância com o objetivo geral desta dissertação, e a partir do quadro teórico-metodológico adotado, para direcionar o diálogo com o/a participante.

Os tópicos norteadores da entrevista foram:

- 1. Informações gerais:** identificação da/o participante, idade, empreendimento, município onde trabalha e/ou reside;
- 2. Trajetória de trabalho:** quando começou a trabalhar, em que condições e como acessou a Economia Solidária;
- 3. Cotidiano no Empreendimento Econômico Solidário:** o que produzem, de que maneira e sob quais princípios;
- 4. Atuação em rede:** como se dá as relações entre os grupos, nas associações ou nas cooperativas (“redinhas”), na Rede Paranaense de Economia Solidária (Rede Mandala) e com outras organizações;
- 5. Percepção e atuação da/na Rede Mandala:** como os/as trabalhadores/as definem e organizam/gerenciam a experiência da rede, o que mudou após a sua constituição, quais seus desafios, vantagens e aprendizados acumulados.

## **APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)/ Termo de consentimento para uso de imagem e som de voz (TCUISV)**

**Título da pesquisa:** REDES SOLIDÁRIAS: UM ESTUDO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS/AS TRABALHADORES/AS DA REDE MANDALÁ - REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO CIDADE

### **Pesquisadoras responsáveis pela pesquisa, com Endereços e Telefones:**

Professora Dra. Marilene Zazula Beatriz, endereço: Avenida Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, CEP 80230-901. Curitiba- PR, Brasil. Telefone: 41-3310-4545.

Mestranda Rayane Souza Costa, endereço: Rua Santo Agostinho, 305, Cajuru, CEP 82900-310, Curitiba, Paraná, Brasil. Telefone: 41-98400-328.

Psicóloga Jamile Rafaela do Nascimento, endereço Avenida João Gualberto, 1673, sala 24, Curitiba PR. Telefone: 41-99712-2400

**Local de realização da pesquisa:** Esta pesquisa será realizada em locais seguros definidos pelas/os entrevistadas/os ou em modo remoto, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*.

## **A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE**

### **1. Apresentação da pesquisa.**

Olá! Gostaríamos de te convidar para participar de uma pesquisa! A pesquisa é sobre Economia Solidária e a formação de empreendimentos e redes de cooperação. Nos próximos tópicos serão apresentadas mais informações.

Se você está se perguntando “*mas, o que é uma pesquisa?*”, nós esclarecemos que a pesquisa é um tipo de investigação, uma forma de adquirir conhecimento. Se você está curioso sobre algo ou quer resolver problemas específicos, você pode investigar para saber mais, avaliar ou buscar soluções. Existem várias maneiras de pesquisar, você pode acessar a internet, ler livros e revistas e até fazer perguntas as pessoas. No caso da pesquisa a qual você está sendo convidada/o, ela será realizada através de entrevistas em profundidade. Nesse tipo de entrevista, ao invés de realizarmos perguntas nós vamos levantar alguns tópicos que possam ser discutidos.

Em caso de qualquer dúvida sobre o que estiver escrito aqui ou qualquer outra coisa relacionada à pesquisa, é só perguntar para a pesquisadora Rayane (contato no final da página), que ela vai te responder. Tudo certo? E não se esqueçam: você só

participa se quiser! Você também pode deixar de participar da pesquisa, em qualquer momento; perguntar e ter respostas sobre qualquer assunto relacionado à pesquisa e ver todos os resultados da pesquisa.

Se você aceitar participar, precisa assinar este documento para provar que aceitou.

## **2. Objetivos da pesquisa.**

Compreender como a Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade contribui para o fortalecimento do trabalho associado de seus/suas trabalhadores/as.

## **3. Participação na pesquisa.**

A entrevista será realizada presencialmente e é prevista para durar aproximadamente uma hora e meia (01 hora e 30 minutos). Em caso de adoecimento da pesquisadora ou participantes, ou decretos municipais/estaduais que restrinjam o deslocamento na cidade, as entrevistas serão virtuais e gravadas, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*. A entrevista será agendada mediante contato pelo endereço de e-mail ou telefone registrado neste formulário, em dia e horário de sua disponibilidade e ocorrerá em local seguro definido pela/o participante (residência, sede de alguma cooperativa, associação ou entidade apoiadora etc), incluindo a plataforma *Google Meet*, disponibilizada pela pesquisadora responsável. Em caso de entrevistas remotas/virtuais pedimos para que você esteja com acesso a um computador ou smartphone com internet e, caso tenha alguma dificuldade de acesso, falar com a pesquisadora Rayane para que ela possa auxiliar no que for possível.

Caso seja de seu interesse, você pode solicitar acesso aos tópicos que serão abordados na entrevista (mas somente depois que tenha dado o seu consentimento, tá bem?). Mas fique tranquila/o, não existem respostas certas ou erradas. Além disso, você poderá se recusar a responder qualquer uma das perguntas que lhe cause algum tipo de constrangimento, interromper a entrevista a qualquer momento ou mesmo desistir de participar na pesquisa.

## **4. Confidencialidade.**

As informações dessa pesquisa, desde a coleta até a análise de dados, ficarão guardadas sob a responsabilidade das pesquisadoras. Os dados relevantes serão publicados após o devido tratamento e respeitando o sigilo ético. A identidade dos/as participantes será referenciada apenas pela inicial E e um código numérico estabelecido de acordo com a ordem das entrevistas (exemplo: E03). Outra coisa: as entrevistas terão o áudio e/ou vídeo gravadas, mas as gravações também não

serão divulgadas! Elas ajudarão as pesquisadoras a não perder nenhuma informação importante que tenha sido dita durante a atividade.

É muito importante que você, como participante, guarde em seus arquivos pessoais uma cópia dos registros que serão enviados ao seu endereço de *e-mail* registrado. Ter este documento em mãos é uma forma de assegurar seus direitos quanto à participação na pesquisa.

## 5. Riscos e Benefícios.

**5a) Riscos:** durante as entrevistas presenciais há o risco de contaminação de COVID-19 e para reduzir o risco serão adotadas as seguintes medidas:

- Disponibilização e uso de máscara PFF2 durante toda a entrevista;
- Disponibilização de frasco individual de álcool em gel 70 para participantes;
- Realização das entrevistas somente em locais abertos e arejados;
- Distanciamento social de 1,5 metros;
- As entrevistas terão duração máxima de 1 hora e 30 minutos;
- Não haverá, de forma alguma, aglomeração de pessoas em decorrência da pesquisa em questão.

Em caso de entrevistas não presenciais, existem riscos característicos do ambiente virtual e dos meios eletrônicos em função das limitações das pesquisadoras para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Para preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa, as pesquisadoras tomarão as seguintes medidas:

- os convites a participação da pesquisa serão encaminhados através de “lista oculta”, para garantir que a mensagem tenha apenas um remetente e um destinatário, impedindo que os dados de contato das/os possíveis entrevistadas/os sejam visualizados por terceiros.
- concluída a coleta de dados (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)/ Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Som de Voz (TCUISV) e gravações das entrevistas), as pesquisadoras responsáveis irão realizar o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Além dos riscos relacionados à COVID-19 e ao ambiente virtual, há também riscos presentes nas duas modalidades de pesquisa (presencial ou virtual) relacionados a possíveis constrangimentos e desconfortos com as perguntas. Nesses casos as medidas tomadas serão:

- Todas as entrevistas serão iniciadas com ênfase na responsabilidade e disponibilidade da pesquisadora em responder qualquer tipo de dúvida relacionada à pesquisa;

- Será constantemente enfatizado que toda e qualquer participação na pesquisa é voluntária, não obrigatória e possível de desistência, sem qualquer tipo de penalidade ou de descontentamento por parte da pesquisadora;
- Em casos de relatos que culminem em mal-estar emocional ou psíquico, não será insistido que os entrevistados retornem assuntos que não queiram partilhar, além disso, a/o entrevistada/o será lembrada/o que pode pedir por encaminhamento para atendimento psicológico com a profissional devidamente credenciada comprometida com esta demanda através de declaração de colaboração técnica (a saber: Jamile Rafaela do Nascimento - CRP-08/21250).

**5b) Benefícios:** Esta pesquisa pode colaborar com o processo de autoanálise sobre a realidade vivida, não só individual, mas também coletiva. Com relação aos processos individuais, ela poderá propiciar uma autorreflexão sobre o trabalho das/os entrevistadas/os nos empreendimentos econômicos solidários ao qual fazem parte, propiciando observações em torno das potencialidades, incongruências e desafios a serem enfrentados. Já na perspectiva coletiva, poderá desvendar tópicos ainda não, ou pouco, debatidos dentro e a respeito do movimento da Economia Solidária, seja pela sua não visualização ou pela novidade, como é o caso das mudanças ocasionadas pela pandemia da Covid-19.

## **6. Critérios de inclusão e exclusão.**

**6a) Inclusão:** Pessoas com mais de 18 anos, membros dos Empreendimentos Econômicos Solidários que compõem a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade. Nas entrevistas em modalidade presencial, pessoas comprometidas a respeitar as medidas de minimização dos riscos de transmissão da Covid-19. Caso a entrevista ocorra na modalidade virtual, pessoas que tenham acesso a equipamentos (computador ou smartphone) com acesso à internet.

**6b) Exclusão:** Empreendimento Econômicos Solidários inativos e pessoas que não estejam devidamente cadastradas<sup>111</sup> na rede paranaense de Economia Solidária campo-cidade estudada.

## **7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.**

Sua participação é voluntária e protegida sob sigilo, sendo assim tem o direito de sair da pesquisa a qualquer momento, e também tem a liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem nenhum tipo de penalização.

---

<sup>111</sup> Ao ingressarem na rede campo-cidade as pessoas preenchem uma ficha de cadastro de usuário.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber a dissertação resultante da pesquisa, caso seja de seu interesse:

(  ) quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio : \_\_\_\_\_)

(  ) não quero receber os resultados da pesquisa

## **8. Ressarcimento e Indenização.**

A participação nessa pesquisa não terá nenhum custo e nem ganho financeiro, por isso não haverá ressarcimento. Ou seja, você não vai nem ganhar dinheiro, nem perder dinheiro por conta dela. Porém, caso haja algum dano material e/ou moral durante a realização da mesma, haverá indenização por parte das pesquisadoras, conforme previsto na legislação brasileira.

## **ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:**

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informada/o ou que você está sendo prejudicada/o de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR).

**Endereço:** Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo,  
Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** (41) 3310-4494, **e-mail:** coep@utfpr.edu.br.

## **B) CONSENTIMENTO**

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionada este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores responsáveis obtenham **fotografia, filmagem ou gravação de voz** de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. As fotografias, vídeos e gravações de voz ficarão sob guarda

e propriedade dos pesquisadores responsáveis pelo estudo. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

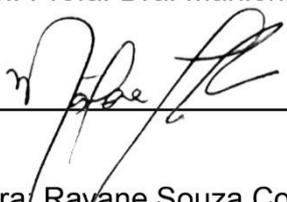
Assinatura:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

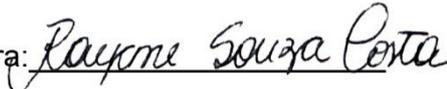
Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Marilene Zazula Beatriz

Assinatura pesquisadora:  \_\_\_\_\_

Data: / /

Pesquisadora colaboradora: Rayane Souza Costa

Assinatura pesquisadora:  \_\_\_\_\_

Data: / /

Equipe de pesquisa: Psicóloga Jamile Rafaele Nascimento

Assinatura colaboradora técnica:  \_\_\_\_\_

Jamile Nascimento  
Psicóloga  
CRP 08721250

Data: / /

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Rayane Souza Costa, via e-mail: rayanessc@gmail.com

ou telefone: 041984003284.

**Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:**

Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

**Endereço:** Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** 3310-4494, **E-mail:** [coep@utfpr.edu.br](mailto:coep@utfpr.edu.br).

## APÊNDICE C – Autorização para uso do nome da Rede Mandala

### AUTORIZAÇÃO PARA USO DO NOME DA ORGANIZAÇÃO

O Comitê Gestor Ampliado (CGA), instância máxima de decisões da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala), deliberou no dia 27 de maio de 2023, que **RAYANE SOUZA COSTA**, estudante do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE-UTFPR), orientada pela Prof. Dra. MARILENE ZAZULA BEATRIZ, está autorizada a utilizar o nome da rede em questão, e de suas redinhas integrantes, em toda sua dissertação, intitulada "**CONHECER A REALIDADE PARA TRANSFORMÁ-LA: O OLHAR DOS ATORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO**". O CGA está ciente de que a pesquisa está sendo realizada com integrantes dos empreendimentos econômicos solidários vinculados à Rede Mandala, de que o trabalho está seguindo a Resolução 466/2012 (CNS) e complementares e de que haverá alteração no título da dissertação.

Caso necessário, a coordenação da Rede Mandala se coloca à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Integrante da Coordenação da Rede Mandala:**

Tania Mara Jurbanski das Santos *Tania@Gaulos*

Telefone: (41) 98423-9013 Email: taniajurbanski@hotmail.com

**Testemunha 1:**

Pedro Luiz de J. Moreira

Telefone: 11 995238346 Email: PEDRO-DILUZ@GMAIL.COM

**Testemunha 2:**

Anna Clara Cabral Nunes

Telefone: (41) 9 9752 3817 Email: annah200@gmail.com

## ANEXO A – Carta de princípios da Rede Mandala



### REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO-CIDADE REDE MANDALA

*- Carta de Princípios -*

#### 1. QUEM É E COMO SURTIU A REDE MANDALA

A Rede Mandala é uma articulação de redes, empreendimentos, consumidoras e consumidores, apoiadoras e apoiadores de Economia Solidária do campo e da cidade, no Estado do Paraná.

A Rede Mandala foi concebida no ano de 2017 em seminário de economia solidária durante a 16ª Jornada de agroecologia, no município da Lapa-PR, e oficializada no dia onze de setembro de dois mil e dezoito (11/09/2018) na cidade de Curitiba, na IV Mostra de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, organizada pela Incubadora de Economia Solidária – Tecsol. Aproximadamente 80 empreendimentos/grupos de economia solidária dos municípios de Curitiba, Região Metropolitana e municípios do Estado, como Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Palmeira, São José do Triunfo, Antonio Olinto além de entidades de apoio e assessoramento, participaram do processo de oficialização e construção da rede.

#### 2. MISSÃO DA REDE MANDALA

A Rede Mandala tem como missão o fortalecimento da Economia Solidária no Paraná, articulando e agregando redes, empreendimentos, consumidoras e consumidores solidários do campo e da cidade, visando qualidade de vida, justiça social e solidariedade. (ver folder)

#### 3. VISÃO

A Rede Mandala tem no horizonte ser uma referência nacional como Rede de Economia Solidária unindo campo e cidade.

#### 4. OBJETIVOS

- Articular e criar espaços permanentes e periódicos de comercialização, distribuição, prestação de serviços, consumo solidário e formação em Economia Solidária, unindo campo e cidade;
- Atuar em rede em toda cadeia produtiva: do extrativismo até a reciclagem ou reaproveitamento de materiais por meio da articulação de empreendimentos do campo e da cidade;
- Vivenciar e difundir princípios e valores da Economia Solidária tendo em vista o bem viver e a sustentabilidade do planeta;
- Fortalecer a política pública de economia solidária no Paraná;

- Possibilitar viabilidade financeira aos empreendimentos da Rede Mandala.

## 5. VALORES

São valores da Rede Mandala:

- Solidariedade de classe;
- Trabalho coletivo, associativo;
- Cooperação;
- Distribuição justa da riqueza;
- Sustentabilidade;
- Cuidado com o meio ambiente;
- Autogestão;
- Democracia participativa;
- Luta pela Reforma Agrária;
- Agroecologia;
- Troca e construção de fazeres e saberes;
- Respeito mútuo;
- Respeito às diversidades;
- Formação continuada;
- Protagonismo feminino e feminista;
- Prioridade no *Ser*;
- Consumo consciente;
- Comércio justo;
- Ética.

Aprovado em 30 de janeiro de 2020.



Helena Cantão – Coordenação pelo GT de Comunicação



Simone Maria Latczuk – Coordenação pelo GT de Comercialização



Luzia Alves da Cruz Cabral Nunes – Coordenadora pelo GT de Formação

## ANEXO B – Regimento interno da Rede Mandala



### REDE PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPO-CIDADE REDE MANDALA

*-Regimento Interno-*

#### CAPÍTULO I

##### Da Natureza, Dos Valores Éticos e Dos Objetivos

**Art. 1º** – A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo – Cidade (REDE MANDALA), fundada em 11 de setembro de 2018 e autogerida por seus integrantes, é uma rede de Economia Solidária (ECOSOL). Tem por objetivo promover e ampliar a produção, a prestação de serviços e a comercialização das trabalhadoras e dos trabalhadores urbanos e rurais da Economia Solidária do Estado do Paraná visando a organização coletiva do trabalho e a geração de renda digna; além de fomentar o consumo justo e consciente, a formação permanente e a troca de saberes na perspectiva do fortalecimento do movimento de Economia Solidária.

**Art. 2º** – A Rede Mandala é composta por: Associações, Cooperativas, Redes, Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária (EAF's) e consumidores/as com atuação na luta popular no campo e na cidade e na construção diária de uma sociedade justa e igualitária, na perspectiva da Carta de Princípios da Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária).

**Art. 3º** – Os/as integrantes da Rede Mandala cultivam e proporcionam a prática dos valores contidos na Carta de Princípios da Rede Mandala.

**Art. 4º** – A Rede Mandala se estrutura em um sistema horizontal, cooperativo e de autogestão, onde os seus integrantes possuem responsabilidades, deveres e direitos de maneira igualitária.

**Art. 5º** – Os (as) integrantes da Rede Mandala se comprometem a construí-la, a partir da prática da autogestão, incluindo investimentos em tempo, deslocamento e alimentação para a participação nas atividades e instâncias de organização da Rede, bem como com as formas de financiamento coletivo, se houver.

**Parágrafo Único** – Formas de financiamento coletivo, como poupança e/ou fundo solidário poderão ser criadas, se assim deliberado pelo Comitê Gestor Ampliado (CGA) da Rede Mandala. Este demandará suas modalidades, finalidades e organização, com construção de Regimento próprio.

**Art. 6º** – A Rede Mandala se compromete a facilitar a comercialização e a articulação de iniciativas, pois o trabalho coletivo e integrado otimiza recursos e fortalece as pessoas envolvidas. Possibilita, também, formações permanentes, bem como troca de saberes e experiências. Além disso, viabiliza o exercício da autogestão, sem relações de subordinação (por exemplos: patrão/empregado, homem-mulher, entre outros) tornando as pessoas participantes co-responsáveis pelo seu desenvolvimento.

**Art. 7º** - É dever de todos (as) integrantes da Rede Mandala participar dos espaços coletivos de construção e decisão. Isto é critério que definirá aos EES ou redes, prioridade, destinação ou readequação de investimentos, além de participação em espaços de comercialização. Entende-se como espaços coletivos de decisão as reuniões do CGA, as reuniões dos Grupos de Trabalho(GT's) e demais encontros de construção coletiva.

**Art. 8º** – Integrantes da Rede Mandala se comprometem a atentar para a **ética** ao acessar recursos, adquirir matérias primas e outros produtos, e ao contratar serviços. Buscará parcerias, preferencialmente, entre organizações que protegem a natureza e valorizam o trabalho humano.

**Art. 9º** - A Rede Mandala terá duração indeterminada.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Forma de Organização da Rede Mandala**

**Art. 10º** – A Rede Mandala se organiza da seguinte forma:

**I – COMITÊ GESTOR AMPLIADO(CGA):** instância máxima de decisões; é ampliado e aberto a todas as pessoas integrantes da Rede Mandala. Reúne-se ordinariamente nas últimas quintas-feiras do mês, pela manhã, podendo ocorrer reuniões extraordinárias quando assim for deliberado. Não existe um quórum mínimo, mas aqueles/as que não participarem, deverão acatar as decisões tomadas.

A participação permanente neste Comitê, de ao menos 02(dois) representantes de cada uma das redes, cooperativas e/ou associações que compõem a Rede Mandala, é critério para inclusão nas atividades de comercialização e/ou geração de renda.

**Parágrafo Único** – A coordenação, infraestrutura, realização de atas, as místicas e as listas de presença das reuniões deste Comitê são autogestionárias e rotativas.

#### **II - O COMITÊ GESTOR AMPLIADO - CGA CONSTITUI-SE EM:**

**a) COORDENAÇÃO:** é formada por pelo menos 01 (um) integrante de cada um dos GT's, com gestão de 02 (dois) anos. A composição da Coordenação é feita por indicação de cada um dos GT's. Tem como atribuição: organizar pautas da Rede Mandala; estimular a autogestão das reuniões nos papéis de coordenação, relatoria, infraestrutura e mística; representar a Rede sempre que necessário; articular as demandas dos GT's e aquelas externas à Rede Mandala.

**b) GRUPOS DE TRABALHO (GT's):** são formados, cada um deles, por pelo menos 01 (um) integrante de cada EES, rede, cooperativa e/ou associação que compõe a Mandala. Têm como atribuição o desenvolvimento das ações definidas pelo CGA, a fim de alcançar os objetivos da Rede. Reúne-se ordinariamente uma vez ao mês, no mesmo dia das reuniões do CGA, em horário anterior, podendo ocorrer reuniões extraordinárias quando assim for deliberado.

**b.1) GT de FORMAÇÃO:** responsável pelo desenvolvimento das ações de formação permanente em Economia Solidária e outros assuntos de interesse aos integrantes da Mandala;

**b.2) GT de COMERCIALIZAÇÃO:** responsável pelo desenvolvimento das ações de comercialização, feiras e eventos similares, e também pelas articulações para criação de novos espaços de comercialização;

**b.3) GT de COMUNICAÇÃO:** responsável pela divulgação das atividades, produtos e serviços e pelo desenvolvimento de estratégias de promoção da Rede Mandala.

**Parágrafo Único** – Novos GT's poderão ser formados a qualquer tempo desde que deliberado pelo CGA.

### CAPÍTULO III

#### Da Adesão de Novos Integrantes

**Art. 11º** – A adesão de novos grupos e/ou empreendimentos (ou coletivos, redes e/ou associações) que já atuam na Economia Solidária se dará mediante preenchimento de Carta de Adesão, (*Anexo II*), e assinatura da Carta de Princípios da Rede Mandala (*Anexo I*), além da comprovação e análise pelo CGA de **UM** dos seguintes critérios:

I – Ter registro validado junto ao Cadastro Geral de Empreendimentos da Economia Solidária (EES) em esfera municipal, estadual e/ou federal;

II – Em caso de inexistência do referido Cadastro Geral de EES, é necessária apresentação de uma Carta de Referência assinada por uma Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAF) reconhecida pela Rede Mandala ou dos empreendimentos econômico solidários ou redes atuantes na Rede Mandala.

**Art. 12º** – A adesão de consumidores (as), pessoas interessadas, produtores/as individuais e grupos produtores não atuantes no movimento da Economia Solidária, interessados em fazer parte da Rede Mandala, se dará mediante o cumprimento de **UM** dos seguintes critérios:

I – Participação em espaços coletivos, tais como: formações em Economia Solidária, reuniões de Fórum municipal e/ou estadual, reuniões de Conselho Municipal e/ou estadual de Economia Solidária no prazo de 06 meses;

II – Participação voluntária em atividades organizadas pela Rede Mandala no período mínimo de 06 meses;

III – Aproximação e convívio com um EES, grupo e/ou rede da Economia Solidária, no período mínimo de 06 meses (para esse e os dois itens acima), a fim de experimentar suas práticas e valores, respeitando a dinâmica de funcionamento e autogestão de cada grupo ou rede.

**Parágrafo Único** – A adesão de quaisquer novos membros precisa ser precedida pelo preenchimento de Carta de Adesão a ser analisada pelo Conselho Gestor Ampliado - CGA.

## CAPÍTULO IV

### Do Desligamento de Integrantes

**Art. 13º** – O desligamento voluntário se dará mediante preenchimento de Carta de Desligamento (*Anexo III*), das seguintes maneiras:

- I – Quando se tratar de EES ou coletivo informal, a carta deverá ser assinada, em duas vias, por todos(as) os(as) integrantes do mesmo, quando possível;
- II – Quando se tratar de Associação ou Cooperativa, a carta deverá ser assinada, em duas vias, por responsável membro da Diretoria vigente da mesma, acompanhada de ata e lista de assinaturas de reunião em que se deliberou sobre o assunto;
- III – Quando se tratar de indivíduo, a carta deverá ser assinada, em duas vias, pelo(a) mesmo(a) e entregue a um(a) representante da Rede Mandala.

**Art. 14º** – O desligamento involuntário se dará mediante cumprimento do Art. 14º deste Regimento quando os integrantes – sejam eles associações, cooperativas, redes, empreendimentos econômicos solidários (EES):

- I – Não praticarem entre si os valores contidos na Carta de Princípios desta Rede. Neste caso, primeiramente deve ser estimulado que os próprios integrantes do EES resolvam a situação por meio do diálogo respeitoso. Caso não surta efeito, o CGA poderá acolher a situação, com o intuito de auxiliar na superação das dificuldades. As possíveis sanções e/ou advertências, deverão sempre seguir o regimento interno de cada coletivo;
- II – Violarem direitos humanos previstos em legislação vigente no território de atuação ou na prática de casos previstos no Código Penal Brasileiro. Nestes casos, o desligamento involuntário, com justificativa, será imediato e que poderá ser definido pelo próprio EES. Na sua impossibilidade, pela redinha ou pelo CGA.
- III – Após 03 (três) faltas consecutivas injustificadas ou não comunicadas ou 04 (quatro) faltas alternadas ao ano, em reuniões do Conselho Gestor Ampliado. A coordenação da Rede Mandala comunicará ao referido coletivo sobre as faltas. O primeiro aconselhamento virá de um ou mais membros da Coordenação de Mandala. Em caso de reincidência, registra-se em ata. Após apreciação do Conselho Gestor Ampliado - CGA, o desligamento da pessoas, empreendimentos ou redes poderá acontecer.

## CAPÍTULO V

### Das Considerações Finais

Os artigos deste Regimento Interno, aprovados em reunião ordinária do dia 30/01/20, poderão ser modificados ou adaptados, conforme necessidade, a qualquer tempo, mediante deliberação do CGA da Rede Mandala, que é a instância máxima de decisão.

*Helena Cantão*

Aprovado em 30 de janeiro de 2020.

Helena Cantão – Coordenação pelo GT de Comunicação

*Simone Maria Kotezuk*

Simone Maria Latczuk – Coordenação pelo GT de Comercialização

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Simone Maria Latczuk', written in a cursive style.

Luzia Alves da Cruz Cabral Nunes – Coordenadora pelo GT de Formação